



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 55

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1152

TAQUIGRAFIA

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PROJETO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 001/19 QUE ASSEGURA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, PSICÓLOGOS, FONOAUDIÓLOGOS, NUTRICIONISTAS E TÉCNICOS EM NUTRIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

(Em 21 de março de 2019)

Presidência do Sr.
Anderson Pereira - Deputado

(Às 15 horas e 29 minutos é aberta a A.P.)

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores boa tarde. Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Anderson Pereira, após aprovação em Plenário realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre o Projeto de Emenda Constitucional nº 001/19 que assegura a atuação de Profissional de Assistentes Sociais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Técnicos em Nutrição no processo de ensino e aprendizagem das Escolas Públicas do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponentes desta Audiência Pública.

Na sequência convidamos à senhora Noemi Ribeiro de Assis Lemos, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social, CRESS/23ª Região. Senhor Carlos Henrique Gomes Souza, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS/RO. Senhora Virginia Braz, representante do Conselho de Fonoaudiologia, CREFONO/9ª Região. Convidamos a Senhora Darlene Ramos, representando o Conselho Regional de Nutricionistas CRN/7ª Região. Convidamos o Senhor Vinícius Gomes da Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia Seção - RO. Na sequência convidamos a Senhora Maria Rosimeire Salviano de Moura, Diretora de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Rondônia - IFRO.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Boa tarde a todos! Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta Audiência Pública para debater a Emenda Constitucional nº 001/19, que assegura a atuação profissional de Assistentes Sociais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Técnicos em Nutrição no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas do Estado de Rondônia.

Boa tarde a todos!

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Convidamos todos a sentarem, por gentileza. Nesta sequência queremos agradecer a presença da senhora Alcione Altini Paes, Coordenadora de Dietas Enterais do Estado de Rondônia; o senhor Gabriel Tomasete, membro fundador da Rede Brasileira da Infância e Consumo, Presidente do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. Na sequência agradecemos também à senhora Laura Cristina, Assistente Social, representado a SEDUC. As senhoras Auxiliadora Fernandes, Marli Santos, Conselheiras Tutelares Distritais de Jaci-Paraná; a senhora

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4ª Secretária: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Hélder Risler de Oliveira**
Departamento legislativo - **Maria Aparecida Silva N. Lima**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Neusa Soares, Secretária de Assistência Social; senhora Bruna Patrício, Coordenadora do Curso de Nutrição das Faculdades Integradas Aparício Carvalho; senhora Dra. Iracema Tada, Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; senhora Luna Mares Lopes; representando o Curso de Nutrição do Centro Universitário São Lucas; senhora Liliane Barbosa, representando o Conselho Regional de Fonoaudiologia; senhora Sirlene Santos, Nutricionista da Clínica Marcelo Almeida; senhora Viviane Castro, Diretora de Pós-Graduação da São Lucas; senhora Virgínia Braz, Conselheira, representante do CREFONO, da 9ª Região; senhora Siane Andressa, representando o Centro de Medicina Tropical de Rondônia; senhora Luz Lar Lene, Secretária de Educação Municipal de Santa Luzia d'Oeste; senhora Daniele Almeida, representando a Associação de Nutricionista do Estado de Rondônia; senhora Neusa Soares, Assistente Social de Santa Luzia d'Oeste; senhora Waldemarina Galvão Lopes, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; senhora Erotides Leite, Conselheira Fiscal de Serviço Social CRESS/RO; senhora Cleide Marcolino, Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social; senhora Tânia Guedes de Oliveira, Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social, da 23ª Região/RO; senhora Carminda Nogueira, Conselheira do Conselho Estadual de Educação; senhora Lidiane Tavares, Fonoaudióloga; senhora Claudete Neves, Coordenadora de Educação Especial do IFRO; senhora Professora Mestra Pâmela Paola Lopes, Coordenadora do Curso de Fonoaudiologia, representando a Coordenação do Curso de Fonoaudiologia do Centro Universitário São Lucas.

Neste momento passamos a palavra ao Presidente, por gentileza.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Eu peço desculpas pelo atraso, um atraso de meia hora, praticamente. A gente ainda está se adequando a esse novo ambiente, fazendo alguns ajustes, mas, com mais conforto para os senhores mesmos. A Audiência Pública é muito importante. Na Legislatura passada, praticamente quase todos os projetos que eu apresentei nesta Casa, eu convoquei Audiências Públicas justamente para discutir com quem conhece, com quem sabe e entender os anseios da sociedade. O melhor caminho é através de Audiência Pública, para a gente entender isso e até melhorar aquilo que a gente está fazendo. Essa Emenda Constitucional, a importância dela não tem nem como mensurar, justamente ela é a 01 desta Legislatura, foi a primeira Emenda Constitucional apresentada por um parlamentar nesta Casa, neste ano, nesta 10ª Legislatura. Depende da apresentação de assinatura de 7 deputados, 8 com o autor e nós rapidamente conseguimos todas as assinaturas, fizemos também uma alteração nela incluindo também os fonoaudiólogos, a pedido da categoria que nos procurou, e a gente rapidamente fizemos a alteração. Mas, o que nós estamos fazendo nessa alteração constitucional, na Constituição do Estado de Rondônia é justamente colocando do rol algo que estava omissa, vamos dizer, que estava com uma lacuna, a gente está preenchendo uma lacuna naquilo que são algumas diretrizes que o Governo do Estado, que o Estado de Rondônia precisa cumprir com a sociedade. Dentro dessas diretrizes não tinham essas categorias no rol da Educação e a gente já sabe que muitos já laboram

nesses ambientes. Então, eu quero inicialmente fazer a leitura de algo bem explicativo em relação ao que eu estou dizendo e depois nós vamos abrir para as discussões.

Aqui embaixo ainda tem umas três vagas aqui, se algum representante acadêmico quiser compor com a gente aqui. O conforto é bom, mas, diminuiu a proximidade de vocês com a gente, esse lado eu não gostei muito, mas, em relação ao conforto e a estrutura melhorou bastante. Possivelmente, as próximas audiências vão ser no auditório que comporta 400 pessoas ou então no plenarinho, dependendo da temática a gente vai fazer para a gente melhorar a proximidade com vocês.

Gostaria de iniciar esta Audiência com a leitura do artigo 227 da Constituição Federal Brasileira.

A Constituição no artigo 227, diz: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Partindo daí, em retribuição a confiança que o povo de Rondônia depositou em mim. E em minha prioridade à família, a criança, o adolescente o jovem e o idoso, além disso, nossa dedicação em avançar na qualidade da educação para a nossa população e garantir um futuro mais humano, justo e digno, com melhoria na qualidade de vida para todos. Sabendo da importância que tem as melhorias nas condições de ensino e aprender e, que é com o apoio dos conselhos federais e regionais aqui representados pelos membros, apoio aos profissionais da área, dos alunos acadêmicos, da população, abro esta audiência para discutirmos a proposta apresentada à PEC, Projeto de Emenda Constitucional 001/19, que assegura a atuação profissional de nutricionistas, técnicos de nutrição, psicólogos assistentes sociais, fonoaudiólogos no processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas no Estado de Rondônia. Nutricionistas e técnicos em nutrição na escola. O projeto de emenda Constitucional visa garantir, em especial, a atuação dos profissionais e técnicos em Nutrição nas escolas de Rondônia. Buscando a melhoria na qualidade da merenda, em até auxiliar esses profissionais na fiscalização do fornecimento, já que, muitas vezes, de forma o auxílio desses profissionais, muitas vezes, é irresponsável, as escolas deixam de servir os alimentos aos alunos da rede pública ao tomar conhecimento do relatório de fiscalização Tribunal de Contas da União em que foram apontadas irregularidades gravíssimas. Ao tomar conhecimento, também, de denúncias aos órgãos de controle MPF e MPE, ainda após a denúncia de profissionais da área recebida no meu gabinete; profissionais que estão presentes, apresentei essa Proposta de Emenda Constitucional, buscando além do que já foi dito, inclusão dos outros profissionais tão importantes quanto os nutricionistas e técnicos na realidade escolar.

Psicólogos na educação. E, aqui eu incluo psicólogo além do psicopedagogo que também é uma especialização muito importante na área educacional. A Psicologia escolar educacional tem se fortalecido como um importante campo de atuação dos psicólogos; os psicólogos escolares educacionais,

são profissionais que atuam em instituições escolares educativas, bem como se dedicam ao ensino, à pesquisa na Psicologia e Educação. Podendo atuar na inclusão de pessoas com deficiências, avaliação psicológica, histórico da Psicologia escolar, formação continuada de professores, entre outros. Além do que, a gente sabe que muitos alunos, muitas crianças e adolescentes, vêm para o ambiente escolar com alguma violência psicológica, às vezes, físicas, que já vem do ambiente familiar, numa questão social familiar e isso pesa dentro do ambiente escolar porque o professor não está preparado para encarar isso e hoje na realidade que vivemos de não ter na maioria das escolas, principalmente pública, um profissional dessa área o prejuízo é muito grande porque o que está acontecendo, muitos professores entrando em depressão porque eles não conseguem trabalhar a educação porque aquela criança, naquele momento, ela não precisa só da educação, ela precisa também de um acompanhamento psicológico e têm professores que eles estão de forma, às vezes, desesperada, vamos dizer assim, tentando resolver o problema e acabam trazendo problema para dentro de si, da sua casa e da sua vida.

Então, veja a importância desses profissionais dentro do ambiente escolar, principalmente na situação que a gente vive hoje no País.

Assistente Social na Escola. A Assistente Social tem uma missão importante na escola e em parceria com os educadores são responsáveis pela integração do grupo, troca de saberes, desenvolvimento de senso crítico, apoio as famílias na construção de caráter, valores, princípios morais dos indivíduos, preparando os alunos para desempenhar seu papel como cidadão, desenvolvendo atividade de conscientização, mostrando que os alunos a qual a sua história como trabalhar em grupos, e, importante, de respeitar as diferenças, integrando também esse trabalho com a família, porque eu costumo dizer, fui Presidente da Comissão de Educação nesta Casa na Legislatura passada e eu digo que educação, ela também não começa só na escola, ela já inicia em casa e muitos pais acham que é só matricular o filho e não participar da vida escolar do seu filho, pelo contrário, a importância da proximidade dos pais naquele ambiente não tem como mensurar, porque ele acaba ajudando a construir um bom cidadão e ajuda também nesse trabalho e quem vai exercer essa principal função de aproximar a família para dentro da escola é o Assistente Social que vai identificar essas questões e trazer essa família ou quem está precisando para dentro para resolver qualquer problemática que for enfrentada ou encarada.

Fonoaudiólogo. Os últimos a fazerem parte dessa PEC incluindo através da Emenda protocolada o Fonoaudiólogo, a Fonoaudiologia tem muito a oferecer com a parte da equipe da equipe pedagógica na escola, o fonoaudiólogo na escola visualiza o atendimento preventivo dos alunos e professores que no que se refere a prevenção a saúde da audição, da voz, da fala e língua detectando procedimentos, distúrbios da comunicação. Fonoaudiólogo, é um parceiro da equipe escolar na sua ação, reflete sobre o desenvolvimento dos alunos e na relação com a família trazendo mais eficácias as ações pedagógicas. Então, isso aqui é um trecho muito resumido da atuação de cada profissional, mas, isso é muito mais abrangente

e ninguém melhor do que os senhores para debater e discutir a questão.

Então, para iniciar as discussões e os debates eu quero passar aqui para a Professora Rahilda, a Sra. Rahilda Tuma, Professora, convidada representando o Conselho Regional de Nutrição da 7ª Região.

Ela está com a palavra, pode fazer uso da tribuna.

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Aproveitando a oportunidade queremos agradecer a presença do Senhor Nilson Vieira; representando a Secretaria Adjunta da Educação a Senhora Maria da Conceição. Também agradecendo a presença da Senhora Renata Capote Vieira, Assistente Social da Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia - AMA.

A SRA. RAHILDA BRITO TUMA – Boa tarde a todos! Em primeiro lugar agradecer o convite e deixar claro que o papel, nós temos dois representantes aqui do Conselho Regional de Nutricionista, vai muito além do que defender a presença de profissionais no processo Ensino/Aprendizagem. Nós trazemos aqui uma contribuição Técnico-Científica que justifica ou que dá um corpo maior para justificativa da necessidade de desenvolvimento de atividades de educação alimentar e nutricional. Nós vamos mostrar aqui dados que já estão contemplados no Projeto e vamos colocar alguns outros adendos que são muito importantes em relação à saúde das crianças e dos adolescentes do Estado de Rondônia.

Os hábitos alimentares dos adultos. O próprio Deputado colocou agora, eles iniciam na infância, na verdade inicia na gravidez. A Educação Alimentar, os hábitos alimentares, ele vem desde a hora que uma mulher está grávida e isso permanece até a vida adulta com grandes dificuldades de alteração já na vida adulta. E a escola é entendida por todos que estão aqui, com certeza, que é o ambiente mais propício para fazer algumas mudanças.

Trazemos os dados que já fazem parte do projeto, mas, para destacar que Rondônia, está numa situação muito grave na questão do excesso de peso; nós temos 58% da população adulta de Porto Velho, está com excesso de peso e desses, 22,4% já estão obesos, inclusive, alguns com obesidade mórbida, cuja reversão do quadro está definida praticamente a uma cirurgia bariátrica, cuja experiência nos mostra uma recidiva da necessidade de mais de 10%. É uma grande surpresa para todos porque a gente entendia há 10 anos, que a cirurgia bariátrica era uma solução definitiva para obesidade mórbida e não é. Nós temos no Estado do Pará, uma refile para cirurgia bariátrica de mais de 10%. Então, não é solução definitiva, solução definitiva é a educação. E aí colocamos alguns elementos, apenas 26% da população desse Estado come frutas e verduras 5 vezes por semana; 41% apenas praticam atividades físicas de 150 minutos por semana. E trago um elemento novo, talvez ao projeto, que é a ligação da obesidade ao câncer. A região norte é uma região que tem uma grande prevalência de câncer e o INCA no final de 2017, nos mostra um estudo que 13% dos cânceres, estão ligados diretamente a obesidade, ao excesso de peso. Então, há uma preocupação a mais do que obesidade, hipertensão, diabetes e AVC. Hoje, nós temos agregado a essas patologias, o câncer.

Trazemos também como contribuição todo o arcabouço legal que justifica o trabalho do Nutricionista e do Técnico de Nutrição dentro do processo ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes. Não precisamos fazer a leitura disso, não temos tempo, mas, estamos deixando isso como uma contribuição, toda legislação que pode ainda ser incorporada ao projeto. Em todo Brasil, todos os Estados do Brasil têm um Programa Nacional de Alimentação Escolar, que o Deputado leu como um programa com alguns problemas, com graves problemas e é óbvio que isso também é o grande reforço da apresentação desse projeto, com certeza. Outras legislações, que é a questão do Currículo Mínimo, talvez a Dra. Darlene fale um pouco mais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar, também prevê a questão da educação alimentar e nutricional, já está com todo esse suporte, nós temos o Programa Saúde na Escola, que o Estado tem, e alguns municípios que já aderiram; a adesão é voluntária dos municípios, mas, esse programa tem, inclusive, repasse de recurso financeiro, importante para fazer atividade de educação alimentar. A gente traz então isso como um suporte também, que é um Programa do Governo Federal, com ofertas de recursos financeiros. O Outro é o Programa Saber Saúde, que é do próprio INCA, que tem uma riqueza enorme de materiais educativos na área de alimentação e saúde, muito importante, disponível; acreditamos que esse projeto não precisa, a execução dele não precisa se preocupar com produção de material educativo de alto nível. Nós temos uma quantidade muito representativa de material, desde material impresso, vídeos e até aplicativos para celular, que nós já trabalhamos em vários Estados da região norte e podemos começar trabalhar aqui. Aqui é uma lista, para vocês terem uma noção do que a gente tem pronto para ser usado; o Estado gastaria o recurso financeiro apenas para impressão daquilo que fosse necessário, todos esses materiais foram produzidos por grandes especialistas das melhores universidades brasileiras, todo esse material. A gente vai deixar essa lista. E aí os aplicativos que a gente, vídeos, áudios e o aplicativo para celular que hoje é uma grande ferramenta, que mesmo nas escolas públicas, o aparelho celular é um objeto que é mais presente do que o tênis. Nós temos algumas contradições na região norte, estamos lutando para reduzir o excesso de peso e obesidade, a hipertensão, o diabetes e agora o câncer. Mas, só para colocar para vocês que existem muitas contradições. O Brasil e a região norte investem muito em incentivos fiscais para a indústria de refrigerante, a região norte ainda é a região que mais investe em incentivo fiscal para indústria de refrigerante, é uma contradição, que o refrigerante está ligado a todas essas patologias que eu falei. A venda indiscriminada de produtos para crianças e adolescentes, inclusive, trazendo brinquedos dentro é outra contradição, a gente quer melhorar o hábito alimentar e vende esse tipo de produto. E a gente não entender que o grupo mais vulnerável a toda agressividade da mídia no Brasil, são as crianças e os adolescentes, na televisão, no rádio, no supermercado, a gente precisa entender isso. Eu acho que eu esqueci só um item ali, por favor. É que na Amazônia, nós temos alguns supermercados flutuantes, nós sabemos que uma indústria, ela vende produtos ultraprocessados nos barcos que param nos nossos municípios, isso também é outra contradição. Eles só vendem alimentos que provocam doenças, e nós fazemos de conta que não estamos vendo isso, estamos aqui

lutando para melhorar a saúde das crianças e do adolescente, mas, deixamos, damos dinheiro para a indústria de refrigerante, e deixamos os barcos-supermercados transitarem livremente nos nossos rios. Essa é a nossa contribuição, nós vamos deixar isso em arquivo, e dizer, que nós entendemos que uma Emenda Constitucional, ela é apenas um instrumento disparador de legislação, para que tudo isso que está previsto nessa Emenda Constitucional, aconteça de fato, nós ainda temos um longo caminho, de novas Leis e do trabalho conjunto entre o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, para que dê o suporte necessário para que esta Emenda Constitucional tão importante, ela aconteça realmente. Esta é a contribuição do nosso Conselho na área técnico-científica que vai ficar aqui para o Deputado. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Gostaria também de ouvir a segunda palestrante que vai também se ater à nutrição Darlene Ramos. Ela representa o Conselho Regional de Nutrição na 7ª Região.

A SRA. DARLENE RAMOS – Boa tarde! Quero agradecer a Mesa aqui o convite na pessoa do Deputado Anderson, muito obrigada pelo convite. Eu vou, na realidade só complementar um pouco a fala da Dra. Rahilda. A gente hoje está aqui, quero parabenizar a coragem desse Estado e do Deputado a iniciativa por um projeto tão grandioso e dando pontapé inicial para todo o resto do Brasil. Hoje a gente tem amparo legal para a constituição dessa equipe multiprofissional dentro da escola, e um desses marcos legais, a gente sabe que agora com a introdução das disciplinas Transversais, nela a atuação de todos esses profissionais que estão aqui a Mesa, ela fica evidente e clara a importância que vai muito além de ministrar uma disciplina em sala de aula, e aí, eu vou me deter ao nutricionista. O nutricionista hoje, ele é de suma importância dentro da educação nutricional, essa educação nutricional é que melhora todo esse reflexo e esse quadro apresentado pela Professora Rahilda. E isso a gente teve com a Lei agora aprovada 13.666, agora novinha, de novembro de 2018. E é um marco muito importante para nós enquanto nutricionistas, porque ela traz a educação nutricional, enquanto disciplina Transversal, enquanto assunto transversal, ou seja, um assunto que não tem que ser tocado em uma disciplina, ele é um assunto que tem que ser tocado em toda a grade curricular durante todo o percurso desse menino desde o Pré-Escolar até a hora que ele sai do Ensino Médio. Isso dá base para o conhecimento e para a prevenção de inúmeras patologias hoje existentes. A gente sabe hoje as pesquisas mostram que a maioria das epidemias, a maioria das patologias hoje, elas são de cunho nutricional. A gente tem hoje o uso abusivo de agrotóxicos nos nossos alimentos, a gente tem substâncias extremamente prejudiciais à saúde dentro dos nossos alimentos industrializados, e isso comprovadamente, isso é comprovado, o quanto prejuízo que isso causa a nossa população. Desde ligação com autismo, com todas as doenças crônicas degenerativas, hoje o diabetes, a hipertensão arterial, o câncer e a obesidade que professora Rahilda muito tocou. Eu queria chamar a atenção para vocês principalmente que corrobora que hoje a gente tem o nosso direito humano a alimentação adequada, ele está lá escrito, é constitucional, o ser humano

necessita ter uma alimentação adequada, alimentação adequada é alimentação não só do ponto de vista nutricional, mas, ela é do ponto de vista regional, a nossa cultura deve ser respeitada, os nossos hábitos alimentares que estão sendo esquecidos. A região Norte está sendo massacrada pelos modismos alimentares. A gente tem hoje um excesso de modismo que isso chega as nossas crianças, as nossas adolescentes que estão ficando anoréxicas e bulímicas e são problemas graves psicológicos relacionados com a nutrição comportamental que a nossa sociedade não está atentando, e esta Casa aqui tem o privilégio de trazer essa discussão à tona dessa importância. Eu queria, só para finalizar para vocês também que a parceria do nutricionista, um braço direito em todo esse processo é o técnico em nutrição. O técnico em nutrição, ele possui uma legislação dentro do Conselho Federal de Nutricionista e tem atribuições sim, supervisionadas pelo nutricionista, hoje ele é um parceiro direto nas nossas ações, ele está dentro de todas as unidades tanto no campo da saúde quanto na área da educação. Então hoje é um dos principais personagens para estarem junto com a gente nesse processo e combatendo todos esses males, o qual a Professora Rahilda colocou muito bem para a gente.

Só para eu não me alongar mais, a gente tem todo o arcabouço já que ela falou, a atuação que o doutor coloca, vem muito mais além da atuação só no PNAE, só na atuação de supervisão da alimentação escolar, ela vem buscando a educação alimentar e nutricional não só do aluno, mas envolvendo toda comunidade acadêmica desde o gestor, o professor, familiares, pais, e sim a merendeira, então em todo esse processo a nutricionista está envolvida juntamente com o principal apoio que é o técnico em nutrição e dietética. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Registrar as acadêmicas que se encontram aqui com a gente, Vanilde Mendes acadêmica de Fonoaudiologia/São Lucas; Ana Lúcia acadêmica de Serviço Social/UNIP; Timóteo Nascimento Menezes acadêmico de Psicologia da UNIRON; Diény Mary acadêmica de Nutrição/FIMCA.

Agora quero ouvir o Dr. Gabriel Tomasete. Ele é membro fundador da Rede Brasileira de Infância e Consumo, Presidente do Conselho Estadual do Consumidor. Se quiser usar a tribuna ou falar daí, o senhor escolhe. Eu quero só enquanto o Dr. Gabriel decide onde ele quer falar, eu só quero aqui ressaltar para vocês a importância dessa Emenda Constitucional neste momento, porque a gente teve a pressa de apresentar, de chamar essa audiência, de discutir. O Governo do Estado eleito pelo povo de Rondônia está discutindo o PPA, esse PPA vai servir para os próximos quatro anos, ele está trabalhando esse primeiro ano com o PPA do Governo que saiu, o Governo Confúcio Moura junto com o Governo Daniel, e agora ele já iniciou as audiências públicas para a construção do novo PPA que vai ser a base do Governo durante os 04 anos, então a base do que ele vai fazer pela sociedade tanto em relação a educação como também a saúde, a segurança pública, a infraestrutura do Estado de Rondônia, então a gente incluindo isso aqui como uma das diretrizes para ser discutida a gente pode levar isso para discussão também lá no PPA. Porque depois do PPA aí virá a LDO, a LDO ainda chega até o meio do ano aqui nesta Casa, quem é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então essa lei

também, a gente já com base no PPA nós vamos discutir aqui essas políticas públicas que serão desenvolvidas durante o ano, que no final do ano vem a LOA que é o orçamento que o Governo vai trabalhar com ele no ano de 2020, no caso a importância disso é se a gente conseguir inserir no PPA e depois abrir isso na LDO, na LOA vai ser consequência, na LOA vai ser consequência para a gente conseguir concurso público, inclusão de mais profissionais na área, preencher o déficit que já existe, que é real e até mesmo concursos em andamento, a contratação de mais pessoas para atuarem nesse cenário dentro do ambiente escolar. Então a gente traçou uma estratégia para a gente conseguir inserir isso numa política de Estado, numa política de Governo e resolver muitas questões da sociedade pensando no futuro, e eu penso que o Governo do Estado deva estar pensando no futuro, por isso a importância desta Audiência, para ouvir o que nós estamos ouvindo hoje, pelos especialistas da área. Então essa Audiência pode trazer um despertar no Governo de desenvolver esta política educacional, voltada a área dos senhores.

O SR. GABRIEL TOMASETE – Boa tarde!

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - O Dr. Gabriel Tomasete para quem não conhece sabe a luta que ele está em relação ao aumento da energia no Estado de Rondônia. Ele é um dos combatentes do povo de Rondônia aqui lutando por nós também em Brasília, a gente esteve em Brasília juntos ali no Ministério de Minas e Energia. E ele está em um embate judicial através do Conselho, e a gente espera que venha a vitória o quanto antes. Que está difícil.

Esta Audiência quase não acontece aqui porque justamente a energia está cara, o custo está muito alto. E daqui a pouco quem é assalariado, ou vai comer, ou vai pagar energia, vai ter que optar. Então a situação é complicada. O Estado hoje que é um dos maiores produtores de energia, a gente está pagando uma energia tão cara. Isso é injusto com o Estado de Rondônia. E a gente está unindo forças para a gente vencer este gigante que é o Governo Federal.

O SR. GABRIEL TOMASETE – Boa tarde a todos! Quero primeiramente parabenizar o Deputado Anderson Pereira pela sensibilidade em acolher este pleito de diversas categorias tão especiais para as escolas, para as nossas crianças.

Quero em nome da senhora Darlene Ramos que representa o Conselho de Nutricionistas, cumprimentar os demais da Mesa.

Quero dizer, Deputado, que se eu soubesse que tinha tanta gente lá em cima eu tinha ficado sentado, que agora a responsabilidade é maior para falar para tanta gente assim. Mas que legal que ficou este auditório aqui, fantástico!

Deputado, eu fiquei muito feliz com a fala das representantes dos Conselhos que me antecederam, uma vez que esta nossa luta em relação ao consumismo e a publicidade dirigida às crianças, eu achei que eu teria que iniciar explicando isso, mas, vocês já colocaram isso de uma forma fantástica. Então eu quero dizer, iniciar dizendo eu iria dizer isso no final, que nós estamos juntos nesta luta, eu me coloco desde já a inteira disposição. Nós fundamos em 2013 uma Rede chamada Rede Brasileira Infância e Consumo. E nesta Rede que eu

convido os senhores a entrar no nosso site, ela tem profissionais de diversas áreas. Os Nutricionistas, os Psicólogos, os Assistentes Sociais, eles estão em peso conosco compondo esta Rede. Então não é uma Rede jurídica, é uma Rede multidisciplinar e que tem um olhar bastante especial para esta problemática do consumismo infantil. E porque eu estou dizendo isso? Porque como muito bem colocou a Darlene, ele afeta diretamente as crianças, e não somente as crianças, afeta também as famílias por conta do superendividamento das famílias, do estresse família com este incentivo ao consumismo e até mesmo, Deputado Anderson, interfere na delinquência. E quem está dizendo isso não é somente o Gabriel, quem disse isso foi o Conselho Federal de Psicologia e uma cartilha fantástica, que se chama Contribuição do Conselho Federal de Psicologia para o Fim da Publicidade Dirigida às Crianças. Então é um assunto que merece toda atenção. Quando Daniele me convidou, quero registrar a presença da Daniele, assim como todos vocês é uma guerreira e que vem lutando também para que isso se tornasse uma realidade, esta Emenda Constitucional. Então esse tema é muito importante, porque a obesidade infantil é uma das principais consequências do consumismo e do excesso de publicidade de alimentos não saudáveis. Esses barcos que foram mencionados; que fazem entrega de alimentos aqui também no nosso Estado, isso no Estado do Amazonas também ocorre, isso é um verdadeiro absurdo, isso é desumano o que está sendo feito com essas famílias, com essas pessoas de baixa cultura e que não têm noção do tanto que faz mal para a saúde destas crianças. Então eu quero reforçar a importância destes profissionais nas escolas e tenho a certeza de que com esta luta que se inicia hoje, como foi colocado aqui, depois precisa ser regulamentada por Lei, mas, eu tenho certeza da força e da persistência que o Deputado Anderson vai ter de mãos dadas com vocês para que isso se torne uma realidade, porque o assunto realmente ele merece essa nossa atenção.

Quero sugerir para quem não conhece esse problema destes barcos, tem um vídeo chamado 'Muito Além do Peso', esse vídeo é fantástico, vocês acham facilmente no Youtube, ele mostra crianças ribeirinhas que estão obesas e desnutridas ao mesmo tempo, justamente porque se alimentam de produtos que não agregam em nada para a saúde delas. Então é um vídeo bastante interessante.

Por fim dizer que nós idealizamos uma campanha nacional aprovada pelo Conselho Federal da OAB sobre essa temática. Estamos levando este assunto a outros Estados, aqui em Rondônia a gente já dialogou com algumas pessoas, existe projeto de lei na Câmara Federal que trata o assunto. Recentemente tem um Projeto de Lei nº 2.640/15 que ele alterou a Lei de Diretrizes Básicas da Educação de modo a vedar a publicidade dentro das escolas. Inclusive, um Senador daqui do Estado, ele pediu vista desse Projeto, ele tinha um pensamento diferente, nós fomos até ele e o convencemos da importância dessa proibição da publicidade.

Então é isso. Quero novamente dizer que estou muito feliz por essa Emenda. Quero parabenizar novamente o Deputado Anderson, e dizer que eu estou à disposição de vocês. Quero trocar contatos para que juntos a gente possa atingir mais pessoas, levando essa discussão para os pais, para os professores e para toda a sociedade. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Dr. Gabriel.

Queremos ouvir agora a senhora Lidiane Tavares, Fonoaudióloga Educacional. Nós vamos abrir a fala para cada dois profissionais da temática, para a gente ser justo com todos. E se alguém dos Acadêmicos quiser falar, representando todos os Acadêmicos que estão presentes aqui, a gente pode também, é só fazer a inscrição, mandar para a gente aqui, se alguém quiser expor aqui também o seu entendimento, suas ansiedades, a gente abre. É uma Audiência Pública, eu costumo, às vezes, deixar todos falarem, mas, eu sei que vocês também têm o horário de vocês, têm as questões que vocês têm que fazer, então eu não vou também prender vocês por muito tempo aqui, até para não ficar cansativo esse debate, mas, está aberto. Se alguém dos Acadêmicos, até quem está na galeria que queira vir falar, está aberto.

A SRA. LIDIANE TAVARES - Boa tarde a todos. Eu venho parabenizar o Deputado Anderson Pereira, e iniciar um pouco falando sobre um texto, uma parte do texto que consta na PEC. Quero agradecer também a Klivia Meireles, que com a ajuda dela, a gente pode ser inserido no projeto a tempo, um pouquinho corrido, mas, deu certo.

De acordo com os dados do INEP, no ano de 2017, cerca de 23.837.271 de crianças foram matriculadas na Educação Infantil - creches e pré-escolas em torno de 8.508.731 e no Ensino Fundamental, nas séries iniciais, 15.328.540 em escolas públicas brasileiras. Estima-se que, aproximadamente, mais 30% apresentem dificuldades de alfabetização e o restante, aprendam, porém, em índices menores do que o esperado.

No cenário Educacional brasileiro, dos últimos 20 anos pode-se verificar um grande e crescente número de escolares que apresentam baixo rendimento acadêmico. O Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA) proposto pela Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento, cuja sigla é OECD, avalia escolares praticamente do mundo todo, entre 15 e 16 anos de idade. É imensamente preocupante saber que o Brasil sempre ficou entre os 5 e 10 piores países do mundo, em compreensão de leitura, em todas as mediações realizadas até hoje.

De acordo com a escala de proficiência elaborada pelo Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (SAEB) do ano de 2013, em relação às redes estaduais e municipais, incluindo a escola particular e pública, mostra que o Brasil superou as metas da educação proposta pelo MEC no início do Ensino Fundamental, de nota 5,0 em 2011, para 5,2 em 2013. Os resultados do SAEB 2017 em Rondônia, infelizmente, ainda mostram que os alunos ainda estão em níveis intermediários (nível 3, entre 175 e 250), mesmo com os resultados do IDEB ter alcançado a meta de 5,7, em 2017.

Inúmeros são os fatores para o fracasso escolar, que refere-se como baixo rendimento escolar na aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. É importante ressaltar que a identificação precoce do risco para Transtorno de Aprendizagem é a busca sistemática e baseada em evidência de sinais preditores ou de risco, antes do encaminhamento desse escolar para avaliações realizadas por uma equipe multidisciplinar, dentre eles o psicopedagogo, o psicólogo, o fonoaudiólogo e o neuropediatra, para confirmação ou não de

um diagnóstico. Portanto, a identificação precoce de sinais de risco não é um diagnóstico, mas, sim uma atitude preventiva que permite uma intervenção precoce, baseada em estratégias pedagógicas, cientificamente fundamentadas e que permite estimulações cognitivas-linguísticas, adequadas em um período de maior plasticidade cerebral (capacidade dos circuitos neurais de reorganizarem com a experiência), independente de o baixo rendimento escolar estar associado a dificuldades ou ao Transtorno de Aprendizagem.

Sendo assim, defende-se a ideia de que o professor deve receber a capacitação para implantar a abordagem de resposta à intervenção, conhecida como RTI ou responsividade à intervenção, isto é, uma atitude de colaborar no processo de identificação e intervenção precoces de escolares de risco para Transtornos de Aprendizagem, envolvendo estratégias pedagógicas e psicopedagógicas, baseadas em evidência científica.

O modelo de Resposta a Intervenção, denominado RTI, é um modelo acadêmico, projetado para fornecer um auxílio, visando impedir essa falha acadêmica. É amplamente utilizado na literatura internacional, e tem sido trazido para o Brasil, e tem como objetivo reduzir o número de escolares identificados como sendo de risco para os problemas de aprendizagem. Quando a escola apresenta adequadas condições de ensino, com orientações aos professores sobre os aspectos de aquisição de linguagem, transtornos de leitura e escrita, alterações fonológicas, entre outros fatores, contribuem para diminuir possíveis prejuízos no processo de aprendizagem, podendo fazer uso de um currículo e de uma metodologia, visando à facilitação de uma aprendizagem satisfatória de leitura e escrita, além de colaborar com as estratégias a serem desenvolvidas. Portanto, a sala de aula é o primeiro nível nos modelos de RTI para intervir precocemente em escolares em fase inicial de alfabetização, propondo um rastreamento ou a identificação precoce de escolares que apresentam um baixo rendimento nas habilidades preditoras para a aquisição e desenvolvimento de leitura e escrita, sendo esse um componente chave.

Tramitava desde 2010 na Câmara, o Projeto de Lei 7081/10, do Senador Gerson, (PMD-ES), que obriga o poder público a manter Programa de Diagnóstico e tratamento de dislexia e de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, conhecido como (TDAH) para estudantes de ensino básico.

Conforme esse projeto, as escolas devem assegurar às crianças com esses distúrbios o acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento da aprendizagem. A proposta prevê, também, que os sistemas de ensino deverão oferecer aos professores cursos específicos sobre o diagnóstico e o tratamento dessas disfunções.

O diagnóstico e o tratamento devem ocorrer por meio de equipe multidisciplinar da qual participarão entre outros, educadores, os psicólogos, psicopedagogos, médicos e fonoaudiólogos.

Camata afirma que a criança com dislexia, devido às suas dificuldades de acompanhar o processo de aprendizagem dos demais alunos, tendem a sentirem-se frustradas, e, pelo menos uma parte delas, pode desenvolver problemas emocionais e comportamentos antissociais como excessiva agressividade ou retraimento. Daí a importância do diagnóstico (“muitas vezes, difícil e demorado”) e do tratamento.

Em novembro de 2018, a Comissão de Seguridade Social e Família, aprovou esse Projeto de Lei 7081/10, do Senado, que obriga ao Poder Público a manter programa diagnóstico e tratamento de dislexia e de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), para estudantes do ensino básico.

A relatora, Deputada Rita Camata, recomendou aprovação da proposta, na forma de substitutivo que inclui no programa a identificação precoce dessas doenças e atendimento educacional especializado para os estudantes portadores de dislexia e TDAH.

De acordo com o texto aprovado, as escolas deverão assegurar esses alunos recursos pedagógicos e didáticos adequados para sua aprendizagem. O atendimento educacional deverá ser oferecido em salas de aula do ensino regular e poderá ser complementado em salas de recursos multifuncionais caso necessário.

O texto aprovado, ainda prevê que o programa deverá ser implementado por equipes multidisciplinares, que incluirão educadores, psicólogos, médicos fonoaudiólogos especialistas em Psicopedagogia. As escolas também deverão garantir aos professores do ensino básico curso de capacitação para a identificação precoce dos transtornos e para o atendimento educacional adequado. O fonoaudiólogo é o profissional responsável para tal implementação, eles e os psicopedagogos.

A dislexia é um transtorno de aprendizagem de leitura crônico de origem neurobiológica. É o distúrbio de maior incidência nas salas de aula e atinge entre 5% e 17% da população mundial, segundo Associação Brasileira de Dislexia. Já o TDAH, se caracteriza por sinais claros e repetitivos de desatenção, inquietude e impulsividade, mesmo quando o paciente tenta não mostrá-lo. “Tanto o TDAH, quanto a dislexia podem gerar prejuízos envolvendo a vida social, familiar, afetiva, acadêmica e profissional”, afirma a Relatora. “Sabe-se que o diagnóstico precoce pode facilitar a escolha de estratégias adequadas para viabilizar a aprendizagem e o bom rendimento do aluno”; complementa Camata.

A proposta que tramita em caráter conclusivo em RITO de tramitação pelo qual o Projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-la.

O Projeto de Lei que cria o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, (PNE 2014/2024), apresenta diretrizes e metas, as quais premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias como alunos com deficiência e outros. As metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência: as desigualdades educacionais em cada território como foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania.

Dentro das 20 metas estabelecidas, a atuação do fonoaudiólogo seria primordial na maioria delas, se a gente for procurar destacar. Destaca-se as metas 5 e 7 como justificativa do projeto apresentado:

- Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. O Censo demográfico de 2010 revelou que 15,2% das Crianças brasileiras com 08 anos de idade que estavam cursando o

ensino fundamental eram analfabetas. A situação mais grave foi à encontrada nas regiões Norte com (27,3%) e Nordeste com (25,4%).

- Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio. O Fonoaudiólogo está inserido desde a educação infantil até o ensino médio, e se eu for falar também no ensino superior.

Com o norteamento dado a educação pela Lei de Diretrizes e Bases, a Lei nº 9.394/96, torna-se fundamental dentro de um ambiente escolar as parcerias firmadas entre as equipes pedagógicas e profissionais técnicos especializados em promover um ambiente propiciador e facilitador de Desenvolvimento Infantil, bem como do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a LDB, a educação infantil apresenta como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementado a ação da família e da comunidade, assim o Fonoaudiólogo está inserido desde esse público tentando minimizar os encaminhamentos, tentando estimular essa criança mesmo dentro das escolas, auxiliando também a família.

A rede pública estadual de ensino não conta com os serviços do profissional de Fonoaudiologia para dar apoio ao projeto pedagógico da escola e a saúde dos professores, cuja participação auxilia sobremaneira nos maiores desafios da escolaridade: ler, escrever e fazer cálculos, ligados a questões de linguagem, tratadas pela especialidade. A presença de um fonoaudiólogo na escola é um fator de grande importância enquanto auxiliador dos processos de aquisição da linguagem e facilitador dos processos de leitura escrita, não está ligado somente aos casos de voz.

Observa-se que a Lei Federal 6965, de 09 de dezembro de 1981, que regulamenta a profissão do fonoaudiólogo, no capítulo II, artigo 3º, estabelece: "É de competência do fonoaudiólogo: desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição, destaca-se: participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos".

Assim, o fonoaudiólogo, como especialista em comunicação humana, é o profissional técnico qualificado para o desenvolvimento do ambiente escolar, sendo capaz de detectar precocemente e intervir em distúrbios que acometem o processo comunicativo e afetam o processo educacional.

Nesta perspectiva, a contribuição do fonoaudiólogo na escola regular visa: apreender conceitos fundamentais para obtenção e manutenção de padrões comunicativos saudáveis; promover a saúde vocal, linguística, oral e auditiva, auxiliando os professores no como fazer; acompanhar a evolução das crianças elaborando, estratégias facilitadoras de aprendizagem; criar vínculo escola-clínica; realizar encaminhamentos; promover educação em saúde comunicativa através de conteúdos informativos, sensibilizadores e repletos de orientações pertinentes às vivências diárias; detectar precocemente os distúrbios; intervindo de forma grupal tanto

docente como discente; auxiliando, com orientação, pais e responsáveis, dentre outros e mobilizar o corpo docente para que estes possam lidar adequadamente com o processo de educação em saúde da comunicação humana.

No ano de 2017 foi aprovada a Lei 4178 que dispõe sobre a necessidade das escolas públicas do Estado de Rondônia ter em sua equipe pedagógica o fonoaudiólogo. Trabalho esse, iniciado pelo Deputado, hoje, Federal Léo Moraes.

O Município de Vilhena em Rondônia dispõe de duas fonoaudiólogas, que em pouco tempo apresentou um trabalho excelente. O Projeto atendeu em 2018 cerca de 670 alunos da rede municipal onde foram encaminhadas 242 crianças para acompanhamento multidisciplinar.

Particpei o ano passado do I Encontro de Fonoaudiólogos Educacionais do Brasil, em Recife e, pasmem, aquela cidade conta com 23 fonoaudiólogos na rede municipal de ensino. Sendo assim, estamos atrasados. Precisamos nos unir, precisamos por em prática a Lei aprovada.

Portanto, deve-se entender desde já a necessidade de investimento na área técnica para que seus ideais, quanto à construção de um saber globalizado, sejam validados. Não há custo, quando o benefício é real. Há sim, investimento e a certeza de um retorno qualificativo e quantitativo eficaz.

Esse texto pertence a PEC e vos fala um pouco, que não é pouco, o que o fonoaudiólogo tem a executar nas escolas. Prática esta que já é realidade em alguns Estados do Brasil, inclusive nosso vizinho, o Acre.

Contamos com o apoio de todos vocês, mais uma vez eu parabeno a iniciativa. Abraço a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Agradecer a presença do Cabo PM Janaína Peres, Major PM Vanda, representando a Associação dos Pais e Mestres do Colégio Tiradentes.

Quero agradecer também a presença dos Acadêmicos do Centro Universitário São Lucas, Faculdade Aparício Carvalho – FIMCA, Faculdade Católica, Universidade Federal de Rondônia, Faculdade UNIRON, Universidade Paulista – UNIP, Universidade Norte do Paraná – UNOPAR.

Eu queria também aqui perguntar se a Klívia Meireles, ela está aqui representando o Deputado Cirone, Assessora do Deputado e a Klívia, através do Deputado Cirone lá de Cacoal ela trouxe a preocupação da inclusão dos fonoaudiólogos nessa Emenda Constitucional. Nós fizemos, o Deputado também assinou junto, toda Emenda Constitucional tem que ter assinatura de no mínimo 8 Deputados com o que está apresentando o Projeto e o Deputado Cirone através da Klívia trouxe essa preocupação a ela que é Fonoaudióloga também, se ela quiser fazer uso da palavra. Só para registro e constar.

Eu gostaria de passar a palavra a senhora Virgínia Braz, representando o Conselho de Fonoaudiologia – CREFONO/9ª Região.

A SRA. VIRGÍNIA BRAZ – Boa tarde a todos! Eu quero aqui agradecer o Deputado Anderson pelo convite, pela proposta que ele elaborou que é fantástica como diz o Hino de Rondônia, pioneiro sempre e pioneiro em mais um projeto.

Quero também aqui agradecer a presença de todos, de todos os nossos colegas do Serviço Social, da Nutrição, da

Psicologia, agradecer todos os colegas que estão aí no plenário, alunos dos Cursos de Fonoaudiologia das Faculdades Integradas Aparício Carvalho; do Centro Universitário São Lucas e também os colegas que estão presentes, têm vários aí presentes do Curso de Fonoaudiologia também; agradecer a todos, todos os presentes, enfim. Então, eu acho que falar da importância desse projeto é chover no molhado, eu acho que todos que estão aqui já sabem o quanto é importante, qualquer um dessas áreas aí: Serviço Social, Psicologia, Nutrição, Fono dentro da escola, atuando junto com os professores, junto com as coordenações, com os pedagogos para que as nossas crianças possam se desenvolver. Quem vai ganhar com isso? As nossas crianças, só elas, elas vão ganhar, mas, aí no fim todos ganham. Porque quando formamos cidadãos que conseguem pelo menos entender o que ele ler, gente, toda sociedade ganha; enquanto nós estivermos aí formando cidadãos com dificuldade de compreensão, de um texto simples, nós vamos tentar isso, que vai andar, que vai sair do lugar. E é por isso que eu agradeço muito, nós, a Fonoaudiologia, o Conselho Regional da 9ª Região aqui representando por mim, vem agradecer ao Deputado por esta proposta, acredito sim, que ao ser aprovada e o Estado podendo montar todo o seu Governo a partir, pensando nesta estratégia de melhorar a educação, principalmente a Educação Básica, é um Estado que vai ter condições sim de competir de igual com os demais Estados brasileiros. Acredito até que a gente vai poder competir e sair na frente com essa proposta. Só para lembrar, com relação a questões fonoaudiológicas, as nossas crianças, as nossas escolas públicas são muito prejudicadas. Enquanto uma criança numa escola privada, numa escolar particular tem uma família que tem condições, na grande maioria das vezes de procurar um profissional para dar o auxílio que aquela criança precisa, que tem uma família mais bem estruturada, enquanto a criança da escola privada tem tudo isso garantido, porque ele já tem isso em casa; a nossa criança da escola pública não tem. E como competir depois no mercado de trabalho? Dois profissionais que vêm de um ambiente completamente diferente e que já sofreram tanto prejuízo desde a sua formação inicial. Então, esse projeto, ele vai dá possibilidade para essa criança concorrer de igual para igual lá no futuro e é isso que nós esperamos. O ano de 2016, 2017, nós tivemos oportunidade e participar junto com a SESAU e a SEMED de um projeto de saúde auditiva do escolar; Então, foi um trabalho muito bacana que a Fonoaudiologia pode fazer aqui dentro do Estado e serviu para a gente ter uma noção do quê que acontece dentro da nossa escola, das nossas escolas públicas. No período de 2016 e 2017, nós fizemos triagem de mais ou menos 2.000 mil crianças nessas escolas e infelizmente, 37% das nossas crianças em sala de aula não têm condições de estarem ali dentro. Por quê? Não estão sequer ouvindo direito, são crianças que têm prejuízo na audição, imagina uma criança que não ouve bem dentro de uma sala de aula competindo com outras crianças, ruidosas, infelizmente por que criança faz barulho, numa sala de aula que nem sempre tem uma boa acústica, que está num local que tem um ruído da própria cidade, do ambiente ali que é ruidoso, uma criança que não está ouvindo bem, como é que ele consegue aprender? Como que a gente pode cobrar isso dele? É difícil. Então, o trabalho tem que começar logo, não vou nem falar da questão da nutrição, as questões sociais que também são muito graves,

eu falo daquilo que eu tenho mais conhecimento, que é da saúde auditiva, que é da saúde fonoaudiológica e eu sei que as nossas crianças têm uma defasagem muito grande e elas precisam desse socorro e esse projeto vem trazer essa contribuição, Deputado, e, é por isso que eu agradeço. E essa é a minha fala, muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Gostaria de ouvir também a senhora Marina Falcão, Conselho Tutelar, está representando o Conselho Tutelar.

A SRA. MARINA FALCÃO – Boa tarde a todos. Eu quero em nome do meu amigo Carlos, agradecer aos componentes da Mesa, ao Deputado por essa iniciativa brilhante, parabéns e ao plenário o meu amigo Jackson, meu amiguinho Jackson, que fazemos parte também da rede de Enfrentamento a Violência Sexual contra a Criança e Adolescente no Município de Porto Velho. Como Conselheira Tutelar, ali têm Conselheiro Tutelares também, cadê os amigos conselheiros tutelares que estão ali, de Jaci, ainda, Conselheiros Tutelares de Jaci-Paraná, estão aí em cima, não sei a onde, mais estão por aí, Conselheiros Tutelares de Jaci-Paraná.

Eu quero falar aqui de duas Leis, primeiro a Lei de Deus. Romanos 13, no Versículo 1, diz: “que toda autoridade é constituída por Deus”. Então, que os nossos Deputados façam o que esse Deputado Anderson está fazendo, um trabalho brilhante para o bom desenvolvimento do Estado de Rondônia, em prol de crianças e adolescentes. E já falando do Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º o Deputado citou a Constituição. Eu vou Ao Estatuto da Criança, no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, ele diz: “É dever da família, da comunidade, da sociedade, do Poder Público em geral, garantir com efetivo direito a saúde, educação, esporte, cultura e lazer de crianças e adolescentes”; e a nutrição também, ainda diz mais isso no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, isso é fundamental que essa equipe multidisciplinar esteja dentro da escola, porque as escolas públicas hoje, a gente fazendo a comparação na escola pública e a escola particular, o Conselho Tutelar, ele é acionado em várias áreas, dentro da escola principalmente. E quando a gente é chamada dentro de uma escola particular, a gente já observa que já houve um atendimento de psicólogo, de assistente social; e na rede de ensino do Estado, do município, isso não acontece. Quando chegam até nós um relatório ou que a gente vai à escola, a gente chega lá e diz: “olha, eu não sei o que está acontecendo com essa criança!”. Por que a professora, a formação dela é Letras, é Química; ela não tem aquela formação. Então, a importância desses profissionais, que cada um trabalha na sua área, mas, a junção de todos eles vai dá um bom desenvolvimento para essa criança dentro de uma sala de aula, e com certeza, vão sair de lá bem, tanto na saúde, como no aprendizado. Então, tudo isso vai contribuir para o bem-estar de uma criança e de um adolescente. Eu agradeço, e parabéns Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Agora a Senhora Laís Reis, Psicóloga da SEDUC, está representando a SEDUC? Não?

A SRA. LAÍS REIS – Boa tarde! Meu nome é Laís, sou Psicóloga e trabalho no Programa Saúde na Escola, que acabou de ser mencionada. Então, eu tenho duas colocações aqui para fazer: primeiro com relação ao programa aqui no Município de Porto Velho, nós temos mais de 180 escolas entre rede estadual e municipal, e no programa, nós temos somente 64. Então, as outras escolas ficam sem o trabalho do PSE que é um trabalho que envolve tudo isso aí, alimentação, práticas corporais de atividade física, seguranças nas escolas, prevenção das violências, são doze ações que tem no Programa Saúde na Escola. E quando a escola é pactuada, nós temos uma equipe de saúde que trabalha as doze ações dentro do programa. O que aconteceu ano passado com o Município de Porto Velho? Quando o município através da equipe de saúde realiza as doze ações no PSE, o município recebe uma adicional por aquele atendimento das doze ações. E como o Município de Porto Velho não realizou, ficou sem receber o recurso. Então, às vezes, nós reclamamos que nós não temos dinheiro para realizar algumas ações, e quando tem, não é realizado da maneira que é para ser feito, não é? Então, na realidade, não foi só Porto Velho, 21 municípios do Estado de Rondônia ficaram sem receber o recurso porque não realizaram as doze ações. A outra questão que eu quero colocar é com relação ao psicólogo na SEDUC, que é de onde eu venho. Até 2012, nós tínhamos uma média de 15 a 20 escolas que tinham profissionais psicólogos dentro da escola realizando trabalho. Quando veio a 680, em 2012, ela retirou o profissional e garantiu somente nas escolas de tipologia 5, que são: escolas com mais de 25 salas de aula e mais de 1.500 alunos. Então, dentro do município de Porto Velho nós só temos três escolas com essa tipologia, significa que mais de 78 escolas não estão amparadas por conta dessa lei. Então, desde essa época quando eu tive que sair da escola e voltei para a SEDUC eu venho falando sobre a 680 e até agora ela continua em vigor. Então eu sempre falo para os diretores quando eles reclamam que não tem o psicólogo dentro da escola, enquanto a 680 estiver em vigor, nós não vamos ter psicólogos, porque para todos os efeitos a SEDUC está cumprindo com o que a legislação preconiza, ela não está fora da lei, ela está dentro da lei, não é? Então, se nós queremos que tenha psicólogo, assistente social, psicopedagogo, fono, nutricionista e outros que a escola precisa, antes de mais nada, a 680 precisa ser revogada, enquanto ela estiver em vigor não tem psicólogo e nenhum outro profissional dentro da escola. Então, primeiro reforçar a questão do Programa Saúde na Escola que é um programa que trabalha basicamente com a prevenção, então como nós trabalhamos com a prevenção o dinheiro que é destinado para a prevenção é mínimo, geralmente os gestores destinam 90% do dinheiro para a média e alta complexidade, eu estou falando de saúde, e 10% para a prevenção. Então enquanto tiver essa proporção desnivelada entre prevenção e quando a pessoa já está doente, que é o caso quando a pessoa já está com sobrepeso, obesidade, tudo isso não adianta porque vai gastar muito dinheiro e não vai ter resultados, nós precisamos inverter a lógica, vamos destinar 90% para a prevenção e 10% para a intervenção, quando a pessoa já está doente. Então, só para vocês terem uma noção do que eu estou falando, o ano passado nós tivemos dentro do Programa Saúde na Escola a possibilidade do município de Porto Velho fazer adesão ao programa

Academia da Saúde, que é uma estratégia dentro do PSE para trabalhar todas essas temáticas dentro de um espaço, que o dinheiro vem do Governo Federal e a contrapartida do município é somente a manutenção do espaço, só 08 municípios de Rondônia mandaram propostas para o Ministério da Saúde, e o Município de Porto Velho não foi um deles. Então enquanto tiver essa questão da reclamação de não termos espaço, mas, quando tem oportunidade não é encaminhado nenhum projeto para lá para ser aprovado, a gente vai continuar daqui a um ano, daqui a dois anos, daqui a dez anos reclamando a mesma coisa. Então, são estratégias que podem ser trabalhadas para a diminuição de todos esses agravos, porque se você tiver uma boa alimentação, se você praticar atividade física, você não vai ter nenhuma destas dificuldades, mas, ao mesmo tempo quando você tem oportunidade e não vai atrás fica só na reclamação e aí a gente nunca vai conseguir mudar esse quadro nem com relação à presença do psicólogo na escola e nem com relação a trabalhar a prevenção.

Outra estratégia que nós temos dentro do PSE é o NutriSus que é uma estratégia que você adiciona vitaminas para combater anemias e falta de vitaminas. E em 2016 nós tínhamos 73 creches e escolas infantis que poderiam fazer adesão ao PSE e somente 02 creches em Porto Velho foram pactuadas no programa, então foram mais de 4 mil alunos que ficaram fora dessa estratégia que é adicionar um sachê na comida do estudante para combater anemias e falta de vitaminas, e como eu estou falando, tínhamos 73 creches de escolas infantis e o município só fez adesão a 02. Então a gente vai continuar sempre marcando passo, enxugando gelo, porque na hora que realmente é preciso ser feito o trabalho o Município de Porto Velho sempre fica aquém do que deveria ser feito. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Eu quero ouvir agora o senhor Vinicius Gomes da Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia. Seção/RO, senhor Vinicius.

O SR. VINÍCIUS GOMES DA SILVA – Olá! Boa tarde a todos! Primeiramente eu queria agradecer pelo convite do Deputado; e agradecer a presença de todo mundo, todas as pessoas de todas as classes; acadêmicos e profissionais já formados que estão aqui em prol de defender, sobre o que a gente está discutindo durante essa Plenária.

Primeiramente eu queria dizer também que além de a gente pensar sobre a importância desse projeto que eu acredito que a gente nem deva pensar porque ele é importante. Eu queria dizer que essa equipe multidisciplinar na qual a gente está tendo esse olhar, ela é muito importante, ela traz muitos benefícios, e a gente acaba falando sobre o que a gente está falando em relação às políticas públicas educacionais. Então eu penso que, como eu estava comentando com a Virginia, em relação, nós não temos que discutir o quanto isso é importante o projeto é muito importante. O que nós temos que discutir é sobre como nós conseguiremos chegar a isso. A fala da senhora Darlene também foi muito importante sobre um instrumento disparador. Então isso que a gente está propondo aqui e o projeto que o Deputado está apresentando é um instrumento disparador para que a gente comece a perceber e comece

também a reformular algumas importâncias desses profissionais dentro das escolas em relação à Educação Básica.

A Laís falou muito bem, minha colega, sobre a Lei Complementar nº 680 e enquanto, falando agora sobre a classe dos psicólogos, na verdade não é uma inserção, é uma reinserção que está sendo provocada aqui, porque existia a presença de psicólogos e hoje ela é bem restrita justamente por causa dessa lei complementar. E o que eu acredito que tenha sido um retrocesso em relação ao serviço do profissional dentro da escola e também as ofertas, aos benefícios que isso traria para as crianças, para os adolescentes e para quem poderia ser beneficiado com esse dispositivo. Esse projeto, ele é bem complementar. Então a gente acaba inserindo outras equipes, inserindo outras disciplinas, e quem sempre vai lucrar com isso são as crianças, são os adolescentes que precisam desse acesso.

Muitos exemplos em relação a como funciona, as crianças que são de uma escola particular e a diferenciação das crianças que estão em uma escola particular e das crianças que estão na educação pública e isso, a aprovação disso, seria um benefício muito maior. Principalmente porque a gente está novamente trazendo a fala sobre as políticas públicas em relação à educação.

Então, só para fechar a minha fala e concluir, sobre o que já foi falado e falar sobre os benefícios também, enquanto o psicólogo e a classe de Psicólogos, eu estou vendo que tem muitos acadêmicos aqui, pode levantar a mão aí, pessoal que é psicólogo também. Então tem muita gente aqui e todos nós estamos em prol de algo que é um benefício muito grande para o nosso Estado. Recentemente nós tivemos uma tragédia na Escola de Suzano, e acredito que todos estejam cientes do que aconteceu em São Paulo. E eu ouvi alguns colegas perguntando assim: "mas, o que o psicólogo tinha para fazer se já aconteceu?". E cai muito no que a Laís estava falando, sobre a gente liga muito para o trabalho de intervenção depois que acontece, esquece muito dos métodos anteriores de prevenção. Então não só do psicólogo, mas, também das outras especialidades que foram apresentadas aqui pela Darlene, também pela outra colega e todos os colegas que estão participando. Então além de dizer, além de reforçar sobre os benefícios que esse projeto, ele pode trazer para a sociedade, ele também enaltece a importância dessas disciplinas dentro da escola. Então é mais ou menos, é basicamente isso que eu gostaria de dizer e agradecer em nome do Conselho Regional de Psicologia também da classe de psicólogo, sobre esse empenho que está sendo feito para a aprovação desse projeto. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Abrir a fala também à senhora Maria Rosimeire, ela é Diretora de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Rondônia, o IFRO.

A SRA. MARIA ROSIMEIRE SALVIANO DE MOURA - Boa tarde a todos! Gostaria de parabenizar o Deputado pela proposta. E a minha função aqui na verdade é falar um pouquinho da experiência do IFRO com essa equipe multiprofissional. Os Institutos Federais no Brasil inteiro, já têm essa composição dentro da sua estrutura e nós somos muito privilegiados por isso. Nós sabemos da importância desses profissionais. A gente

tem uma diferença, que nós não temos o Fono na proposta do Estado, mas, temos o enfermeiro dentro da composição dessa equipe que faz, que atua dentro da assistência estudantil, é o termo que nós utilizamos dentro dos Institutos Federais. Essa equipe tem um papel fundamental no desenvolvimento do sucesso escolar, dos indicadores de sucesso escolar dos nossos estudantes. Eu acho que a gente não consegue pensar os Institutos Federais, hoje, sem essa equipe. E nossos indicadores de sucesso geral, os desempenhos que os institutos federais têm no país, também são atrelados a esses profissionais. A gente, aqui no Estado de Rondônia, o IFRO conseguiu o indicador, no ano de 2018, de 95% de êxito escolar dos nossos estudantes que são atendidos por essa equipe. Então, nós tivemos apenas 5% de evasão desses estudantes e, aí, outros indicadores, outros fatores precisam ser levados em consideração para isso e 90% dos estudantes atendidos por essas equipes foram aprovadas em 2018.

Então, quando a gente fala assim: "quem lucra com essa equipe na escola", eu acho que quem lucra é o Estado. As crianças se beneficiam sim, as famílias se beneficiam, a população se beneficia, mas, quem lucra é o Estado. Lucra com a diminuição dos indicadores de retenção, com os indicadores de evasão. Luta com o fortalecimento de políticas de proteção social, porque na escola, o que a gente tem é um microcosmo da sociedade. Então, na escola aparece de tudo. Todos os problemas que a gente tem na sociedade, eles também surgem na escola. E, aí, o fator de ter uma assistente social dentro de uma equipe multiprofissional é fundamental. Então, todas as violências aparecem lá, todas! Às vezes, a rede de proteção que existe fora da escola não consegue chegar até esses estudantes. E esse estudante está ali dentro de uma escola, dentro de uma unidade escolar. E se tem um assistente social ali, ele está preparado para dá todo encaminhamento necessário, fazer todas as intervenções necessárias. Então, é fundamental.

Não preciso falar do serviço de Nutrição, não preciso falar do serviço de Fonoaudiologia, não preciso falar do quanto é fundamental esses serviços. Então, quem lucra é o Estado ao fazer essa promoção de saúde chegue. A OMS já declarou que a escola é um lugar privilegiado para a promoção de saúde, é o melhor lugar. É o lugar onde a gente deve fazer promoção de saúde. A gente não tem que gastar com cura de doenças. A gente tem que gastar, investir, na verdade, em prevenção de doenças. E aonde é que a gente pode fazer isso? Aonde é que estão os cidadãos da nossa sociedade, ali, em formação? É na escola. Por lei, todos têm estar lá na escola, e é onde todos podem ter acesso à informação de saúde, todos. Então é o melhor lugar para a promoção de saúde, é o melhor lugar para proteção social e é onde a gente pode fazer o enfrentamento às violências de forma mais eficiente. E é com essa equipe que a gente vai conseguir mudar o quadro da nossa educação brasileira. É com essa equipe que a gente vai conseguir apoiar os docentes, apoiar nossos gestores na execução de uma educação de qualidade.

Então, assim, eu quero dizer que os institutos federais têm buscado, têm construído excelentes indicadores, mas, por detrás disso existe o fortalecimento dessa equipe. Existem equipes hoje em todas as unidades do IFRO do Estado, nós temos essa equipe. E reforçar a necessidade para que o Estado

fortaleça as unidades escolares do município e do Estado, e a gente consiga sim, mudar esses indicadores. Muito obrigada a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – A ata desta Audiência vai ser encaminhada ao Governo do Estado, à Presidência desta Casa, ao Ministério Público, justamente porque nós estamos no momento de discussão, como eu falei inicialmente, do PPA. E entrando isso como algumas diretrizes de governo por políticas governamentais que precisam ser elaboradas e discutidas, a importância desta Audiência é mostrar isso ao Governo do Estado, que ele precisa se ater a isso, porque ele acaba, no futuro, economizando. Evitando, o que bem a senhora falou, evasão escolar que às vezes, leva também ao envolvimento com crimes e isso vai acarretar prejuízo porque ele vai parar lá no sistema socioeducativo, depois ele vai lá para o sistema prisional, e o custo disso que está quebrando o Estado. O custo é muito caro. Você passa nesse presídio federal, ali, é o Exército, é tanta gente ali. O custo daquilo ali, para manter aquela Força ali, é muito cara. E se a gente não tivesse esse cenário, esse recurso que está sendo gasto, seria investido justamente no que a gente está discutindo hoje aqui, e teria dinheiro sobrando para fazer isso. Mas, tem que começar hoje, senão o resultado não chega amanhã. Pelo contrário, vai piorar ainda um pouco mais.

Eu queria ouvir a Mestre Ainá Barbosa, Mestre em Psicologia Escolar e Processo Educativo – UNIR, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional.

A SRA. AINÁ BARBOSA FEITOSA – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa; eu parabeno também a iniciativa do Deputado por esse Projeto de Emenda Constitucional, e só para não ‘chover no molhado’, pelo que os colegas psicólogos já falaram da importância da atuação não só da nossa profissão, mas, também dos outros, dos outros colegas fono, nutricionistas, enfim. Eu gostaria de completar com uma coisa uma questão bastante importante no nosso Estado, não só no nosso Estado, mas, no nosso país, que a gente sofre bastante com programas de governo e não com políticas públicas. A gente tem um marco com relação à história da psicologia escolar educacional no nosso Estado, que são duas leis complementares de dois governos diferentes. A primeira Lei Complementar é a Lei 420/2008, que institui o cargo de Psicólogo Educacional dentro da Educação do Estado de Rondônia. É um marco, foi um marco extremamente importante, porque nós somos um Estado muito jovem, e a gente conseguiu trazer esse profissional para dentro da escola, para dentro da educação mais especificamente, enquanto Estados mais quatrocentões como Pernambuco, por exemplo, era até então o pioneiro. E aí a gente revogou essa decisão com a Lei 680/2012, onde a gente tirou essa importância política, de representatividade política do psicólogo dentro da Educação. Então, quando a gente tem projetos como uma Emenda Constitucional, a gente tem uma questão muito mais sólida do que uma lei complementar. Então, a importância para que a gente esteja nesse espaço de modo muito mais firme e podendo contribuir com os nossos conhecimentos para dentro da instituição escolar e a educação como um todo, que é um espaço, extremamente, revolucionário de emancipação dos

sujeitos e de transformação social contribuindo, colaborando para que a gente faça pensadores e não apenas pessoas que vão reproduzir as questões escolares; é extremamente importante. E diante da fala do que foi dito que a anterior a minha fala ali na bancada, eu recomendo a todos, que leiam o texto de uma mulher chamada Maria Helena Patto, “Escola Cheia, Cadeias Vazias”, principalmente aos estudantes de Psicologia. É isso, muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Vamos ouvir, também, a acadêmica Isadora Nunes, que ela tem uma criança pequena, ela pediu a fala, ela é acadêmica do 6º período de Nutrição/FIMCA.

A SRA. ISADORA NUNES – Boa tarde. Eu tenho 28 anos, estou no 6º período de Nutrição e estudo na Faculdade FIMCA. Eu vou falar como acadêmica do que eu acho da importância da minha categoria na atuação das escolas. Como já foi dito, eu entendo que a educação, seja ela nutricional; psicológica ou do de todos os profissionais que já atuaram dentro da escola das matérias comuns, ela é de extrema importância, porque nós como seres humanos somos formados na escola. E como o Deputado falou no início a educação começa em casa, mas, a partir do momento que a gente, que aquele estudante, que aquela criança ou aquele adolescente não tem educação em casa, e tem a oportunidade de ter educação na escola, ele pode levar a educação que ele não teve em casa para dentro da casa dele. Como? A escola faz com que a gente forme opiniões, com que a gente enxergue o futuro ou mude a história que a gente já pode; que aquela pessoa já vem de uma linha cronológica do que já pode ter acontecido com ela. Um exemplo: por que é um assunto polêmico, mas, que a gente tem que pensar, porque que no nosso País tem que ter cota para negros ou para pessoas que estudaram em escola pública? Porque isso é uma desigualdade, porque se desde o começo tanto os negros quanto brancos ou os índios, não importa a etnia ou raça, tivessem as mesmas oportunidades ou tivessem tido o mesmo conhecimento não seria necessário que isso acontecesse. Onde eu quero chegar em relação a minha categoria? Todos nós sabemos que as doenças crônicas não transmissíveis, como os nutricionistas aqui já falaram, elas são o mal do século, que é a obesidade, a hipertensão e aterosclerose e as doenças cardíacas em geral. Essas doenças, elas custam muito para o bolso do Estado, porque são pacientes que geralmente não conseguem ter uma cura, e eles ficam acarretando os custos que o Estado tem que ter; o Sistema Único de Saúde. E como que isso pode ser evitado? Através da Educação, que educação, como eu estou falando da minha categoria, educação nutricional, onde começa? Na escola. Que a partir do momento que aquela criança ou aquele adolescente educado, ao invés de comer a bolacha de água e sal com um copo de suco industrializado, ele pode desde aquele início da merenda escolar até a formação dele acadêmica, ele desenvolver uma doença, dessas doenças crônicas não transmissíveis, só ser um estorvo para o bolso público. Isso pode ser evitado com a nossa atuação através da educação, do que a gente tem para passar, ensinar qual a importante do alimento, qual o fundamento que tem você se alimentar bem, porque você se alimentar bem, não é só você ter um corpo

bonito ou você ter uma pele bonita, é uma questão funcional, é uma questão fisiológica, você pode ter muito mais anos de vida ou evitar inúmeros problemas como esses que eu falei das doenças crônicas, como câncer, fora que a nossa atuação dentro das escolas é crucial principalmente por que aquela merendeira, ela está lá como representante da educação nutricional e às vezes ela não tem, na maioria das vezes, ela não tem a capacidade técnico-científica de saber ou de explicar para aqueles alunos qual é a importância do alimento. Então, muitas vezes, não por ela, mas, porque não tem estrutura, não tem um profissional que tenha o conhecimento técnico-científico e que passe isso para aquelas merendeiras, para que as façam entender qual é a importância delas, do quão é importante a função delas dentro das escolas. E a partir do momento que esses jovens, crianças e jovens que são o nosso futuro, são os futuros formadores, nossos futuros formadores, eles, principalmente das escolas públicas, como já foi dito que é bem diferente das escolas particulares, que têm muito mais oportunidades na maioria das vezes e nas escolas públicas têm menos, a partir do momento que esses jovens levam de dentro da escola para dentro da casa deles, aquela história pode mudar. Então, em vez de a gente estar muitas vezes se preocupando ou procurando: “não, vamos fazer uma lei, ou seja, lá, para criar mais cotas”, um exemplo, as cotas são necessárias no nosso País, mas, isso pode mudar. Como pode mudar? A partir da educação. E a gente pode levar a educação dos nossos jovens e crianças para dentro da casa deles e assim continuar uma história. E eu entendo que o profissional nutricionista, ele é de extrema importância para ensinar como deve se alimentar para que sejam evitados esses tipos de doenças, que atualmente são o que realmente mexe no bolso público e quando a gente fala em questão financeira do bolso público, é uma questão que querendo ou não, vão prestar mais atenção, que às vezes é melhor você pagar o profissional, você desembolsar uma X quantia para os profissionais serem obrigatórios dentro das escolas, vai ser ínfimo o valor perto do que o Governo gasta com as pessoas doentes de dentro do Sistema Único. Isso vai desatolar as filas, isso vai fazer com que o Sistema Único de Saúde melhore infinitamente, além da educação nutricional que a gente tem que levar. É assim que eu entendo o profissional nutricionista dentro das escolas.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Parabéns.

Vamos ouvir agora o Senhor Carlos Henrique Gomes de Souza, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/RO.

O SR. CARLOS HENRIQUE GOMES DE SOUZA - Boa tarde a todos aqui no plenário, eu queria em nome do Deputado Anderson Pereira, estender os meus cumprimentos à Mesa e também boa tarde especial aos colegas profissionais de Serviço Social e os nossos acadêmicos do Serviço Social, por favor se manifestem. E só endossar de fato o que já foi colocado aqui no plenário da importância e relevância dessa lei. Eu vejo como ponto, dialeticamente como ponto positivo, mas, também como ponto negativo, em que sentido? Ponto positivo na questão de perceber que esses profissionais são essenciais numa política de educação, e, ao mesmo tempo triste, por perceber que as

políticas: saúde, trabalho, entre outras, estão afastadas ou precarizadas, porque a nova ordem agora é corte, porque hoje tem um discurso de que o gasto público, que é o gasto com o ser humano, com o cidadão é gasto e na verdade não é gasto, é investimento. Então, nós temos que mudar também essa lógica e eu enquanto Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social e também membro hoje da Comissão de Seguridade Social do nosso Conselho aqui representado pela nossa Presidente Noemi, a gente entende que no ambiente escolar, é necessário também essa integração das políticas públicas e um dos profissionais que mais trabalham ou que trabalham de fato dentro dessa ordem, de ser o articulador dessas políticas públicas, um trabalho interdisciplinar, um trabalho transdisciplinar e integrado, é o assistente social. Eu também não vou ser redundante na questão da importância, da relevância, mas, só para dizer que historicamente falando o serviço social sempre esteve presente no ambiente escolar, nós temos 83 anos de existência no Brasil e, desde, o nosso surgimento nós sempre trabalhamos dentro do ambiente escolar, em prol justamente de promover a cidadania, de promover o direito, o acesso as políticas públicas e hoje a gente percebe que, tanto no ambiente escolar, quanto em outras políticas; a política de assistência social que é o carro chefe justamente desses grupos vulneráveis que estão dentro e fora da escola, porque na escola, estava até pontuando alguns pontos, a gente encontra: evasão escolar, mais o porquê dessa evasão escolar? A gente encontra o bullying, a gente encontra conflitos, abusos, exploração de trabalho e uma coisa muito importante também, que são os nossos professores, os nossos pedagogos que trabalham diariamente com esse público e que infelizmente hoje, eles estão sendo alvo de filmagem, de estar pregando um negócio de ideologia que a gente sabe que isso não é verdade; mas, que também são peças fundamentais e que eles não conseguem, até pela sua formação, pelo seu trabalho analisar e intervir nesse âmbito de questões, de expressão da questão social ou de conflitos que perpassam as nossas crianças, nossos adolescentes e suas famílias e que hoje quando a gente fala de família, não é aquela sagrada família nuclear como se coloca e tenta se impor, mais aquela família monoparental chefiada por mulheres, homoafetivas, aquela avó que cria aquele neto, aquele tio que cria aquele sobrinho que também família e que muitas das vezes está desamparado pelo próprio Estado, pelas políticas que estão cada vez sendo enxugadas e que a escola, o professor é aquele técnico que percebe primeiro que aí como tem, como a nossa colega ali falou, realmente que realmente tem bons profissionais no IFRO, nós temos assistente social do Ministério Público; então nós temos essas parcerias e a gente entende que esses profissionais: serviço social, psicologia, identificam, aciona a rede e dentro daquilo que compete a política de educação que tem uma verba sim fixa, como a saúde, que é diferente da assistência que nós sempre tentamos a cada conferência, estipular um piso para que não seja cada vez mais reduzida, porque hoje a Assistência Social assegura esses direitos, na questão da proteção básica, especial, enfim, a gente percebe que esses profissionais: professores, pedagogos e nutricionistas, fonoaudiólogos; quando a colega falando de nutrição está falando muito de obesidade, mas, nós do Ministério Público, Deputado, a gente

pegou muitos casos de desnutrição e que tipo de nutrição? daquelas famílias que não tinham condições de comprar uma cesta básica, que estava em processo, a criança precisa da merenda escolar para se alimentar naquele ambiente e aí tendo um técnico de nutrição, o assistente social que faz essa articulação com as demais políticas públicas, que também já existem políticas públicas na escola como BPC na escola; como a colega colocou como em relação a saúde; trabalha de forma articulada e prover não só a cidadania daquela população infanto-juvenil, mas, também a sua família. E eu corroboro fortemente com a nossa colega da nutrição, quando ela falou e também da Darlene, quando ela falou que essa Lei, ela é o estopim, porque muitas lutas virão e quando eu falo luta, é como o nobre Deputado colocou; a questão de está, a gente articulou, eu acredito que essa Lei não vá deixar de ser votada e aprovada, acredito eu. Mas, aprovada, nós temos que ter outras batalhas lá no PPA com relação ao investimento que vai ter, porque não adianta ter toda uma estrutura, toda uma legislação, se não tem execução no final e lá na ponta e aí não tem execução por quê? Porque não tem dinheiro, porque não tem orçamento. Então, nós, eu digo nós, nossas categorias aqui unidas pelos nossos representantes dos Conselhos e vocês acadêmicos e profissionais, nós temos sim essa responsabilidade com aquele cidadão que está lá na ponta que muitas das vezes não sabe nem da sua própria cidadania. Então, Deputado, é só isso, me coloco também à disposição aqui do senhor, eu também já estou com a minha Presidência aqui também com relação a estar assessorando na contribuição e fortalecimento também da justificativa até do nosso projeto e parabenizá-lo por essa ação e vamos à luta. Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns. Vamos ouvir agora a senhora Noemi Ribeiro, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/23ª Região.

A SRA. NOEMI RIBEIRO DE ASSIS LEMOS – Pessoal, boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer ao Deputado Anderson pelo convite e em nome dele cumprimentar toda a Mesa; aos profissionais que estão presentes, os fonoaudiólogos, os psicólogos, nutrição e aos meus colegas da minha categoria, os assistentes sociais, os bacharéis, os acadêmicos, é um prazer enorme estar aqui com vocês nesta tarde discutindo esse assunto tão importante, mas, um assunto crucial para as categorias e para a sociedade de uma forma geral. A escola como um dos principais equipamentos sociais, tem sido desafiada cotidianamente em articular conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, ou seja, seus problemas e necessidades sociais. Nesse sentido se torna essencial e fundamental que a escola comece a conhecer a realidade social dos seus alunos; podendo também encurtar a distância que a separa do universo familiar, para que a escola possa desempenhar seu papel político, ela deve desenvolver o senso crítico dos seus alunos, precisando estar em sintonia, não só com a realidade dos seus alunos, como também com a realidade da comunidade em que a escola está inserida, deve respeitar essa realidade social, cultural e econômica dos seus alunos e partindo dela, partindo da escola a iniciativa de propiciar a participação da família no processo sociopedagógico nas escolas. Dessa maneira a inserção do

Serviço Social na escola, ela deve contribuir para as ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social, de formação de cidadania, de formação de cidadãos e emancipação de sujeitos sociais. Ambos, tanto a escola como o Serviço Social, como os profissionais, os assistentes sociais, eles trabalham diretamente com a educação, com a consciência, com a oportunidade de possibilitar as pessoas a se tornarem conscientes e sujeitos de sua própria história, são muitas as contribuições que o Serviço Social pode dá dentro das escolas trabalhando juntamente com as equipes multiprofissionais. O assistente social na escola, ele não vai estar lá tomando a vaga de nenhum outro profissional, cada um no seu quadrado, mas, juntos, realizando um trabalho, e, o ganho não é só da criança e do adolescente, é do Estado, como disse a nobre colega, mas, é da sociedade como um todo. Se nós não nos preocuparmos com o que está acontecendo em nossas escolas; na atualidade isso vai influenciar muito, o que acontecerá no futuro. Nós temos aí o que já presenciamos, a gente acha que só acontece nos Estados Unidos, para fora do Brasil, mas, estão aí, os massacres dentro das escolas no Brasil. O futuro lá chegou. Os profissionais unidos, desenvolvendo trabalhos que mudam a vida das pessoas, mudam a vida das crianças, mudam a vida dos adolescentes, mas o trabalho do assistente social na escola, Deputado, ele é mais amplo do que simplesmente trabalhar com o aluno. Olha, só, é com a família e com a comunidade que ela está inserida. Eu gostaria de falar, até dei uma comentadinha aqui com o Deputado, a respeito da Emenda Constitucional, do documento em si, para a gente não ficar frustrado depois de ter uma lei, e ficar aí uma lei morta que não tenha tanta efetividade, a gente quer e precisa que ela atinja o objetivo que todos nós esperamos. Então, assim, foi citado, foram arroladas várias profissões, vários profissionais, eu estava falando aqui com ele, que a justificativa seria muito bom, por exemplo, os assistentes sociais, eles têm uma lei federal que fala de 30 horas de carga horária de trabalho semanal. O psicólogo, ele também tem, está contemplado aqui na Emenda Constitucional apresentada, número de alunos para um quantitativo; um quantitativo de números de alunos para um profissional de Nutrição com 30 horas semanais. Então, têm as outras categorias que podem ser inseridas. Se temos uma legislação federal que nos garante às 30 horas semanais e as outras categorias podem também se manifestarem dessa forma. Já conversei com o Deputado e a gente vai enviar a Lei para ele e aí vamos dá uma estudada. Só chamando a atenção, senão a gente fica..., cria uma expectativa e legislação e assim, tem estar tudo bonitinho no papel, com todas as letrinhas, porque senão, a gente fica com uma sensação de frustração e isso também não é legal para os profissionais. É isso.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Parabéns. Justamente a importância desse projeto de lei ser discutido, todos os projetos de lei têm que ser discutido em audiências públicas, em minha opinião, justamente para não nascer uma lei morta, se preocupando com a constitucionalidade, apesar que esta Casa é bem limitada em relação a legislar, a gente tem que ter estar sempre se preocupando com a Constituição Federal, com as competências da União, principalmente do Congresso Nacional, e a gente

fica limitado em alguns temas que são importantes para a sociedade, mas aí a gente leva lá para a nossa Bancada, para os nossos deputados federais e senadores.

Vamos ouvir aqui também a Sra. Laura Cristina, Assistente Social da SEDUC.

A SRA. LAURA CRISTINA – Boa tarde a todos. Cumprimento também a Mesa em nome do Assistente Social Carlos Henrique, do Ministério Público; cumprimento também meus acadêmicos alunos da FIMCA do curso de Serviço Social.

Eu trago duas pautas aqui, uma é mais informativa, no ano de 2016 a SEDUC abriu um concurso com 02 vagas para Assistente Social aqui para o município de Porto Velho e, salvo engano, mais 10 vagas espalhadas pelos Municípios de Rondônia, ele só veio convocar os Assistentes Sociais este ano no mês de janeiro, infelizmente só assumiu eu aqui em Porto Velho e hoje eu me encontro lotada no Núcleo de Saúde Ocupacional da SEDUC/Sede. A minha atuação hoje no Núcleo de Saúde Ocupacional está diretamente com os servidores que são os trabalhadores da Educação, e eu não posso deixar também de ressaltar a importância, porque quando eu penso numa educação de qualidade eu não posso pensar apenas no direito da criança, do adolescente, mas, eu tenho que pensar também no direito daquele que move a educação também, que é o trabalhador da educação. Então hoje nós prezamos pela qualidade de vida e bem-estar do trabalhador de educação juntamente também com os direitos das crianças e adolescentes no que corresponde ao ECA e a própria Constituição. Então, meus amigos, minhas amigas também Assistentes Sociais do interior que hoje estão atuando nas CRESS do interior têm relatado que tem tido muita demanda porque só são elas, 01 Assistente Social e 01 Psicólogo para atender todas as escolas que correspondem aquela Coordenadoria, e hoje nós estamos sem Assistente Social na Coordenadoria de Porto Velho. Então ressalto também que a Lei 680/2012 além do psicólogo, ela também preconiza que deveria ter um Assistente Social dentro das escolas na tipologia 5, mas nós não temos. Hoje só tem 01 Assistente Social no Município de Porto Velho. Então eu parabeno também o Deputado que eu penso que o projeto é muito importante para garantir tanto na SEDUC/Sede como nas Coordenadorias e também nas escolas o papel do Assistente Social enquanto atuante dentro da garantia dos direitos junto com os demais profissionais. Além do mais, eu também venho ressaltar sobre a questão do texto constitucional do projeto de lei para a gente poder, no meu pensamento, aprimorar um pouco mais, principalmente porque o Assistente Social não trabalha no viés moralizante dentro da escola, então nós trabalhamos muito além do que se encontra aí, acho que a gente poderia aprimorar isso, colocar o que o Professor Carlos, o Assistente Social Carlos já colocou e também a representante do CRESS que é justamente essa nossa articulação com a Rede, porque os direitos estão garantidos no ECA, estão garantidos na Constituição, mas, é o Assistente Social juntamente com a equipe multiprofissional que mobiliza o acesso a esses direitos. Então eu penso que poderia dar uma aprimorada, se for possível atender, e parabeno novamente o projeto de lei. Digo que as demandas são muitas dentro da educação, mas, que nós podemos juntos enquanto categoria, enquanto várias categorias profissionais, para crescer e de fato garantir uma educação de qualidade no Estado de Rondônia. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Geralmente a Emenda Constitucional, qualquer Emenda Constitucional traz ali o assunto, mas, toda Emenda Constitucional requer regulamentação, seja através de uma lei, seja através de um decreto, dependendo se for competência no caso do Governador de regulamentar, senão, através de uma lei para regulamentar aquele tema que está na Constituição. Nossa Constituição mesmo tem várias questões que ainda não são regulamentadas por lei e que precisam ser. Essa no caso vai ser uma questão que vai entrar no rol ali das Diretrizes que o Estado tem que cumprir com o cidadão rondoniense que hoje a gente altera que é essa lacuna que a gente está preenchendo. Nós temos bastante falas, eu vejo alguns acadêmicos já se retirando pelo horário, não sei se alguém abre mão da fala, mas, nós temos umas 06 falas, mas, vamos tentar preservar todas as falas. Vamos ouvir a acadêmica Diény Mary, acadêmica de Nutrição da FIMCA.

A SRA. DIENY MARY – Boa tarde a todos. Agradecer ao Deputado pela belíssima oportunidade de discutir sobre este assunto tão importante para a melhora dos estudantes no Estado de Rondônia. Só complementar aquilo que a colega de curso já falou, a Isadora, sobre a importância do profissional da nutrição na escola. É na escola que se inicia todo aprendizado acadêmico da Criança, e lá iniciando com a educação nutricional ele já vai crescer sabendo sobre alimentação saudável, sabendo como se cuidar. Também na escola existe o grupo de amigos e, a gente costuma copiar e principalmente, criança costuma copiar o que o outro faz, e acaba que vai induzir a todos a ter uma alimentação saudável. Além disso, a criança leva essas práticas para casa para estar orientando os próprios pais, para estar ajudando a adquirirem hábitos saudáveis, e esses hábitos saudáveis vão promover saúde para essas crianças já crescerem saudáveis, uma geração diferente da nossa geração de hoje, evitando gastos futuros com tratamentos de doenças, principalmente, doenças crônicas como diabetes, obesidade, doenças como hipertensão, e outras doenças decorrentes de maus hábitos alimentares e outros hábitos também. Então assim a ideia é muito boa, se vir a ser aprovada mesmo vai ser de grande valia, grande economia para o Estado, e também uma população saudável, uma população feliz como o povo brasileiro deve ser mesmo.

E eu agradeço muito a oportunidade. Parabéns pela iniciativa.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Com certeza o que é bom, o que é bom para o Estado não vai ter nenhum Deputado que vá se opor, pelo contrário, vai apoiar e, com certeza vai aprovar a Emenda Constitucional a gente vai precisar aí de 16 votos, são votos nominais, esse projeto se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ desta Casa, o relator dele é o Deputado Aécio da TV que é uma pessoa também bem sensível com a educação aqui no nosso município.

Vamos ouvir também a nutricionista Daniele Lima.

A SRA. DANIELE LIMA – Boa tarde a todos; a Mesa; e a todos que estão aqui. É de uma grande felicidade. Eu tenho certeza que o Deputado Anderson sabe por que, não é Deputado? Até chegar aqui foi uma longa caminhada. Diziam

para mim que uma andorinha só, não faz verão, e está aqui a andorinha.

Quero agradecer principalmente as nutricionistas, falaram maravilhosamente bem, estou até emocionada de vocês estarem aqui. Muito obrigada, mesmo. Agradecer ao Dr. Tomasete que sempre esteve ao meu lado, me ajudando: "Daniele, o caminho é aqui, o caminho é ali". E também além do Deputado, a sua equipe, que é maravilhosa, me ajudou também bastante. A minha colega Saiane também que está aí na luta; e as demais colegas que estão aqui hoje. As Técnicas em Nutrição, também, que foi uma categoria nova, que muita gente não conhece, mas, que é o braço direito das nutricionistas, trabalham e muito em prol do trabalho junto às crianças, junto à educação.

E para não alongar mais, eu quero só falar uma situação que é sobre essa Lei nº 680 que acabou me pegando meio que de surpresa. Tudo isso iniciou através do concurso da SEDUC em 2016 onde apenas foram contempladas 05 vagas, 05 Nutricionistas para o nosso Estado com 52 municípios. Vejam, apenas 05 nutricionista para conseguir atender todo esse quantitativo de alunos do nosso Estado. E, no entanto, comecei a conversar com o Deputado para ampliação dessas vagas, o porquê de não ter ampliação dessas vagas para melhorar o trabalho do nutricionista em nosso Estado. E para surpresa essa Lei nº 680 que tem só apenas contemplados 05 vagas para Nutricionistas, sendo elas, 02 aqui em Porto Velho, 01 em Vilhena, 01 em Cacoal e 01 em Vilhena, Cacoal e Ji-Paraná. Então se nós formos ver hoje quantos CRESS existem no nosso Estado, são em média 14 CRESS. Então significa que se pudesse ter 01 Nutricionista em cada, seriam no mínimo 14. E hoje para o nosso Estado só de profissionais Nutricionistas, hoje seriam contemplados uma média de 89 profissionais, vejam vocês como está defasado.

E aí eu pergunto como está o atendimento das crianças com relação ao profissional Nutricionista em nossa sociedade. Então eu queria que nós debatêssemos realmente essa Lei para que ela fosse revista, para que ela fosse reformulada, de acordo com o quantitativo mesmo de alunos que tem no nosso Estado. E aí colaborar com tudo isso que todos os profissionais, hoje, falaram aqui. Não vou ser repetitiva. Eu só quis aqui, realmente, expressar minha felicidade em estar aqui e ver tudo isso acontecendo e nós estarmos debatendo um assunto tão importante que é sobre a educação. Não digo só no nosso Estado, mas, mesmo, em todo País que deveria fazer isso. Então, eu só agradeço mesmo, Deputado, e estou aqui também, eu sei que o caminho aí, ainda é longo, mas, eu não vou desistir e a andorinha vai continuar a voar. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Vamos também ouvir à senhora Gevan Viana, funcionária da SEDUC, Psicóloga.

A SRA. GEVAN VIANA – Boa tarde a todos; ao Deputado Anderson, ao representante do meu Conselho, o Vinícius, e aos demais representantes dos outros Conselhos. Bom, eu trabalho na SEDUC, migrado em Psicologia, no ano de 2016. Então, eu tenho percebido, no local onde eu trabalho, eu trabalho na zona leste, no bairro, mais precisamente na Escola Ulisses Guimarães que fica no Jardim Santana. Tem 20 anos que sou da Educação, então tenho percebido que é na escola que as

questões sociais e suas expressões ficam mais visíveis. Existe uma necessidade de todos esses profissionais, a importância deles é muito grande. Há os profissionais de nutrição, pois recebemos alunos diabéticos, alunos com restrições alimentares, alunos que necessitam de alimentação especial, e que as nossas merendeiras elas não têm o devido preparo, elas não têm o conhecimento técnico para lidar com essas demandas. Então, elas ficam um pouco perdidas e buscam orientação comigo em relação à alimentação, algumas coisas que acontecem na alimentação. E eu digo, "não tenho formação em Nutrição, sou Psicóloga, não sou nutricionista". E nós precisamos de um nutricionista que nos auxilie nessas questões.

Outra situação muito gritante na nossa escola é a violência. A violência no setor, na nossa comunidade escolar, perdemos inúmeros nos últimos três anos, perdemos cerca de 6 alunos assassinados. É uma realidade muito triste porque esse aluno estava conosco e infelizmente nós os perdemos.

Outro setor, outra causa que é muito importante também e que já foi tratada pela colega numa fala anterior, é a necessidade dos profissionais de Educação receberem apoio. Nós precisamos também cuidar da saúde mental. A saúde mental é uma questão de saúde urgente. Na minha escola tivemos um professor que cometeu suicídio no início de 2012, e é visível que alguns colegas estão passando por Síndrome de Burnout. É uma questão muito séria para nós, porque a nossa escola é uma escola que atende a comunidade carente. A situação que aconteceu em Suzano hoje, e que não ficou restrito apenas a Suzano, houve outras ocorrências e também a nossa escola não está, não estamos isentos de tanta violência e isso afeta tanto os estudantes como os professores. Por isso precisamos de um trabalho voltado, dos psicólogos, do assistente social, dos nutricionistas voltados para nossa comunidade escolar, em prevenção ao *bullying*, falo na minha área, que o *bullying* tem sido hoje, um assunto muito comentado devido à tragédia de Suzano. Não só a tragédia de Suzano, sempre que acontece alguma coisa dessa dimensão, como já aconteceu também no Rio de Janeiro, volta-se ao *bullying*, ao debate sobre o *bullying*. O que é que tem a ver o *bullying* na nossa comunidade? Nossa comunidade é uma comunidade carente, e as crianças estão expostas a uma sociedade de consumo muito agressiva. Os comerciais em relação ao consumo de produtos de tecnologia, a roupas de determinadas marcas, a calçados de determinadas marcas expostos através da mídia, faz com que possa propiciar que os nossos estudantes, sejam mais propícios a cometer violência e a sofrer violência também.

Outra questão voltando à situação dos pais. Precisamos fazer um trabalho voltado para trazer os pais para dentro das escolas, porque os pais, hoje, não se sentem confortáveis em ir à escola, porque eles acreditam que vão receber reclamação em relação aos seus filhos. Então, é uma dificuldade que a gente encontra em trazer os pais para dentro das escolas, para que os pais participem; que eles entendam que a educação não é um gasto, que educação traz, realmente, uma questão financeira, o gasto do livro, do caderno, não falo do livro didático, que o governo proporciona, mas, o caderno, o sapato, o fardamento em geral, que aquilo é um gasto, mas, que eles vejam aquilo como um investimento para que possa mudar a realidade deles e dos seus filhos.

Então essa Audiência Pública é de extrema importância. Porque os nossos amigos professores estão sobrecarregados. Na escola em que eu trabalho tem uma psicopedagoga, mas, percebo que precisamos do auxílio de muito mais profissionais, porque todas as demandas requerem que o profissional tenha um conhecimento técnico específico, que ele tenha estudado se preparado para aquilo. E essas demandas, muitas vezes, são posta para os nossos professores, o professor de Química, de Física, de Matemática, muitas vezes, ele tem voltado o raciocínio dele para uma coisa mais lógica, ele não está preparado para trabalhar com emoções, para gerenciar conflitos. Muitas vezes, ele está tão atarefado para dar conta de trabalhar no Estado e no Município, como é que ainda vai conseguir gerenciar questões emocionais? Do pai que chega nervoso, preocupado com seu filho ou querendo tirar, defender o filho na sala de aula, querendo agredir o filho do outro, por causa de bullying, por causa de inúmeras questões.

Então, o professor, ele tem que realizar tarefa para qual ele está preparado para ensinar; ensinar as ciências. Muitas vezes, as pessoas acham, a comunidade em geral, acredita que o professor tem que fazer o sacrifício que uma professora teve que fazer, entre escolher entre a sua vida pessoal e profissional, que esse fato é relatado no filme "Escritores da Liberdade", onde a professora perde o casamento em nome do amor à docência. E, nós não queremos isso, queremos viver nossa realização profissional e pessoal também, nós temos vidas lá fora, nós precisamos ter nossa realização profissional, nosso fazer profissional que nos garanta satisfação, que não seja fruto de frustração o nosso fazer profissional, de nós perdermos alunos, nós perdemos colegas de trabalho para o suicídio. Professores que abandonam as salas de aula para cursar outras áreas das ciências porque não vêem resultado em seu trabalho.

Então, era só isso que eu gostaria de falar, agradeço a oportunidade, e parabeno. Fico muito feliz de ver os nossos Conselhos cada um em sua área, defendendo que as Políticas Públicas, principalmente na Educação que não se restrinjam apenas ao regime da docência, que a escola é um espaço amplo e que nós precisamos da ajuda de inúmeros profissionais de todos eles que estão aqui e muito mais se for possível. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Klívia Meireles.

A SRA. KLÍVIA MEIRELES - Boa tarde a todos. Eu cumprimento o Deputado Anderson, já aproveito para agradecer por ter acatado a nossa demanda, conforme já foi falado aqui no início. Cumprimento a Virgínia Braz, representando o nosso Conselho, em nome de toda a Mesa; e o pessoal que ainda está aqui na galeria, a gente sabe que acaba sendo extenso é porque realmente são várias categorias aqui para estar falando, mas, tudo o que for falado aqui é bem importante, eu serei breve que eu sei que está todo mundo cansado, mas, assim, o que eu gostaria de falar é sobre a questão da representatividade, creio eu que o Deputado deve ter convidado a SEDUC mesmo, o Secretário, ou o Secretário Adjunto para que estivesse aqui presente, porque assim, nós não queremos fazer um debate unilateral, só das categorias não é? Então, seria extremamente importante que um representante do Executivo, para ser mais

precisa da SEDUC, estivesse aqui presente para saber exatamente qual é a prerrogativa de cada um de nós, de cada categoria que aqui está representada. Por que é que nós somos importantes nas escolas? Eu falo isso por quê? Porque tem muita gente que não sabe o que é que o fonoaudiólogo faz na escola, acha que a gente atua apenas na questão da voz do professor. E não é assim. Nós temos assim um trabalho amplo desenvolvido dentro da escola. Eu quero aqui hoje também mencionar que hoje é o dia 21, hoje é o Dia Internacional da Síndrome de Down; quero parabenizar as pessoas que tem Síndrome de Down e aproveitar o gancho para falar sobre a inclusão. Essas pessoas com Síndrome de Down e não só os que têm Síndrome de Down, outras deficiências, deficiências múltiplas, são pessoas que são extremamente beneficiadas com essa equipe multiprofissional, multidisciplinar no âmbito educacional, por quê? O professor, infelizmente, a questão da formação continuada do professor, ela não é eficaz, não acontece, tanto no Estado quanto no Município. Então, às vezes, o profissional, o professor, ele tem ali já 30 alunos na sala de aula e ele recebe um aluno especial e na maioria das vezes ele não sabe o que fazer com aquele aluno. Ele recebe um autista que tem alterações comportamentais e ele não sabe o que fazer com aquele aluno. Então, a inclusão ela acaba não sendo efetiva. E esses profissionais juntos eles conseguem auxiliar o professor a conduzir, fazer uma supressão de conteúdos, por exemplo, para esse aluno. Então assim, não só levando para essa questão, óbvio, que a aprendizagem no geral, nós estamos falando da aprendizagem de uma forma geral o Estado não pode pensar apenas no ônus porque quando você leva uma Lei dessas, a primeira coisa que eles vão questionar é a questão dos gastos a gente sabe disso, mas, também temos que pensar em longo prazo quais os benefícios que vai trazer para o nosso Estado? Por exemplo, temos vários profissionais da Educação, professores afastados do cargo lá na SEDUC por problemas vocais ocasionados por um nódulo, por uso indevido da voz, porque ele não tem esse suporte e o profissional de fonoaudiologia ele ajuda a dá esse suporte, ele trabalha exatamente na prevenção. Então, vai evitar com que esse professor, ele saia da sala de aula e isso acarreta vários problemas nele, por exemplo, problemas psicológicos porque a voz é o instrumento de trabalho dele. E na maioria deles não querem se afastar do trabalho e são obrigados por um problema ocasionado por uma falta mesmo de informação que poderia ter sido evitada se tivesse sido trabalhada de uma forma de prevenção. Então, não vou me alongar porque está todo mundo realmente já muito cansado, também quero agradecer ao Deputado Cirone, eu hoje faço parte da Assessoria do Deputado Cirone e ele, gostaria de estender um pedido dele, que ele estará à disposição para auxiliá-lo, Deputado, até porque esta Casa de Leis precisa de todos os Deputados juntos por uma causa só e nós estamos à disposição e agradeço de coração pelo senhor ter nos recebido ali no seu gabinete e ter atendido essa demanda que é tão importante. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – A senhora Vanilde Alves, Acadêmica de Fonoaudiologia do Centro Universitário São Lucas.

A gente só tem mais uma fala para a gente encerrar. Essas falas são importantes, como eu falei, essa Ata dessa discussão vai ser encaminhada aos órgãos competentes, inclusive, vai ser anexada ao Projeto de Lei que se encontra na CCJ desta Casa.

A SRA. VANILDE ALVES – Boa tarde eu queria agradecer ao Deputado Anderson Pereira e também eu só queria enfatizar um pouco que nós Acadêmicos da Faculdade São Lucas, só falar um pouquinho que essa PEC trará benefício aos alunos, professores, a escola em um todo e também trará benefício a nós profissionais e como eu estou em formação ainda, estamos estudando sabemos fazer, sabemos cuidar e melhorar tanto a parte do professor como do aluno e trabalhar em conjunto com o professor e promover várias conquistas para os alunos no futuro dele profissional. Era só isso que eu queria falar.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns! Ouvir também o Timóteo Nascimento, Acadêmico de Psicologia/ UNIRON.

O SR. TIMÓTEO NASCIMENTO – Boa tarde a todos, boa tarde a Mesa. Vou tentar não ser redundante. Todos aqui já sabemos qual é a importância, aprendemos hoje qual é a importância de cada um desses profissionais. Mas, eu gostaria primeiramente de agradecer ao deputado por esta oportunidade que todos nós tivemos de aprender, de nos expressar e complementar o que já foi exposto na Mesa, a importância não só da equipe multidisciplinar na escola para o benefício dos professores, dos alunos, do Estado e da União; mas, também a interdisciplinaridade das áreas da saúde para que os psicólogos saibam qual é a importância dos fonoaudiólogos, para que os assistentes sociais saibam qual é a importância dos nutricionistas, que essa vai ser a maior diferença para o aluno, que quando ele tiver, qual for o problema ou a deficiência dele, ele sabe que ele vai poder contar com professores que vão trabalhar juntos com profissionais que também vão trabalhar juntos e trazer o máximo de aproveitamento aquele aluno. Eu também queria agradecer ao Deputado por essa chance, eu como acadêmico, eu aprecio bastante essas tentativas de melhora tanto das Leis, quanto das normas para que nós quando nos formarmos, possamos herdar um futuro melhor, uma área bem mais favorável para nós atuarmos nas nossas áreas e é isso mesmo. Muito obrigado, boa tarde.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns pela fala. Agradeço aqui a presença de todos, os Conselhos, todos que fizeram presentes, lembrar que o convite foi estendido à SEDUC, inclusive hoje eu estive pessoalmente com o Secretário, ele ficou de vir, a Adjunta, não sei o quê que houve, pode ter havido algum contratempo e ela não pode vir; o Ministério Público, todos órgãos envolvidos, Defensoria, todos envolvidos nesta questão que faz também cumprir a lei, os fiscalizadores da Lei. Mas, foi bem produtiva essa discussão, esse debate, nós vamos para o processo legislativo que já está ocorrendo, para depois a aprovação do projeto, quando esse projeto for pautado na Sessão desta Assembleia, na Sessão Ordinária, a gente também vai está divulgando até para que vocês possam

se mobilizar e acompanharem a votação aqui no plenário desta Casa. Agradeço a todos pela presença.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência às 18 horas e 02 minutos)

**ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR
POLÍTICAS VOLTADAS ÀS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**
(Em 25 de março de 2019)

Presidência do Sr.
Anderson Pereira - Deputado

(Às 9 horas e 28 minutos é aberta a A.P.)

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Anderson Pereira, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater as políticas públicas voltadas para micros e pequenas empresas do Estado de Rondônia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater as políticas públicas voltadas para micros e pequenas empresas do Estado de Rondônia.

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Convidamos, neste momento, para a composição da Mesa. Já está presente Excelentíssimo Deputado Estadual Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública. Na sequência, convidamos o senhor Gilberto Baptista, Superintendente da FIERO, para compor a Mesa. Na sequência, convidamos o senhor Daniel Pereira, Superintendente do SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. Convidamos, neste momento, o senhor Vladimir Oliani, Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER. Convidamos também, para compor a Mesa, o senhor Marcelo Thomé da Silva Almeida, Presidente da FIERO. Na sequência, convidamos o senhor Clébio Matos, Coordenador das Micro e Pequenas Empresas da Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura – SEDI. Para compor a Mesa também, convidamos a senhora Maria Regina Domingos, Vice-Presidente de Administração e Finanças, representando o Conselho Regional de Contabilidade – CRC/RO. Convidamos também o senhor Vanderlei Oriani, Presidente da Associação Comercial de Rondônia.

Neste momento, convidamos todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Mello e Silva).

(Execução do hino Céus de Rondônia)

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente vamos tomar assento às cadeiras. E, aproveitando a mesma sequência, queremos registrar a presença do senhor Leilson Costa de Souza, Secretário Geral da JUCER-RO; a senhora Marilene Justiniano, representando ATM Serviços e Peças; registramos também a presença do senhor Antônio Carlos Alencar do Nascimento, Coordenador da Receita Estadual – Sefin; registramos também a presença do senhor Amarildo Ibiapina Alvarenga; Gerente da Tributação/Sefin; senhor Eder Neves Falcão, Coordenador da Rede SIM/RO; o senhor Diego Pasquim Tolotti, representando a Presidência do Conselho Regional Administrativo – CRA; o senhor Carlos Berti, Diretor Administrativo do SEBRAE; registramos também a presença do senhor Mac Ulliam Pereira Reis, coordenador Executivo PROFAZ; senhor Samuel Silva de Almeida, Diretor Técnico - SEBRAE; senhora Silane Guedes, Gerente de Políticas Públicas do SEBRAE; senhora Ivanilda Frazão, Assessora Internacional do FIERO. Senhor Presidente.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Eu queria convidar à senhora Daniele Roberto, pedir a nossa assessoria para acompanhá-los até aqui. Aqui a gente tem mais espaço aqui, quem quiser descer pode ficar mais próximo da gente. Essa Assembleia distanciou a gente um pouco do público, mas, o que der para a gente se adaptar juntos, fica bom. Com certeza, juntos somos fortes.

Eu quero agradecer a presença de todos, quero agradecer o Marcelo Thomé, Presidente da FIERO; Gilberto Baptista, Superintendente da FIERO; senhor Daniel Pereira, nosso ex-governador e ex-deputado estadual também desta Casa, Diretor Superintendente SEBRAE hoje; senhor Vladimir Oliani Presidente da Junta Comercial, um amigo nosso também; Clébio Mattos, Coordenador das Micro e Pequenas Empresas, Superintendente do Desenvolvimento Econômico e Estrutura – SEDI; Maria Regina, Vice-Presidente da Administração e Finanças, representando o Conselho Regional de Contabilidade; o senhor Vanderlei, Presidente da Associação Comercial, que se encontra presente.

Eu queria, primeiramente, dá início com a leitura. Durante a campanha eleitoral, em vários locais que estive; eu recebi muitas reclamações de empresários que, até que estão iniciando ali a sua atividade empresarial, um modelo MEI, e as dificuldades que eles encaram, de todas as ordens. Além da burocracia da legislação, às vezes, até, na maioria das vezes, a ineficiência do setor público. Eu digo, quando eu falo setor público, eu incluo aqui o Estado e também o Município, inclusive, eu cito um exemplo, um amigo meu, dono de uma clínica aqui em Porto Velho, ele para sair do aluguel construiu a sua clínica própria e, ele demorou na média de quase oito meses só para receber uma visita do fiscal da prefeitura para ele poder fazer a mudança de local. Então, são coisas assim que você fica pensando, por que acontece e por que isso não muda no Brasil. E, além da tributação, o empresário está tributado até demais e, ele não consegue crescer além do que ele pode até gerar mais empregos, devido os altos índices de tributos que a gente paga nesse País. E esta Audiência visa fomentar, fortalecer as ações do Legislativo Estadual em prol das micro e pequenas empresas para que elas sejam instrumentos para geração de emprego e renda, dinamizem as economias dos municípios no

Estado de Rondônia a fim de serem menos dependentes do poder público. Com a criação da Frente Parlamentar Permanente das Pequenas Empresas e Negócios Rurais no Estado de Rondônia, Projeto de Resolução 004/19 em tramitação nesta Casa, buscaremos uma série de avanços para atualizar as legislações que regulamentam esses segmentos produtivos, bem como, influenciar o Poder Executivo nas decisões para desburocratização, cerca de 60% da massa trabalhadora brasileira hoje estão vinculadas nesse segmento empresarial que responde 98% das pessoas jurídicas, constituída, incluindo Empresa Empreendedora Individual - MEI, atribuindo com 28% na formação do Produto Interno Bruto – PIB, do País.

O objetivo, é que os membros da Frente Parlamentar, se reúnam ao menos uma vez por mês com os Dirigentes de Entidades Patronais a fim de serem debatidas matérias que tramitam na Assembleia e também no Congresso Nacional no modo de imprimir uma ação mais próxima dos parlamentares para que acelerem seu rito e possam se transformar em Leis. As ações da Assembleia nesse sentido sofrem influência pelas ações do Congresso, com isso na qualidade de Deputado Estadual vamos tentar junto as Câmaras Municipais a criação de Frente de Vereadores, já que muitas decisões estão na gestão municipal e como compras governamentais, estímulos ao turismo, aquisição de estrutura para merenda escolar, formação de prédios públicos e etc. Mais, importante ainda é que as Prefeituras visem à população dependendo do poder público, pois a realidade de muitos municípios é que o comércio para, simplesmente, porque houve um atraso na folha de pagamento. O que define a micro e pequenas empresas? A microempresa será a sociedade empresária, a sociedade simples, empresário individual de responsabilidade limitada, e o empresário devidamente registrado nos órgãos competentes com aufera de cada ano no calendário, uma receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, a sociedade será enquadrada como empresa de pequeno porte. Estes valores referem-se à receitas obtidas no mercado nacional. A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receita de exportação, até o limite de R\$ 3.600.000,00. A Lei Geral também criou a Micro e Pequena Empresa Individual que é a pessoa que trabalha por conta própria que se legaliza como pequeno empresário, optante pelo Simples Nacional com a receita bruta anual de R\$ 60.000,00. O Microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa.

A gente fez bem sucinto o resumo a respeito do assunto e eu gostaria aqui, a Sra. Joana Joanora, Presidente do CDL.

Eu gostaria aqui de a gente iniciar as falas a ordem de inscrição. Então, vamos iniciar as falas com o Sr. Vanderlei Oriani, Presidente da Associação Comercial, está com a palavra.

O SR. VANDERLEI ORIANI – Bom dia a todos!

É um prazer muito grande e parabenizar o Deputado Anderson por essa iniciativa, até porque nós temos hoje em Rondônia a grande dificuldade, nós estávamos até conversando ali com o pessoal da Economia, o pessoal da JUCER, a questão das compras hoje on-line. Porto Velho sofre muito com isso,

principalmente, o pequeno empresário que não tem condições, não tem tempo, não tem uma estrutura montada para efetuar esse tipo de venda, até porque requer tempo e o coitado do pequeno empresário, ele não tem todo esse tempo do mundo para ficar dispendo aí na frente do computador.

Essa questão veio após, eu acredito, que em 2010 com a chegada do Governo Confúcio Moura ao Governo do Estado, implantou isso aí; os pequenos empresários, eu acredito, que tem sofrido muito com isso e eu acredito que o Governo atual deva dar uma olhada com mais carinho nessas questões até para implementar a venda interna. Se nós formos aqui ao lado, no Amazonas, no Acre, eles fazem essa proteção de mercado entre eles ali, praticamente, e também sofremos aquela desconfiança porque o pessoal vai dizer: “olha, o Governo cria também esse distanciamento”. Então, há necessidade que o Governo reveja isso e com muito mais rapidez, porque o pequeno empresário, ele precisa também fornecer ao Governo do Estado e também precisa receber, não pode ficar pendente. Então essa é as nossas colocações e bom dia a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – É o importante da gente até estar iniciando essa discussão, isso aqui é uma semente que eu quero que ela germine, nosso ex-governador Daniel Pereira; e o importante da gente está dando esse início agora, o início dos trabalhos legislativo, no início, inclusive da gestão estadual, até porque já estão discutindo o Plano Plurianual, outras discussões de políticas de Estado e algumas questões a gente pode tentar incluir nessas políticas de Estado. A nossa maior preocupação hoje é que na maioria das vezes um gestor inicia uma política, quando outro assume, ele não dá continuidade e às vezes, por vaidade pessoal, não é nem pensando na população, ele encerra aquela política pública importante para o povo de Rondônia e ele dá início da forma dele. Aí zera tudo, começa tudo do zero e os resultados acabam não sendo tão eficazes. É uma preocupação que a gente tem e o que é bom, a gente tem que dar continuidade sendo de quem foi o pai, sendo quem foi o pai, nós vamos ter que dá continuidade e aprimorar e melhorar ainda mais.

Eu gostaria também de ouvir aqui a senhora Maria Regina, Vice-Presidente da Iniciação em Finanças, representando o Conselho Regional de Contabilidade.

A SRA. MARIA REGINA DOMINGOS – Bom dia. Bom dia a todos e é muito importante essa Audiência que nós estamos tendo em respeito às micro empresas que fazem parte hoje, eu acho que a maioria das empresas de Rondônia hoje, é micro e pequena empresa. Então, parabenizar o Deputado Anderson por esse trabalho que está sendo realizado e que a gente possa contribuir, que o Conselho através dos contadores que é o que trabalha diretamente com as empresas, que entende as necessidades; eu vou falar, são muitas. É como a questão de alterações, a gente precisa muitos dos órgãos públicos, de políticas públicas que agilizem, que traga mais tranquilidade para o pequeno empresário. Porque, é como dizem, o empresário micro, ele cuida de tudo, ele cuida da empresa, ele cuida das finanças. Então, assim, se tiver uma ajuda no sentido de propiciar mais recursos, mais treinamentos, eu acho que seria muito interessante. A gente já conta com apoio

fantástico do SEBRAE, da FIERO para esses pequenos empreendedores no quesito informação, educação porque hoje, ele tem que está muito antenado, como o senhor Vanderlei colocou a questão do comércio online. Então, tudo isso é muito importante para que o pequeno empresário, ele tenha esse fomento de recursos. Então, o Conselho de Contabilidade se coloca à disposição, juntamente com a classe contábil no que for preciso para a gente auxiliar os pequenos empresários e o que a gente puder trazer de colaboração, pode contar conosco, estamos à disposição.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Vamos ouvir também a senhora Joana, ela é Presidente do Clube dos Dirigentes Lojistas – CDL.

A SRA. JOANA JOANORA DAS NEVES – Bom dia a todos. Uma importância muito grande nesta Audiência, é de entender o quê que é a pequena e micro empresa. Precisamos sim de Leis que nos ajudem, a Câmara de Dirigentes Lojistas hoje, nós somos movidos mais pela pequena e micro empresas e na hora que vai fazer qualquer evento ou algum empréstimo, aí a dificuldade é grande e as leis também, porque o pequeno e micro empresário, ele não tem o poder de compra, ele não tem o poder de empregar, porque as leis são iguais; tanto faz empregar 02, como empregar 1.000, todos são iguais. A Lei Trabalhista, hoje para se empregar uma pessoa, um colaborador tem sérios, inúmeros impostos. E Deputado, se as leis do nosso município, até mesmo do nosso Estado favorecer, com certeza a pequeno e micro empresa vai ficar bem fortalecida, poder empregar mais, comprar mais e até mesmo dar opiniões; porque quando falo em micro empresa, pequenas e micro empresas: “Ah! O pequeno e micro empresário, ele não tem o poder de compra, o poder de emprego, voz ativa”. E nós precisamos, porque o micro empresário, ele hoje, ele é um dos maiores trabalhadores e empregadores, porque ele está ali dia e noite, noite e dia no seu trabalho, ele levanta, ele já vai pensando em empregar, em comprar, se manifestar sobre quaisquer leis que vier atrapalhar e nós estamos aí atrapalhados com muitas contas para pagar e também muitos impostos que devia essa lei, a micro empresa, ela ter uma lei diferenciada, tanto para empregar, como para pagar. Então, eu acho importantes essas manifestações, eu acho importante essa Audiência Pública para entender o quê que é micro empresa. Temos as entidades sim, hoje nós temos o maior, aí o SEBRAE, ele dá o maior suporte para a pequena e micro empresa, a Câmara de Dirigentes Lojistas, nós somos ali uma entidade de classe sem fim lucrativo, mas, está ali trabalhando, vendo e também levando as suas ideias e atrás também de melhorar as empresas, principalmente as pequenas. Um bom dia, o CDL agradece ser lembrado neste momento de um assunto tão importante para se debater nesta Casa de Leis aqui. Isso é importante demais, porque nós somos menores, mas, somos maiores na hora de falar, na hora de dá opiniões. Então, isso é importante, obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Vamos ouvir também o senhor Clébio Matos, Coordenador das Micro e Pequenas Empresas, Superintendência Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI.

O SR. CLÉBIO MATTOS – Bom dia a todos! É um prazer estar aqui, aqui agradecendo a oportunidade de estar representando a SEDI, Superintendente Sérgio Gonçalves. E eu estou aqui como Coordenador dessa Pasta muito importante para o nosso Estado, a Pasta da Micro e Pequena Empresa, dos meios também. O Estado está muito preocupado com essa parte do nosso mercado, do nosso comércio, porque a Micro e Pequena Empresa, representa hoje emprego, renda, não só no Estado, no País, mas, no mundo, e ela requer realmente uma importância, ela requer um pensamento, ela requer novas políticas, e aqui o Estado pensando nisso criou essa coordenação sobre às Micro e Pequenas Empresas. E estamos pensando, estamos levantando os problemas, buscando parceiros para que possam somar para melhorar a vida do nosso empresário que sabemos que é muito difícil nos dias de hoje. Também acredito que é o pensamento das nossas lideranças, inclusive, nesta Casa, que terá como parceiro com certeza o Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. O Senhor Vladimir Oliani, Presidente da Junta Comercial - JUCER.

O SR. VLADMIR OLIANI – Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson; Superintendente do SEBRAE, Senhor Ex-Governador Daniel Pereira, em seu nome saúdo todos os componentes da Mesa; Dalmir Figueiredo, em seu nome, saúdo os servidores da Casa, e todos os presentes. Falo em nome da Junta Comercial do Estado de Rondônia. Nos Estados de São Paulo e Rio, levam-se em média 100 dias para que se legalize uma empresa. Aqui no Estado de Rondônia, as empresas que não produzem impacto ambiental que são aí 90, 95% das empresas, elas são registradas e obtêm todas as suas licenças em até uma hora, nós temos casos de dez minutos, mas, até em uma hora, se não houver exigências aqui no Estado de Rondônia, as empresas são regularizadas e têm as suas licenças. Então, isso mostra que o Governo de Rondônia, não cria dificuldades, pelo contrário, o Governo de Rondônia, facilita a instalação das empresas aqui no Estado de Rondônia. E tem mais, a Junta Comercial do Estado de Rondônia, hoje é a primeira do ranking do Brasil, é a Junta Comercial que mais rápido faz o registro e concede as licenças para o empreendedor. E também Superintendente Daniel Pereira, graças ao seu dinamismo quando Governador permitiu que o Estado de Rondônia, fosse o único Estado do Brasil a ter a Junta Comercial presente em 100% dos municípios. Então, nos 52 municípios do Estado de Rondônia, a Junta Comercial está presente, está presente, até então, tinha casos de um empreendedor ter que viajar 200 quilômetros para ir, 200 para voltar para poder legalizar uma empresa. Então, quanto à questão de legalização e fornecimento de licenças, o Estado de Rondônia, é aliado do empreendedor. O Governador Daniel Pereira dizia que..., o ouvi dizer que aquele que quer gerar emprego e pagar imposto, tem que ser buscado em casa de carro, não é Governador? Então, eu em nome da Junta, eu tenho isso a dizer, e sempre pergunto, agora a vida do empreendedor não é fácil. Eu sempre pergunto para o cidadão, ou para o pequeno empreendedor: "olha, se você amanhã ganhar na loteria um valor substancial, que negócio você monta?". Eu não vi nenhum até hoje falar, eu vou montar um negócio, eu vou gerar emprego e pagar imposto, não vi nenhum,

nenhum. Então, essa é a vida do empreendedor, e se for o pequeno, você faz a pergunta para o pequeno: "se você ganhar na loteria um valor significativo?". Ele vai falar assim: "eu abandono o meu negócio!". Então, essa é a realidade do pequeno e médio, e do grande, sei lá. Mas, eu quero dizer que a Junta Comercial, faz o seu dever de casa, muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns. Mas, aí que vem a pergunta. Quais os motivos que eles abandonariam o negócio?

O SR. VLADMIR OLIANI – Esse excesso de burocracia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Tributação.

O SR. VLADMIR OLIANI – O Estado, digo no poder, nos três poderes, ele é inimigo do empreendedor, faz uma pesquisa, passa de porta em porta. O Estado, ele chega ali, o Estado que eu digo é o poder público, não falo o Estado de Rondônia, o Estado de Rondônia é aliado do empreendedor. O Estado chega para multar, para notificar, para fechar, para lacrar; o Estado não chega perguntando o que você está precisando para gerar mais empregos e pagar imposto, não. Então, o Estado de forma geral, não em Rondônia, é inimigo do empreendedor.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Isso mesmo. Vamos ouvir também o Senhor Gilberto Batista, Superintendente da FIERO. Abriu mão da fala para o Presidente? Então Presidente, o senhor está com a fala. Senhor Marcelo Thomé, Presidente da FIERO.

O SR. MARCELO THOMÉ – Bom dia a todos! Cumprimento o Deputado Anderson, pela iniciativa discutir ambiente de negócio discutir empreendedorismo sempre importante, em especial no momento que o Brasil atravessa de transformação do arcabouço jurídico, transformação das políticas públicas e da ideologia que hoje governa este País, então mais do que nunca, Deputado, é extremamente oportuna essa discussão para entendermos qual é o papel da Assembleia Legislativa neste processo, qual o papel do Estado de Rondônia no apoio aos pequenos negócios locais. Em nome do ex-governador Daniel Pereira, Superintendente do SEBRAE, cumprimento todos os componentes da Mesa e aproveito para parabenizar Vladimir Oliani pelo trabalho, pela transformação que promoveu na Junta Comercial em especial no processo de licenciamento e abertura de empresas no Estado. Parabéns Vladimir.

Deputado, em 2015 quando assumi a Federação das Indústrias, deflagrei um processo, deflagramos um processo de sensibilização do Governo do Estado e também do Tribunal de Contas para retenção das compras públicas no Estado, em especial dos produtos que são produzidos no nosso Estado tanto pela indústria quanto pelo agronegócio. Isso é um processo lento, é um processo delicado porque envolve principalmente a construção de confiança dos entes envolvidos no processo e pudemos perceber ao longo dessa caminhada, e hoje já temos a sensibilização e, inclusive, eu convido o Deputado a talvez assumir o papel de promotor dessa iniciativa pela Assembleia, haja vista que o Tribunal de Contas já está

convencido da oportunidade que reside na questão da retenção das compras públicas, não é por menos que o Conselheiro Wilber promoveu já algumas discussões, o Conselheiro Paulo Cury também participou dessas discussões e nesses momentos tivemos ali reunidos Governo do Estado através da SUPEL, Federação das Indústrias, SEBRAE, enfim, uma série de entidades que têm absoluto compromisso com o desenvolvimento econômico do nosso Estado, então reside aí uma enorme oportunidade, Deputado, para construirmos um regramento jurídico que embase o Estado, que permita e que dê segurança ao Estado na definição de uma política pública de retenção das compras em âmbito estadual, e obviamente isso estabelecido permitirá aos municípios adotarem a mesma regra.

Há uma confusão nesse processo que muitas vezes o setor privado defende que são as compras públicas por meio presencial. Não faz qualquer diferença ser presencial ou ser eletrônico, pelo contrário, fica mais barato, inclusive, para o competidor ser eletrônico, ele tem menos papéis a produzir, ele não precisa se deslocar muitas vezes ou estabelecer um procurador, o que é fundamental é um regramento que restrinja territorialmente a compra, ou seja, somente empresas de Rondônia poderão participar da licitação para uma determinada compra, isso é possível ser feito em analogia a Lei 123, obviamente isso é permitido e hoje o entendimento do Tribunal de Contas é nesse sentido.

Bom, é importante destacar o papel dos pequenos negócios não só na economia de Rondônia como da economia nacional, não é por menos que 25% ou cerca, de 25% dos empregos formais no Brasil são gerados pelos pequenos negócios, pequenos negócios é o termo que abrange os MEI, a micro e pequenas empresas, assim como as empresas de pequeno porte. Em Rondônia temos entre 96 a 98% das empresas como pequenos negócios, isso é expressivo e realmente precisa de uma política específica para fortalecimento e desenvolvimento dessas empresas, no entanto tem um desafio enorme que é a cultura, ou melhor, a educação empreendedora atrelada à formalização dessas pessoas, em especial o Micro Empreendedor Individual. Não é por menos que cerca de 70% dos MEI em todo Brasil hoje estão inadimplentes com seus tributos, ou seja, há um esforço enorme para formalização dessas pessoas, mas, não tem uma contrapartida para educá-los, fazer com que eles entendam que no momento em que eles são formais eles precisam recolher e pagar seus tributos. O SEBRAE desenvolve um trabalho extraordinário nesse sentido, mas, ainda está sendo insuficiente para preparar adequadamente essa população que tem se formalizado no Brasil inteiro, reside aí outra oportunidade, Deputado, para que o processo de formalização e estímulo dessas pessoas abrirem suas empresas seja acompanhado de uma preparação para que ele efetivamente tenha competência para atuar como empresário. Avançar com a agenda da Lei 123, a regulamentação dessa lei nos municípios é o principal instrumento de fortalecimento das empresas locais, mais uma vez o SEBRAE tem desenvolvido um papel extraordinário no Estado de Rondônia, estamos quase com 26, 28 municípios com a lei regulamentada e esse sim é o principal instrumento de desenvolvimento dos pequenos negócios em âmbito territorial. Essa lógica é que precisamos trazer para o

Governo do Estado para que possamos expandir essa solução a fim de que, mais uma vez sem querer ser repetitivo, tenhamos uma política de retenção das compras públicas, haja vista que o Governo do Estado é o principal comprador de nosso Estado. Por fim, temos um desafio, a política neoliberal promovida ou defendida pelo Governo Federal atualmente, ataca fortemente a questão dos incentivos tributários, isso passa pela Indústria, isso passa pelo Simples, há uma compreensão de que incentivo tributário é danoso a Nação e há um desequilíbrio hoje, ou melhor, há uma tensão estabelecida entre a política do Governo Federal e a necessidade das empresas e a prática que vem sendo adotada ao longo dos anos. A política de incentivo tributário é fundamentalmente uma política de desenvolvimento regional e como tal precisa ser enxergada. É o principal mecanismo de compensação para um empresário poder recuperar parte de sua competitividade frente à falta de infraestrutura que o Brasil oferece, frente a um regime tributário esquizofrênico, que muitas vezes dependendo do setor consome 06% das receitas de uma empresa só para o cumprimento, o atendimento do pagamento dos tributos, isso é um absurdo a gente continuar convivendo com esse tipo de realidade. Então é importante que guardemos o real foco na questão do incentivo tributário como política de desenvolvimento regional. Sem que o Brasil faça uma profunda reforma tributária, que a modernização trabalhista seja completa e permita efetivamente geração de emprego e renda no Brasil, políticas de incentivo tributário são fundamentais para compensar a baixa qualidade do ambiente de negócios que o Brasil oferece. Por isso Deputado, guardar esta política no Estado de Rondônia, ou melhor, ampliá-la é fundamental para que a gente continue gerando emprego e renda no Estado de Rondônia e promova o desenvolvimento econômico do nosso Estado. Muito obrigado Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns pela fala.

Vamos ouvir também o nosso Superintendente do SEBRAE, o ex-governador do Estado de Rondônia, ex-Deputado Estadual também, Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA – Quero saudar o Deputado Anderson, agradecer pela iniciativa dele de promover esta discussão tão importante e em nome dele saudar o Presidente Laerte e todos os demais componentes da Assembleia Legislativa. E o nosso desejo é que o que nós vamos tratar aqui seja a missão dos 24 Deputados Estaduais. A nossa ideia é construir uma Frente Parlamentar em Defesa da Micro e da Pequena Empresa, ou, organizá-la neste momento e fazendo o mesmo nas Câmaras Municipais em todos os locais onde forem possíveis. Saudar nosso Presidente da Federação das Indústrias, o meu querido amigo Marcelo Thomé da Silva Almeida; o Gilberto Baptista, Superintendente da FIERO; o Vladimir Oliani, nosso Presidente da Junta Comercial; o senhor Clébio Mattos, coordenador da Micro e Pequena Empresa da SEDI; a senhora Maria Regina Domingos, nossa Vice-Presidente de Administração e Finanças do Conselho Regional de Contabilidade, a quem eu tive o prazer de inicialmente fazer algumas conversas; ao nosso Presidente da Associação Comercial de Rondônia, o Vanderlei Oriani; e a nossa inspiradora amiga, Joana Joanora das Neves, Presidente

do Clube dos Dirigentes Lojistas. E quero saudar aqueles que se fazem presentes em nome de uma dupla de jovens empresários rondonienses que são o Roberto e a Daniela Bianchini, em nome deles saudar todos aqueles que buscam no empreendedorismo, que buscam no resultado de seu trabalho, a sua sobrevivência e a geração de sobrevivência para outros.

Durante as falas aqui, não me lembro agora de quem, mas porque que as pessoas são empreendedoras ou deixam de ser empreendedoras? Porque nós fomos, nós somos um País educado para sermos funcionários públicos. Nós não somos um País educado para sermos empreendedores. Nós não somos franceses, não somos alemães, não somos americanos, não somos ingleses; nós somos educados para sermos servidores públicos, sempre assim. Todos nós que já estamos na idade adulta ou que já passamos por uma determinada etapa da vida, nós fomos formados e nós formamos as pessoas para que sejam servidores públicos, esta é a realidade de nosso País, não adianta fugir disso, não é? Então, ele só vai empreender com raríssimas exceções. Agora, elas existem e elas são fantásticas; nesse ponto você conhece a história do Roberto e da Daniela no empreendimento deles; quando você conhece o tio do Roberto que é o Nério Bianchini e a Vera, eu não sei quem que é mais influente nesse processo; quando você conhece os irmãos Cairu ali em Pimenta Bueno; quando você conhece enfim, uma Eucatur, o cara começou com um ônibus, uma gigante de uma empresa, hoje, e tantos outros empreendimentos muito bem sucedidos.

Nós estávamos conversando com a nossa querida Maria Regina e ela falando do professor Janguê que passou aqui por Pimenta Bueno e o cara montou um dos maiores impérios de educação; então nós pagamos por aquilo que nós não fizemos e vamos continuar pagando a não ser que a gente mude de atitude. Então hoje quis Deus que eu me tornasse Superintendente do SEBRAE depois de passar pelo Governo do Estado e aqui eu quero agradecer ao Presidente Marcelo, ao Presidente Hélio Dias, hoje Presidente do Conselho; Marcelo, ex-presidente; todas as instituições que compõem o SEBRAE. Está aqui em minhas mãos um material que nós pretendemos que, num futuro não muito distante, se tornem políticas públicas no Estado de Rondônia. Que é de você colocar a mentalidade de educação empreendedora desde o primeiro dia que uma criança pisar em uma escola. Se nós fizermos isso, nós vamos mudar o nosso padrão mental e aí é possível que a gente passe a obter resultados diferentes. Porque, do contrário, como nos ensinou Einstein, é um absurdo você fazer as coisas do mesmo jeito todos os dias, e ficar achando que vai ter resultado diferente, não é? Mas nesse emaranhado de dificuldades, a gente tem muita coisa boa, que nós já avançamos, não é? Não vamos ficar falando só de problemas não, vamos falar das coisas boas também, não é? E aqui, a Mesa, a fala do Vladimir já foi muito elucidativa. Nós somos o único Estado do Brasil que tem uma Junta Comercial em todos os municípios e nós somos, hoje, juntamente com o Alagoas e o Paraná, os três Estados que têm mais agilidade para abrir empresas no País. E o SEBRAE foi o Coordenador disso, a Silane que está aqui, que é a nossa Gerente de Unidade de Políticas Públicas do SEBRAE e que correu os 52 municípios para fazer isso.

Precisamos melhorar isso, tem muito para avançar? Claro que tem, porque cada município tem sua burocracia própria, tem mais agilidade ou menos agilidade. Então não dá para você dizer que esse é um procedimento uniforme. Nós estamos com 52 municípios, o Estado e a Federação. Mas, um grande passo já foi andado.

Mortalidade infantil de empresas é altíssima. Desde quando eu fui deputado estadual, a primeira vez, há mais de 20 anos, quando eu ainda tinha, inclusive, cabelos, a taxa de mortalidade já era alta, e continua alta. Mas, não é só no Brasil. Eu estou lendo um livro, chamado Startup Enxuta, de um autor americano chamado Eric Ries. E ele diz o seguinte: para você montar uma empresa, são três coisas que você precisa: saber fazer aquilo que você vai se propor, saber administrar e saber comercializar e vender. Às vezes, ele sabe muito bem a primeira atividade que é fazer, mas, ele não sabe administrar e ele sabe menos ainda vender e comercializar aquilo que ele produz. E você tem que juntar esses três elementos porque senão a empresa não vai ser bem sucedida. Ele tem que saber fazer, tem que saber administrar e tem que saber comercializar. Então são muitas habilidades que você precisa juntar em uma pessoa. E o SEBRAE vem dar essa contribuição. Hoje de manhã estamos aqui, Deputado Anderson, nesta Audiência, à tarde nós estaremos na Faculdade Objetivo, fazendo um evento específico para as mulheres. Eu tenho certeza que a nossa querida Daniely vai estar presente junto com a gente lá, conosco. Estamos aqui reforçando o convite a Joana Joanora, essa mulher fantástica que fez 200 mil pessoas, ela coordenou homens e mulheres de Porto Velho, fez mais de 200 mil pessoas irem para a rua, no final do ano passado. Foi isso que não permitiu que o Estado de Rondônia entrasse na fila daqueles que não conseguiram honrar os seus compromissos no final do ano. Foi um dos poucos a ser bem sucedido, sem essa parceria com o CDL, isso não seria possível. Da mesma maneira, reforçamos o convite aqui a nossa querida Maria Regina. Então, 28 a 30, nós estaremos lá no Shopping, com Conexão SEBRAE, com diversas agendas, com diversas palestras, com eventos múltiplos de potencializar o nosso micro e o nosso pequeno empresário. Nós estaremos dia 2 de abril, recebendo 12 dos nossos prefeitos para a etapa final do Prefeito Empreendedor e aquele que for o município vencedor aqui, vai levar o seu projeto para representar Rondônia em nível nacional, lá em Brasília. E está em etapas finais, um projeto fantástico que alguns Estados já trabalharam, mas, sem nenhuma falsa modéstia, Rondônia está trabalhando isso de uma forma diferenciada, até pelos acúmulos, o Projeto da Cidade Empreendedora. O Samuel que já, já vai fazer uma fala que vai enriquecer mais isso.

E a fala do Vladimir, eu estou indo a São Paulo na quinta-feira. Eu vou visitar o Secretário de Estado da Educação de São Paulo, que é meu amigo, o Rossieli, que foi Ministro da Educação, e estou buscando uma agenda com o Henrique Meirelles. Todo mundo sabe quem é o Henrique Meirelles, Presidente do Banco de Boston; o Henrique Meirelles foi Presidente do Banco Central; Ministro da Fazenda, do Governo Temer; foi Presidente do Banco Central no Governo Lula, durante os 8 anos. Um dos caras mais, experimentado e, mais capacitado que nós temos. E ele está procurando uma ferramenta, lá em São Paulo. E nós, de Rondônia, temos a

ferramenta. Nós nunca tivemos vergonha de copiar ninguém, espero que eles também não tenham. E, inclusive, vamos colocar à disposição deles, o know-how que nós temos aqui, nosso pessoal do SEBRAE e eu vou discutir isso com o SEBRAE lá em São Paulo. E mais, eu, o Diretor Berti, que é o nosso Diretor Financeiro do SEBRAE, que está aqui junto com a gente, Carlos Berti, juntamente com o Samuel, vamos estar agora, dia 10, 11 e 12, em Salvador, numa reunião do SEBRAE do Brasil todo e nós vamos abrir essa discussão com ele. Vamos falar: - olha, a gente precisa aprimorar isso. Nós temos condições de ajudar.

Por fim, o desafio de dar efetividade à Lei Complementar 123, que é a lei geral da micro e da pequena empresa. Bom, primeiro, o próprio, dentro das próprias interpretações do Poder Público, você tem divergências, se as licitações têm que ser presenciais ou se elas podem ser sem presença. Isso muda tudo. Se for presencial o empresário tem que sair do Rio Grande do Sul e vir aqui. E se ela é eletrônica sem a necessidade de presença, em qualquer canto do planeta ele pode participar da licitação aqui e isso impacta de forma considerável. Mas a gente está avançando. O SEBRAE já fez um trabalho conforme foi muito bem dito aqui pelo até então nosso Presidente do Conselho do SEBRAE, praticamente todos os municípios de Rondônia já passaram por um processo de qualificação da estrutura do Município para prestigiar o comércio local. E aí Deputado Anderson, todo mundo tem que entrar neste compromisso. O Governo do Estado, a primeira experiência bem sucedida, porque você tem que vencer uma série de entraves burocráticos, foi agora na aquisição de café. Nós compramos 25% daquilo que o Palácio do Governo está consumindo de café foi comprado no final do ano passado, da economia local. Mas, é preciso que a Assembleia Legislativa também faça isso; que o Tribunal de Justiça também faça isso; que o próprio Tribunal de Contas também faça isso; que o Ministério Público faça isso, que a Defensoria faça isso, Defensoria Pública; que a gente vá até os órgãos Federais que estão instalados aqui em Rondônia para que eles façam isso; esse é um desafio grande, o SEBRAE está construindo isso e já deu um passo gigantesco para isso. Mas por outro lado, você precisa também convencer o empresário de que ele pode vender para o poder público, porque não é segredo para ninguém principalmente para quem já passou por alguma oportunidade de mandato, muito da população até por essa ojeriza que se criou a atividade política no Brasil, tem muita gente que não quer vender para a Prefeitura, e às vezes ele está certo, porque dependendo da situação se a pessoa for mau caráter e ele não quiser que aquela pessoa venda, pode até gerar alguns problemas. Agora, a gente precisa avançar, precisa enfrentar esse tipo de coisa. Então, Deputado Anderson, quero agradecer a sua iniciativa, eu sei que segunda-feira, nove horas da manhã, o senhor quer trazer Deputados para cá é difícil, porque grande parte dos nossos Deputados têm base no interior e estão se deslocando para cá, mas, eu tenho certeza de que as sementes que nós vamos plantar aqui, vão nos ajudar muito. E, quando nós conversamos com a sua assessoria a respeito desse evento, a ideia é o Samuel Almeida que está aqui, fazer uma apresentação técnica a respeito de alguns aspectos do SEBRAE, a Silane Guedes que é a nossa Coordenadora, já foi Secretária Municipal em Ariquemes, funcionária de carreira do SEBRAE e agora nossa Gerente da

Unidade de Políticas Públicas do SEBRAE, fazer uma pequena apresentação deste trabalho, desta articulação que nós precisamos fazer, e por fim a cereja do bolo, que é a nossa Junta Comercial, pelo menos foi isso que nós conversamos, eu sei que eles estão prontos para isso, de matar a cobra e mostrar a bicha morta, que é de fazer o quê? É pegar e abrir uma empresa em tempo recorde e fechar também uma empresa no tempo recorde; são duas novelas de capítulos longos que este País construiu, mas, aqui em Rondônia a gente conseguiu sistematizar isso. Então, esperamos que tudo isso seja muito bem sucedido e que a gente saia daqui cada vez mais com a convicção de que temos que educar nossa população para uma mentalidade diferente e isso é todo um processo, isso não acontece naturalmente, tem que haver um envolvimento de todo mundo, inclusive, nosso de mudança de mentalidade e, cuidar de Micro Empresa é cuidar de nós, porque aqui em Rondônia, 98% são micros empreendedores. Eu não tenho ojeriza a nenhum tipo de investimento grande, de forma alguma; agora, muitas vezes os agentes públicos, eles gastam toda a energia deles para buscar um grande empreendimento e ele é importante quando ele vem, só que quando ele tem qualquer tipo de problema, ele gera num município humilde, pessoas desempregadas, dois mil desempregados e assim por diante. Então vamos estabelecer a política do equilíbrio, vamos fazer com que os pequenos continuem a crescer, quem sabe até nasça aqui dentro do próprio Estado essa grande empresa e se algum grande investimento quiser vir para cá, as portas vão estar abertas e são muito bem-vindos. Agora o que a gente não pode é ser refém de uma determinada situação que às vezes são criadas, seja pelo fato de que você tem que fazer tantas concessões que você acaba prejudicando aqueles que naturalmente estão aqui, ou você gera aí alguns problemas.

E por fim, o Presidente Marcelo que é o especialista no assunto, a política do Governo Federal de combater os incentivos, não sei; muitas das empresas nossas médias e grandes aqui de Rondônia, se elas não tivessem tido lá no início uma política de incentivos, elas simplesmente não existiriam. Então às vezes é preciso sim, você ter essa mentalidade. É claro que o Governo Federal ele trabalha em outra perspectiva, às vezes você promove a importação para provocar a parte interna nossa a melhorar a sua capacidade de produção e isso também é válido. Então é um rol de situações que precisa ser bem trabalhado e bem discutido. Agora uma coisa é fato: quem faz geração de emprego e renda em quantidade suficiente e percentual fantástico no Estado de Rondônia, é micro e pequena empresa, então, enquanto as grandes não vêm, vamos cuidar das Pequenas porque um dia elas serão médias e serão grandes também, basta que a gente cuide delas. Obrigado Deputado Anderson.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado pela fala. Vamos ouvir o primeiro palestrante do SEBRAE, o Diretor Técnico Samuel Almeida.

Registrar a presença do Prefeito de Alvorada, Walter, obrigado pela presença.

O SR. SAMUEL SILVA DE ALMEIDA – Presidente, Deputado Anderson Pereira, é uma satisfação enorme aqui nesta oportunidade falar um pouco do SEBRAE no desenvolvimento

dos pequenos negócios em nosso Estado de Rondônia, eu quero agradecer enormemente e parabenizá-lo por essa iniciativa que não tenho dúvida que teremos resultados muito positivo e transformador da nossa sociedade por meio dos pequenos negócios.

Eu quero agradecer também a oportunidade ao nosso Superintendente Daniel Pereira, que tem se engajado no processo de articulação e de integração institucional para que tenhamos um ambiente favorável ao desenvolvimento dos pequenos negócios, eu quero apenas, enaltecer e agradecer da Tribuna aqui o nosso Ex-Presidente do Conselho Marcelo Thomé, no qual é uma pessoa que tem nos proporcionado grandes oportunidades de trabalho de desenvolvimento do nosso Estado, ele que nos últimos 4 anos coordenou junto com a Diretoria Executiva essa transformação e esse estágio em que o SEBRAE/RO está hoje. Por isso, Presidente Marcelo, deixar aqui os nossos agradecimentos pelo bellissimo trabalho, pela bellissima transformação da governança do SEBRAE e todo o apoio que o senhor tem nos dado até hoje para estarmos nesse estágio de desenvolvimento do SEBRAE em Rondônia. E a todos os representantes da Mesa, a Joanora, uma pessoa líder, empreendedora; Maria Regina, Clébio, enfim, Gladimir, Vladmir; nós temos ali o Vanderlei, também nosso parceiro e o Gilberto Baptista que é um grande amigo no desenvolvimento da Indústria em nosso Estado.

Bom, vamos lá. Esse tema é fundamental de a gente compreender um pouco até na concepção da missão da instituição. Quando a gente fala que nós precisamos promover a competitividade, precisa ficar claro o que é competitividade no desenvolvimento dos pequenos negócios do nosso Estado. Competitividade, que não é tão simples do que construir uma base, uma estrutura, uma casa. Existe uma série de complexidade sistêmica de mercado, de economia, de política, de iniciativas, que também influenciam diretamente a não ser, e também o clima influencia diretamente na competitividade das empresas de um modo em geral e aqui especificamente os pequenos negócios, e promover a competitividade existe muito um conhecimento a fundo dessa realidade econômica, macroeconômica política em que esse cenário completo proporcionaria ou proporcionará o crescimento sustentável dos pequenos negócios. Então, o conceito de competitividade passa por toda essa questão de desburocratização, de investimento inovação, de aglomeração produtiva, de incentivo na qualificação, na educação, todos esses elos, na tributação, nos incentivos fiscais, enfim, é um conjunto de variáveis que nós precisamos atuar de forma integrada para promover a competitividade. E aí é um olhar sistêmico, não adianta o Parlamento legislar de uma forma que não esteja coerentemente aderente ao foco da competitividade empresarial. E aí eu quero parabenizar a Casa, ao Presidente Laerte, que tem aberto essa importante instituição para debatermos Políticas Públicas, Legislação que proporcionam ambiente mais favorável aos pequenos negócios. Então vejam que competitividade estratégica é olhar para um território e verificar que esse universo de empresas formado por mais de 120 mil empresas, quase 130 mil empresas no nosso Estado de Rondônia, o SEBRAE tem atuado fortemente tanto na pessoa jurídica quanto na pessoa física. Por que pessoa física? Porque a criança que está na escola ela está recebendo por meio de

iniciativa do SEBRAE empreendedorismo na veia, porque nós confiamos, que empreendedorismo transforma uma sociedade, faz com que a gente se posicione com pessoas que tem uma nova mentalidade, uma visão de futuro, de crescimento, uma visão de futuro de desenvolvimento e que o protagonista desse desenvolvimento é a própria pessoa.

Portanto, esse conjunto de iniciativas integradas promove a competitividade de fato, daí a gente olhar para o Estado de Rondônia e verificar quais são, dentro desse universo de micro e pequenas empresas, a estratégia aderente ao crescimento sustentável do nosso Estado e eu tenho certeza que passa pelas micro e pequenas empresas porque são mais de 98% diz a estatística, mais de 98% das empresas existentes em nosso Estado é formado por micro e pequenas empresas. Então, se são formadas por micro e pequenas empresas nós precisamos ter políticas, legislação, incentivos aderentes as vocações regionais. Então, quando a gente tem esse olhar mais estratégico, que a gente olha que o pequeno, ele precisa está aglomerado, o pequeno precisa estar em núcleos produtivos, o pequeno precisa estar em coletividade para dar peso e competitividade, daí entra a política de arranjos produtivos locais, a política de cadeia produtiva local, a política de associativismo e cooperativismo que promovam a competitividade empresarial.

Portanto, competitividade, ela passa por uma estratégia muito mais além, complexa, e que exige de cada um de nós, iniciativas compartilhadas, integradas que possam promover o desenvolvimento e crescimento econômico. Aí eu falo dois pontos, porque a nossa missão diz: de desenvolvimento sustentável. E olhar o desenvolvimento e aí o Presidente, volto a falar, o Presidente Marcelo, quando as discussões anteriores diziam: o desenvolvimento, ele deve ser feito, mas, ele fala, o desenvolvimento deve ser sustentável, não é questão da preservação da nossa Amazônia; mas, é usá-la de forma sustentável das riquezas que existem e que muitos estrangeiros conhecem mais do que nós as riquezas que o nosso Estado possui.

Portanto, o desenvolvimento é importante dentro da consciência cidadã de que nós precisamos usar mais de forma sustentável as riquezas que temos; nós temos muitos minerais, nós temos uma estrada, nós temos um território rico, plano, que tudo que produz dá. O que a gente precisa realmente então? Promover esse desenvolvimento para que a partir dele, nós possamos de forma equilibrada, promover o crescimento econômico onde haja um equilíbrio da população, esse crescimento que referencialmente é por meios dos pequenos negócios que isso espalha, que isso se propaga nos quatro cantos do nosso Estado.

E aí sim, por último e não menos importante, mas, integrada a política de competitividade e desenvolvimento sustentável, o estímulo ao empreendedorismo. E aí, quero fazer um parêntese, Daniel Pereira chegou ao SEBRAE, eu fico muito feliz, contente, por tê-lo como parceiro hoje, uma pessoa que é diferencial, uma pessoa que arregaça as mangas e faz acontecer. E eu quero aqui trazer o meu amigo também Berti, que junto com esse trio, a gente faz junto com todos; o desenvolvimento dos pequenos negócios, estimulando o empreendedorismo, é uma maneira em que nós estamos levando para os municípios uma concepção; o SEBRAE não

consegue chegar em todos os lugares, o SEBRAE é um ator, não é o ator, é um em todas as Associações Comerciais, as CDL's dos municípios, FCDL e aí eu quero trazer a Federação das Associações Comerciais representada pela Daniela Bianchini, meus agradecimentos a Federação das Associações Comerciais, ao nosso amigo Paco, que tem também contribuído fortemente para esse trabalho em conjunto de estimular o empreendedorismo e nós queremos por meio de ações conjuntas promover esse estímulo, desde o ensino fundamental, a criança do 1º ano até o 9º ano recebendo empreendedorismo e eu quero parabenizar todos os professores, todas as escolas que até hoje promoveram e aderiram voluntariamente a esse estímulo, tendo a concepção de que eu posso olhar para situação e focar no problema; mas, o empreendedorismo faz o seguinte: ele olha para o problema e vê a solução. O pensamento diferenciado, não adianta eu terceirizar o problema para a Assembleia, terceirizar o problema para o Governo, terceirizar problema para as Instituições, não, não. A responsabilidade é nossa, de promovermos o crescimento econômico do nosso Estado e por isso, o estímulo do 1º ao 9º ano está tendo uma aderência e uma receptividade cada vez maior. Conseguimos até então 8.000 mil alunos, mas, o universo grande de alunos que existem no Estado, nós precisamos de integração, nós precisamos de esforço e estamos trazendo as cooperativas de crédito para trabalhar a educação financeira, nós estamos trabalhando com o SENAR para trazer a questão da sucessão da propriedade rural e aí é um problema interessante, porque a sucessão está sendo um ponto crítico no crescimento da nossa agricultura do nosso Estado; nós teremos que ter um olhar muito bem focado, porque senão os filhos vão sair das suas propriedades para a área urbana e aí como é que vai ficar a nossa vocação que é rica da agricultura do nosso Estado? Portanto, essa integração de esforços de trazer as Instituições para essa temática de educação por meio do empreendedorismo, vai muito além ainda, porque nós trabalhamos não só no ensino fundamental, no médio, no técnico, no superior, promovendo a verdadeira revolução que nós acreditamos que esse Estado, integrando os esforços com o governo do Estado, eu quero agradecer mais uma vez a SEFIN, nossos coordenadores top das galáxias, que estão ali, que têm contribuído fortemente com o pensamento diferenciado, um pensamento de trazer a Secretaria de Finanças para uma postura proativa de discutir com a sociedade políticas preventivas e orientativas e não punitivas, dentro de uma concepção de como eu faço para arrecadar mais? Arrecadar mais é criando um ambiente para o pequeno negócio, mais favorável ao seu desenvolvimento, é criando condições para que incentivos, a SEDI está aqui do nosso amigo Clébio, incentivar é proporcionar que o Conselho possa incentivar políticas públicas e valorizar as vocações que nós já conhecemos. Nós temos o Plano em Desenvolvimento Industrial que é comandado pela FIERO, um plano belíssimo, um plano que tem as linhas estratégicas do desenvolvimento, que tem sinalizado os investimentos estruturais em infraestrutura para que a gente possa desenvolver o nosso Estado. O quê que a gente precisa fazer? Pegar o plano, aliar na política de desenvolvimento do nosso Estado e que os setores, a indústria, do comércio, do serviço, do agronegócio possam ser valorizados, e, promovido o seu desenvolvimento e crescimento

gerando trabalho e renda. Nós sabemos que absorção da mão de obra no Brasil, ela não vai ser por meio do emprego, vai ser por meio do trabalho e da renda. Nós não conseguiremos absorver essa mão de obra 100%, mas, muito deles passarão a ser empreendedores. E como empreendedores, o primeiro canal de acesso, é o MEI, o MEI que antes estava na informalidade, passou para formalização, demos a luz nele, eles eram informais, vendiam, mas, não conseguiam crescer, estava na clandestinidade. Mas, quando veio a Lei Geral e criou possibilidade para que eles viessem para a formalização, a responsabilidade passou cada vez mais para quem? Para todos nós. Porque agora, como o Presidente falou, nós temos 70% inadimplente, mais na responsabilidade de um, de dois, não, é de toda sociedade, porque essas pessoas, a maior parte dos nossos empreendedores, elas têm um nível de cultura e de educação ainda raso, que não permite conhecer todo esse aspecto de impacto legislativo, tributário e fiscal no seu negócio e que nós precisamos em conjunto mobilização conjunta, ações integradas para otimizar recursos do nosso Estado.

Então, o SEBRAE ao longo desses anos, nós temos crescido dos quatro anos para cá, nós possamos de dez mil empresas atendidas, para vinte mil empresas em média atendidas e mais de cinquenta mil empreendedores do nosso Estado atendidos anualmente com ações integradas nos cinquenta e dois municípios, e aí só passando mais adiante. Em 2017, esse era o número. Em 2018, nós alcançamos vinte e mil, mas, do que atingir números, nós queremos atuar nas cadeias estratégicas do nosso Estado gerando competitividade, arranjo da piscicultura, arranjo do café, arranjo das agroindústrias, arranjo do setor da fruticultura, arranjo do setor industrial, arranjo do setor de serviço, isso, nós sabemos que a agricultura deságua no comércio. Então, a estratégia passa por essa valorização da infraestrutura do agronegócio do nosso Estado, esse é o cenário. Eu quero destacar aqui, por exemplo, inovação. O SEBRAE, nos últimos quatro anos investiu mais de trinta milhões, mais de trinta milhões em recurso e inovação, tecnologia nos pequenos negócios. E aí Presidente, Deputado Anderson Pereira, políticas de desenvolvimento competitividade, passa por inovação, inovação esse que nós precisamos que eles constituem uma Lei de inovação no Estado, ou fortalecer a Lei, para que a gente possa incentivar a inovação produtiva e ganhar escala de competitividade, esse é o cenário. Um pouco do universo que o SEBRAE atua em consultoria. Em curso no Estado, esses azuis são onde o SEBRAE tem posicionamento e tem feito um trabalho de treinamento, de consultoria, palestras. Então, o Estado todo sendo coberto aos cinquenta e dois municípios do nosso Estado com atuação direta, não somente com o SEBRAE, mas todas as entidades conjuntas. Missões, missões, uma estratégia de levar o Estado para fora ou de buscar Bitmarket de feiras como a Fispal, como a APAs, como Feiras Internacionais, isso promove competitividade, porque há um Bitmarket, Internacional onde existem as melhores práticas inovadoras para a área empresarial, e assim vai. Em 2018, o mesmo desempenho ampliando pouco escopo, missões. E aí é onde eu quero chegar agora. O posicionamento estratégico, é olhar o território e verificar que em Rondônia, existem vocações específicas em determinados territórios, e nós precisamos olhar para esses territórios, verificar aonde nós vamos investir, de que forma nós vamos investir e o que

nós podemos fazer para incentivar e desburocratizar questões de licença ambiental, questões, enfim, que entram processo de crescimento das empresas. Esse é o posicionamento estratégico hoje do SEBRAE, atuando com turismo, agroindústria, leite, café, piscicultura em todos os setores. Aqui, toda uma rede de relacionamento, porque o SEBRAE está situado em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim, Pimenta e Vilhena, e com pontos de atendimentos na Jatuarana aqui, Guajará-Mirim, e na Jatuarana. Essa estrutura, não comporta a gente atuar nos cinquenta e dois municípios, mas, nós temos sala do empreendedor, nós temos todas as instituições parceiras com os bancos de fomento, como as Prefeituras Municipais, agradecer as prefeituras e demais agentes de desenvolvimento local. Isso só é possível gerar competitividade, gerar desenvolvimento econômico, promover o nosso Estado de Rondônia, é por meio dessa ligação estratégica das instituições, cada um nas suas expertises, cada um nas suas atribuições e juntos promovendo o desenvolvimento e crescimento econômico no nosso Estado de Rondônia. A Lei geral é um mecanismo fundamental em que o Estado é uma Lei Federal. Então, se é uma Lei Federal, nós precisamos juntamente com todos os atores, e aí quero destacar também o Tribunal de Contas, essa Assembleia Legislativa, que têm feito um trabalho extraordinário. O Marco está ali representando o PROFAZ. Uma iniciativa também que a gente precisa parabenizar, porque o Tribunal de Contas hoje tem uma nova concepção, tem uma nova forma de agir em prol dos pequenos negócios. Esse é o universo dos pequenos em que o SEBRAE, é dos parceiros no desenvolvimento, e nós agradecemos a oportunidade. Obrigado a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns, excelente palestra. O senhor pode fazer à justificativa, que o senhor pediu?

O SR. LEILSON COSTA DE SOUZA - Bom dia a todos! Eu sou Leilson Costa de Souza, Sou Secretário Geral da Junta Comercial, como disse o Senhor Daniel Pereira, nós temos a cereja do bolo para ser apresentado. Nesse momento, eu queria fazer uma justificativa, Daniel, você conhece já os nossos serviços, nós estamos prejudicados nesse momento em fazer conforme tínhamos combinado online, devido um problema tecnológico que estamos sofrendo nessa semana, e nós fomos comunicados pelo Governo na sexta-feira, como já estávamos programada a Audiência, de qualquer forma, nós atendemos demonstrando a visão do empresário. Nós vamos aqui de fato demonstrar o que a Junta vem realizando, não na plataforma online como foi proposto inicialmente, mas, como é a visão do empresário de tramitação no nosso processo dentro da Junta Comercial. Eu queria também complementar e agradece nesse momento também ao Deputado Anderson Pereira, por essa iniciativa, que de fato o registro e legalização de empresas no Estado de Rondônia, ele é em primeiro lugar no ranking nacional. Os entraves encontrados hoje variam de município a município, como destacou o nosso Superintendente do SEBRAE, Daniel Pereira. Só para se ter uma ideia, nós deveríamos nas próximas audiências convidar também os órgãos de licenciamento, sendo Corpo de Bombeiros, as Secretarias de Meio Ambiente Municipal, os órgãos de Vigilância Sanitária que em alguns

momentos acabam dificultando de fato o empreendedorismo dentro do nosso Estado. Mas nós também temos municípios que são exemplos. O município de Pimenta Bueno, só para que seja citado, ele hoje licencia, inclusive, os de alto risco, ele não gera dificuldade para o empreendedor, ou seja, ele faz o seu licenciamento e libera o alvará provisório e daqui a 06 meses cujo tem um prazo legal para apresentação de tal documentação isso é feito, então a gente entende que de fato também pode ser exercido em todos os municípios no nosso Estado, nós temos município referência que é Pimenta Bueno e hoje ele arrecada 60% a mais, só voltados em registro e legalização de empresas. Então assim, nós acreditamos que conjuntamente conforme está ocorrendo essa reunião hoje, possamos de fato realizar todos esses feitos em nossos municípios. Em Porto Velho, infelizmente, Porto Velho é um município que sofre hoje com a parte de licenciamento, existe um contrassenso que envolve os órgãos dentro da própria prefeitura. Recentemente nós tivemos reunidos em uma audiência pública para tratar da lei de uso de ocupação do solo que impacta diretamente na abertura dos negócios; só para se ter uma noção não é mais o empresário que escolhe onde abre o seu negócio e sim depende da aprovação da prefeitura. Então isso gera uma burocracia, em algum momento existem empresas que demoram mais de 06 meses, como foi colocado, relatado de fato. Mas, nós temos exemplos e é por isso que estamos aqui e nós queremos contribuir sim. Só para complementar também, hoje os distritos de Porto Velho, que são 17, sofrem diretamente com essa lei, a lei está aí, ela precisa ser melhorada para que a gente possa de fato simplificar a vida do empreendedor.

Neste momento a gente convida o nosso Coordenador da REDESIM Eder Neves Falcão que fará a apresentação do nosso sistema Empresa Fácil. Muito obrigado a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns. Inclusive, eu estive nos distritos visitando aqui a Ponta do Abunã e lá é fato eu ouvi isso, as dificuldades que eles encaram ali, Eles já estão produzindo do mesmo jeito, só que não está sendo computado, até por questão de regularização que eles têm dificuldade. E aí vem outra problemática, eu estava conversando com o Marcelo Thomé aqui, a respeito da regularização fundiária, a gente já tem legislação para isso e não é pouca, a União tem uma dívida muito grande com o Estado de Rondônia em relação a regularização fundiária, e como eu estava falando para o Marcelo, para o Daniel Pereira, SEBRAE, é prioridade neste mandato não só do Deputado Anderson, mas, de todos os 24 Deputados a regularização fundiária, nós vamos abrir essa discussão aqui dentro desta Casa, a gente sabe o ator principal é o Governo do Estado, mas, a importância não tem como nem mensurar desse trabalho iniciar com base nas legislações já existentes que a gente consegue trabalhar isso.

O SR. LEILSON COSTA DE SOUZA – Eu gostaria de registrar, Deputado, que neste momento vários contabilistas estão se utilizando do youtube para também participar da audiência pública, nos mandaram aqui vários questionamentos que depois será repassado diretamente para o senhor.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Excelente, os internautas podem encaminhar para a gente, o horário de fato da audiência não foi um horário muito bom, geralmente os horários na parte da tarde é bem melhor, nas quintas e sextas-feiras também são muito bons, a gente vai se policiar nesse sentido desses horários. Nós fizemos uma audiência mesmo na quinta-feira passada no período da tarde e foi muito boa com a participação dos órgãos públicos, que nesse horário estão todos em funcionamento, então até tenho dificuldade da presença de alguns atores aqui. O município foi convidado, o Ministério Público, o Governo do Estado, todos foram convidados para essa discussão, mas, infelizmente o horário impossibilitou, e hoje está acontecendo outra audiência no Plenarinho aqui da Casa com o Deputado Marcelo Cruz que também discute um tema muito importante que é a respeito das enchentes, aqui a nossa Capital sofre muito e todo Estado de Rondônia, e os impactos ambientais que essas usinas trouxeram para o Estado de Rondônia, grandes prejuízos.

Vamos ouvir, a gente vai ter o outro palestrante do SEBRAE, a Silane Guedes, mas, posterior quando encerrar o da Junta, é que a inscrição dele não chegou até a mim aqui, Eder Neves Falcão pode dar início.

O SR. DANIEL PEREIRA – Presidente, só a título de informação; acho que é interessante esse trabalho de agilidade, ela foi possível devido ao então Presidente da AROM, hoje Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Laerte, que na época tinha como vice o Professor Valter, então a contribuição que eles deram lá do pequeno município de Alvorada d'Oeste para esse processo no Estado de Rondônia foi um negócio fantástico, então a AROM é uma parceira de primeira grandeza nesse processo, deixo aqui registrado isso, o compromisso que o nosso Presidente Laerte tem com o Estado como um todo, não só com o município dele, com todo o Estado. E também nós estamos nos preparando para fazer o Planejamento Plurianual do SEBRAE e ele precisa ser construído em consonância com os eixos que o Governo do Estado estabelecer como políticas públicas na sua concepção de Governo, então nós começamos semana passada aqui no evento da fazenda do Dia de Campo sobre Piscicultura, uma propriedade do nosso Conselheiro do SEBRAE e Presidente da FACER, o Francisco Hidalgo, então nós iniciamos uma conversa que nós vamos juntar SEAGRI, SEDAM, SEDI, EMATER, IDARON, são cinco órgãos do Governo do Estado que atuam diretamente nesta situação impactando aí a vida dos micros e pequenos empresários, mas, vamos ter que envolver a AROM; teremos que envolver outras instituições, a Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais para que a gente faça o planejamento o mais ajustado possível a realidade. Porque o ser humano às vezes ele é meio vaidoso e ele começa a fazer as coisas que ele acha que é importante, e às vezes ele perde uma bela oportunidade de ouvir quem realmente vai ser impactado.

Quero registrar também a presença de vários dos nossos colegas do SEBRAE que estão muito felizes de verem a instituição que eles trabalham hoje aqui presente. Lembrando, o Samuel citou os números, nós só temos 100 servidores que são contratados pelo SEBRAE, com 100 servidores nós impactamos a vida de mais de 20 mil empresas no ano passado,

de forma direta, de forma indireta, muito mais. Então não é quantidade é qualidade quero deixar bem registrado isso aqui.

O SR. ÉDER NEVES FALCÃO - Primeiramente meu bom dia a todos, senhoras e senhores. Já fui apresentado, meu nome é Éder eu sou Coordenador do Projeto REDESIM em Rondônia, nós tínhamos a perspectiva de fazer aqui online um trabalho de abertura e baixa de empresa, infelizmente como o próprio Leilson já explicou ao Governo do Estado enviou um ofício na sexta-feira dizendo que a gente iria ser impactado em função da indisponibilidade de alguns serviços de internet ligados a infovia, isso realmente impactou. A gente testou hoje, ainda há pouco está impactando o nosso serviço com a receita, mas, a gente não vai ficar sem essa visão do que é empresário. Acho que o mais importante do que isso, lógico, que é impactante, é demonstrar como a gente faz o nosso trabalho hoje, mas, tem essa visão do contribuinte, o que Rondônia está fazendo hoje diferente dos outros Estados para ter o resultado que tem? Nós vamos apresentar o nosso projeto REDESIM em Rondônia e a gente vai demonstrar também a visão que o contribuinte tem do nosso serviço e isso tem impactado de uma forma geral e como é que está Rondônia no cenário nacional. O Projeto REDESIM em Rondônia, que aqui REDESIM é uma Lei advinda da Lei Complementar nº 123, Rondônia foi, inclusive, um dos pioneiros, o Estado pioneiro, Lei Complementar nº 123 entrou em vigência em abril de 2006; em dezembro de 2006 o Estado editou a Lei nº 1679 que criou o Comitê Gestor Nacional da REDESIM Simplificação. Lá naquela época já a Prefeitura de Porto Velho, SEBRAE, Receita Federal já começaram a desenhar esse processo. Mas esse processo ficou parado justamente por deficiência tecnológica, vamos colocar assim, nós tínhamos dificuldades em operacionalizar e levar isso para os municípios, municípios com pouco recurso, dificuldades também de investimento de tecnologia. Então o Estado e os órgãos federais estavam assim conscientes de que precisa ser feito algo a mais para que isso fosse levado a fio. O projeto REDESIM Rondônia que aqui em Rondônia tem o nome de Empresa Fácil RO, da realização da Junta Comercial do Estado de Rondônia, Secretaria de Finanças do Estado com apoio da Associação Rondoniense dos Municípios e do SEBRAE.

Só para a gente entender qual o papel de cada um neste processo, a Junta Comercial é gestora do projeto, mantenedora do Sistema Integrador para os órgãos estaduais e dá suporte técnico tanto para usuários internos como externos. Toda a parte de custeio de operacionalidade, disponibilidade dos serviços que são a cargo da Junta Comercial, ela também auxilia seus usuários, o contribuinte, o contador que quer utilizar uma empresa fácil, ele tem o suporte técnico, assim como tem 52 municípios, 05 órgãos estaduais e outras instituições. Hoje a OAB também integrada ao Sistema Integrador Estadual, Rondônia foi o primeiro a integrar, a OAB também. A gente tem algumas manias de ser pioneiro, quando se fala em REDESIM.

A Secretaria de Finanças do Estado, ela quem custeou toda a implantação deste sistema nos municípios. Então nós fizemos um sistema, um projeto árduo em que nós visitamos todos os municípios com o apoio do SEBRAE e da Associação Rondoniense, fazendo sensibilização do Prefeito, do Secretário,

para a importância da mudança da dinâmica, da melhoria do ambiente de negócios do nosso Estado.

Depois disso vem toda a implantação e a implantação foi ali custeada pela SEFIN e feita também pela Junta Comercial, junto com o SEBRAE. A AROM, ela é cedente da licença de uso do sistema. O sistema que na época custava em torno de R\$ 1.500,00, com a licença de uso, Rondônia conseguiu ela de forma gratuita, com os laços de parceiros como é no caso a AROM. A AROM então fez a doação para o Estado da licença de uso de forma irrestrita, para que o Estado pudesse trabalhar no sistema e pudesse melhorar o sistema, que na época se tinha, Alagoas já utilizava o sistema.

O Dr. Daniel Pereira falou muito bem, a gente não tem vergonha nenhuma de olhar o que estão fazendo lá fora, a gente não precisa inventar a roda o tempo todo, às vezes só precisa deixar ela redondinha. Então foi mais ou menos aquilo que a gente fez, uma melhoria. Mas o que muda e o que a gente tem de diferente, porque a gente avançou tão rápido em tão pouco tempo, sendo que todos, tinham outros Estados lá com a mesma ferramenta. Para vocês terem uma ideia essa ferramenta é utilizada por 14 Estados e Rondônia é o que melhor fez toda a dinâmica de processo dela. Não é ferramenta, ferramenta é a cereja do bolo. É como a gente faz, de que forma a gente faz. Eu acho que isso é que é impactante aqui no Estado. A AROM também dá apoio na acessibilização, mantenedora do sistema integrador, e, o SEBRAE, com toda sua expertise dá apoio na acessibilização, na simplificação de processo. Então, atua junto ao município para que o município simplifique seu processo. Vocês têm vários parceiros dentro desses municípios, Sala do Empreendedor, Agente de Desenvolvimento, as unidades do SEBRAE, em todo interior, que tem ajudado muito a gente a fiscalizar e ajudado a gente a dar continuidade nesse projeto.

E todo mundo pensa assim: Ah! Mas, porque é difícil. A gente tem uma visão, fora do Brasil, o Brasil é muito mal visto quando se fala em regularização de empresas e negócio e quando se fala em pagamento de tributos. Não só pela carga tributária, mas, o tempo que se leva, o tempo que se gasta e o que se gasta para pagar tributos, não é?

A gente atua na parte de desburocratização de registro e legalização das empresas. Existe um ranking mundial que mede isso, a Doing Business e, para você ter ideia, de 190 países, na parte de registro e legalização de empresas, o Brasil ocupava a posição de número 125. Para ficar ruim, tem que melhorar muito, não é? E é mais ou menos isso que a gente vem fazendo. É lógico, que esse ranking médio, hoje, somente São Paulo e Rio de Janeiro, há uma proposta, inclusive, para que Rondônia faça parte. O nosso País é muito grande, com várias regiões, então a proposta da Junta Comercial e da própria Receita Federal, é para que Rondônia faça parte desse ranking e comece a medir nossos tempos de processos também aqui, para que a gente consiga impactar de forma positiva nesse ranking.

E como é que o empreendedor fazia para abrir empresa? Eu acho que nós temos aqui, contadores, representantes da classe contábil. Senhores, era pastinha embaixo dos braços mesmo, um monte de documentação encaminhar em todos os órgãos. Para se ter uma ideia, só a parte de registro demorava em torno de cinco dias. Se a gente fosse levar para as inscrições

fiscais, com a segunda etapa na legalização de empresas, são mais cinco dias, eram mais cinco dias na Receita Federal, três a quatro dias na Receita Estadual e ali, de dez a doze dias, dependendo do município, no município. Se a gente somar isso, apesar da segunda fase pudesse ser feita concomitante, então, a gente levava pelo menos doze dias aí, só na fase de inscrições fiscais. E o que é essa fase de inscrições fiscais? É para o ente público saber que a empresa nasceu e que ele tem que cobrar tributo dela. Então, o órgão público levava doze dias para poder fazer a inscrição da empresa. Isso impactava na geração de nota para o empreendedor. O empreendedor não conseguia comprar nem conseguia vender porque não conseguia se regularizar nem se inscrever no município. A gente nem chegou na parte de licenciamento.

Do licenciamento, passado essa fase, a fase chamada à fase do licenciamento, que é nossa fase crítica, onde se perde mais tempo. Todo esse período era o que mais gerava dano ao contribuinte, é o que mais ele perdia tempo e o que mais ele perdia dinheiro, porque hoje tempo é dinheiro. Foi justamente isso que a gente começou a trabalhar, de uma forma linear todos esses conceitos, esses pré-requisitos para que a gente melhorasse de uma forma, automatizasse alguns processos, para que esses processos se tornassem mais rápidos, que na perspectiva do contribuinte, ele fosse mais aceito. Se a gente tem uma visão do Brasil como, daqui para fora, como eles enxergam a gente, é também triste ver como nossa população enxerga a gente, órgãos reguladores, como é que eles enxergam a gente. Não foi, às vezes é uma frase de efeito falar que o Estado é inimigo do empreendedor, mas, infelizmente esse é sentimento que tem o empreendedor dos órgãos públicos. E a gente fala em todos os níveis dele, em todos os níveis de governo. A gente tenta melhorar para que ele tenha, pelo menos, aquele sentimento de que em Rondônia a gente está fazendo diferente. Em Rondônia, ele está amparado pelos órgãos públicos.

Toda essa fase, desde o registro até a legalização de empresa, isso é uma média Brasil, são 11 procedimentos diferentes, 79 dias para se regularizar empresa. Já foi muito pior, esse já foi de 107 dias, a média. Essa é uma média Brasil. E como é que a gente fez para melhorar essa média? Primeiro nasceu a REDESIM em Rondônia, com o advento da Lei Complementar 123, é a Lei Estadual 1.679, a gente criou o Sistema Integrador Estadual, que começou a funcionar a partir de 2015, finalzinho de 2015. O objetivo dele é simplificar, automatizar os processos de abertura, alteração e baixa de empresa, tanto o registro como a legalização. E para isso, a legislação tem alguns pilares, porque nem tudo é só o sistema. Então, primeira coisa é o órgão trabalhando de forma integrada. Há uma crítica muito grande do empreendedor, que ele tem que caminhar em vários órgãos, levando a mesma documentação. Isso é uma verdade. Se eu pego um processo de Vigilância, se eu pego um processo de Meio Ambiente, se eu pego um processo da Receita Federal, se eu pego um processo do órgão de Registro, basicamente, a documentação que está ali, é comum a todos os órgãos. E o empreendedor começa a se perguntar: ora, por que é que eu tenho que levar a documentação, se todo mundo é órgão público por que é que eles não compartilham essa informação? Então, essa é a primeira inovação que trouxe a Lei da REDESIM, que foi a

obrigação dos órgãos trabalharem de forma integrada. E ali instaurou outro conceito muito importante que foi a entrada única de documentos. Ele falou assim, olha: no documento onde começa esse processo, onde essa empresa nasce, esse órgão já tem que validar toda essa documentação e socializar essa informação com os demais órgãos, para que não se precise nem o contribuinte dispendiar tempo nem dinheiro fazendo isso, e nem os órgãos dispendiar horas de trabalho dos servidores para fazer a mesma coisa.

Entrou aí também um conceito muito importante, que foi a entrada, atendimento preferencialmente pela internet, esse atendimento é só pela internet, não há outra fonte de entrada para as empresas. Então isso foi necessário para que a gente conseguisse fazer isso ser operacional em todos os municípios, que a dificuldade era justamente fazer isso nos municípios. Então o Sistema Integrador ele é utilizado nos 52 municípios hoje, cinco órgãos estaduais e mais uma entidade de registro que é a OAB. Os escritórios de advocacia que são registrados na OAB não são na Junta, mas, a OAB também faz parte hoje da REDESIM, a gente também levou essa melhoria desse processo. A consulta prévia de nome e localização, que muitas vezes é criticada e isso depende muito da legislação do Município, não se tem um problema no conceito consulta prévia, que trouxe a legislação nacional, mas, o quanto é fácil abrir empresas em determinados municípios, o quanto a lei facilita, a lei de uso de ocupação do solo, plano diretor para que essas empresas sejam abertas. É uma coisa que tem que se trabalhar muito Porto Velho, nós estamos aí na fase de Audiências Públicas, é muito importante a participação dos órgãos de classe, das instituições patronais neste processo, para melhorar esta legislação, de fato Porto Velho tem alguns pontos críticos a serem tratados, pela forma como Porto Velho cresceu, mas, que isso a gente tem que trabalhar agora. Acho que essa fase é a fase das instituições se unirem e trabalharem esse processo. E a consulta prévia ela consiste basicamente, que o empreendedor tinha um grande problema, problema que gerava custo e gastos desnecessários, que era o empreendedor às vezes que quando começava a construir o negócio dele, começava a empreender ali e não sabia se ia poder ou não estar trabalhando. Imagina um empresário de um posto de combustível, ele começar a construir um posto de combustível e de repente algum chegar lá do município e olha: "olha aqui você não pode estar". Olha o investimento que foi feito e alguém está dizendo agora que não pode estar. Então o que a Empresa Fácil fez foi antecipar essa fase. O empreendedor pergunta antes ao município se ali é permitido ou não de acordo com a lei de uso e ocupação do solo, se é permitido ou não ele abrir uma empresa. Isso melhorou muito a questão de erros de processo, então às vezes o empreendedor pensava que o endereço constituía toda a empresa e chegava lá no final, o fiscal na hora em que ia fazer a fiscalização, via que não era bem aquilo e ele tinha todo o gasto de fazer todo esse processo de novo. Então com a consulta prévia a gente sanou esse problema dos erros de endereço. E o outro é lógico, é a questão que eu já tinha mencionado, da localização, se eu posso ou não posso exercer a atividade naquele local. Mas, a gente ainda tinha um grande problema também que era a questão do tempo, há 79 dias para começar a executar as atividades, a começar a gerar emprego e a gerar renda; como é que a gente fazia?

Ai nasceu à questão do alvará provisório de localização e funcionamento, que é o que dá direito ao empreendedor ir lá e abrir as portas. No Empresa Fácil, a função é de forma automática, então o sistema já lê, se aquela empresa é ou não baixo risco e libera no ato da constituição dele, de acordo com a legislação de cada município, o alvará provisório de localização e funcionamento. O município de Porto Velho tem uma Lei específica para isso, para alvará de localização e funcionamento, e os outros 51 municípios, eles se utilizam da Lei Nacional, da Resolução 24 que estabelece o que é e o que não é baixo risco, e aquilo que pode e o que não pode receber um alvará provisório. Esses são os órgãos integrados, está a Junta Comercial, a OAB, a Receita Federal, Corpo de Bombeiro Militar, Secretaria de Desenvolvimento Ambiental; na Prefeitura até quatro órgãos integrados dependendo da estrutura da Prefeitura, a AGEVISA, Secretaria de Estado e Finanças.

Aqui é só uma visão, como a gente não pode fazer uma demonstração, à gente vai mostrar a visão do empresário, como é que o empresário faz hoje para constituir empresa. A primeira fase que a gente explicou é a fase de consulta prévia, é a carinha do portal do empreendedor, tela de relacionamento dele com o contribuinte, ali tem uma mensagem inicial para o empreendedor, ele vai, é meio intuitivo, então ele lê a mensagem vai prosseguindo, se ele quer abrir um negócio, vai dizer se é uma abertura, nesse caso a gente está simulando uma abertura, a primeira fase é de consulta prévia, então ele escolhe o órgão de registro dele, escolhe o município que ele vai se estabelecer e o tipo jurídico, ele preenche os dados solicitando e ali a gente começa a validar muitos dados, então você tinha erro de nome, erro de endereço, então para evitar que o contribuinte erre e isso e chegue lá na frente e veja que isso está errado, isso gera um transtorno e um gasto desnecessário para ele, o sistema já valida junto a Receita Federal, usa alguns serviços da Receita Federal e faz à validação; as opções de nome e os dados do empresário, ele só precisa digitar o CPF, a gente vai buscar na base da Receita Federal todos os dados dele, os dados de endereço ali o sistema já está parametrizado para que ele lance o CEP, e, ele faça o autopreenchimento de acordo com o CEP que já consta na base dos Correios, o que ele vai fornecer são pontos de referência, se porventura necessário e também a área do imóvel, a área do estabelecimento que é utilizado para os critérios de alto e baixo risco, principalmente do Bombeiro. As atividades que ele vai exercer, então são bem simples, ele tem lá os códigos de atividades, ele consegue fazer buscas por tipo de atividade, parte do nome, e no final ele gera um protocolo de acompanhamento, esse protocolo é o que vai servir para todos os órgãos. É como se fosse um processo eletrônico em todos os órgãos no final do deferimento do processo. Ele entra no status de análise tanto pelo órgão de registro quanto ao nome, como pelo órgão que responde a localização que é o Município que ele escolheu para fazer a consulta. É importante dizer que esta consulta prévia, ela já existia em muitos municípios desde 2007, com o advento da Lei 11.598, que é a REDESIM nacional e os municípios cobravam para fazer isso. Então você tem município que cobrava desde cento e vinte reais, a município que cobrava quase quinhentos reais para fazer consulta prévia. Hoje isso é feito de graça. Com relação a tempo de processo. O tempo máximo para se responder

consulta prévia é de 48 horas pelo Município. Hoje, Rondônia tem em média de 18 horas úteis e tem municípios respondendo aí em torno de 2 horas, 1 hora, em tempo médio.

Então, às vezes, o contribuinte já manda, já recebe a resposta, mas, você tem toda a parte noturna que os órgãos não trabalham e esse tempo é incluído no tempo total.

A partir do momento que o município responde de forma positiva, ele passa a preencher os dados que ele não tinha coletado na consulta prévia. Então, o integrador, ele só cobra do empresário determinado dado, se aquele dado é necessário para aquele momento. E aí ele vai começar a preencher os dados dele para a constituição e aí já é o processo de registro, legalização dele que já começa a ser preenchido e é o que interessante, é que ele deixa de preencher todos aqueles formulários que todos os órgãos cobravam. Então, ele vai preencher uma vez só com validação de alguns dados que facilita a vida dele, já deixa atento para possíveis erros. E vai avançar, são dados referentes à Capital, são dados bem básicos da empresa, de informações da empresa, esses dados vão ser compartilhados e validados também pelo órgão de registro no Conselho de Entrada Única de Dados. Ele já consegue gerar a taxa dele online, para vocês terem ideia nós temos e todas as taxas podem ser feitas de forma online nos municípios, a gente fala em dá entrada no processo, a gente imagina só uma vez, às vezes, o contribuinte ia ao município, dava entrada ao processo depois ele voltava 2, 3, 4 5 dias depois para pegar a taxa para pagar, ele voltava para pagar a taxa e depois para deixar o comprovante de pagamento. Imagine o tempo que ele levava e o desperdício que ele tinha de tempo nisso. Hoje o sistema, ele consegue gerar as taxas para os órgãos que tem integração via web site para geração, os que não têm o próprio órgão pode deixar o PDF da taxa lá para poder o contribuinte pagar.

Então as taxinhas são geradas online, hoje ninguém vai mais ao Banco, utiliza o aplicativo do celular, já deixa pago, o sistema reconhece o pagamento com arquivo e retorno do Banco, se o contribuinte gerar o formulário e olha que já está simplificado o formulário que ele tinha que preencher. Hoje, ele preencheu os dados automaticamente esses formulários já são preenchidos para ele, ele só precisa assinar o formulário, se ele não tiver um Certificado Digital. Essa é opção de um processo físico, que ele imprime e leva à Unidade, nós tínhamos só 11 Unidades, o Sistema permitiu também que a gente conseguisse levar isso para os municípios. O ano passado nós fizemos uma frente para poder levar junto com o SEBRAE, o Governo do Estado levou para todos os 52 municípios, no Brasil é o único órgão, a única Junta Comercial está presente em todos os municípios, levamos para os municípios, então a gente já conseguiu facilitar mais ainda a vida do contribuinte. Contribuinte que saia de Costa Marques viajava 220 quilômetros para dar entrada num processo em São Miguel do Guaporé que era a unidade mais próxima da Junta, 220 quilômetros para ir, 220 quilômetros para voltar, se ele tivesse algum erro era mais 220 quilômetros e mais 220 quilômetros. Então chegava a ser absurdo o que a gente fazia, o quanto a gente penalizava o empreendedor que estava querendo constituir um negócio gerar emprego, gerar renda.

Mas, ele também tem a opção do processo eletrônico, então se ele tiver um Certificado, ele consegue assinar

eletronicamente o processo, ou seja, ele vai conseguir abrir a empresa dele sem nem sair da cadeira, sem nem sair da frente do computador. Ele escolhe a opção Processo Eletrônico faz o anexo da documentação que ele precisa enviar, assina o processo, assina o processo e aí a gente acaba com várias fases, ele mesmo protocola o processo. Uma coisa bem interessante que aí quando ele protocola o processo, ao invés do processo passar por aquelas fases de protocolo, digitalização do processo para tornar o processo virtual, o processo já cai direito com o analista dele, é por isso, inclusive, que o nosso tempo é muito bom, porque o contribuinte protocola o processo direto para o analista, então o analista do processo já recebe automaticamente.

Nós também instalamos na Junta o Teletrabalho então permite que a Junta possa oferecer, não serviço que começa às 08h00 e termina às 14h00, mas, o serviço dela oferecido em todo o período, então nós temos analista trabalhando a noite, analista trabalhando à tarde, isso melhorou muito o nosso tempo de processo. Depois que a Junta aprova o processo, outra coisa interessante foi à chancela digital, como é um documento digital ele recebe uma chancela digital. A gente não tem noção de quantas cópias autenticadas eles tiravam desse contrato para levar para órgão: Banco, Órgão Regulador, Órgão Licenciador, hoje ele tem, ele pode imprimir da casa dele quantas vezes ele quiser, não precisa mais autenticar mais essas cópias e ele leva direto e o próprio órgão vai lá e valida dentro do Portal se o documento é válido ou não.

O alvará provisório é emitido automaticamente, isso leva em torno de 4 a 5 segundos para o sistema lê e liberar o alvará provisório para aquela empresa que se enquadra na situação de alvará provisório, então ele já recebe o documento, todos os documentos são com o Código de Autenticidade, Certificação, ou seja, exige totalmente o contribuinte de gastar com cópias autenticadas para apresentar essa documentação em qualquer outro órgão, Bancos também.

Todas as licenças que antes a gente falou aqui no início que ele gastava 12 dias em média 12 dias são feitas em alguns segundos ou minutos. Um CNPJ, por exemplo, é gerado em 5,2 segundos; uma Inscrição Estadual vai depender da rajada de dados, mas, o máximo que ela pode levar são 15 minutos. Então, é tudo gerado automaticamente, a gente tirou esse processo manual de dentro dos órgãos para que a gente pudesse melhorar o tempo de processo deles.

A Inscrição Municipal também, ele consegue solicitar todas as inscrições de todos os licenciamentos nos órgãos.

As Declarações de Dispensa e os Licenciamentos também são todos feitos pelo Portal, muitas vezes o contribuinte, apesar, de ele não precisar do Licenciamento, para você vê o quanto era absurdo o Banco pegava e falava assim: "eu preciso do seu alvará sanitário, eu preciso da tua licença ambiental". Aí o contribuinte fala assim: "poxa, mas, eu sou uma loja de calçados, eu não gero impacto, eu não tenho que me licenciar". Aí o Banco fala: "então prova, que eu estou te dando dinheiro, tenho que saber se está apto ou não para trabalhar". O sistema também automatizou todo esse processo; então os órgãos fizeram a lista daquelas atividades que não precisavam de licenciamento, o sistema já gera automaticamente, ou seja, independente de interferência humana, independente de análise lá de alguém do município,

automaticamente o processo já é lido, ele já libera automaticamente a declaração de licenciamento, ou declaração de dispensa de licenciamento para que o contribuinte pegue isso daí e possa levar nos órgãos ou no banco onde ele vai contrair o empréstimo. SEDAM também, Bombeiro também inicia o processo do Bombeiro; o Bombeiro, quando é MEI, por exemplo, é automático e como MEI não paga taxa, ele não precisa passar pela fase de reconhecimento do pagamento da taxa, quando é um contribuinte que paga, precisa pagar taxa de vistoria; ele emite automaticamente a taxa, o contribuinte paga e espera a compensação do banco que é até 24 horas. Algum benefício está essa visão do empresário de como licença, sistema muito simples, muito fácil de acompanhar, é bem intuitivo, então o contribuinte consegue ver o que ele precisa, o que ele não precisa; aquilo que é dispensável, aquilo que não é dispensável; alguns benefícios está para o empreendedor, redução do tempo de abertura de empresa, redução dos custos com deslocamento, duplicidade de ações e entrega de documentos, a gente viu que a gente eximiu ele, praticamente isso não existe mais. Informações e orientação dos consolidados, no Portal, ele consegue receber e identificar tudo que ele vai precisar para legalizar o seu negócio; pagamento de taxa por meio eletrônico, como eu disse muitos municípios já fazia o contribuinte se deslocar até ele, às vezes, até órgãos estaduais, se descolar, pegar uma taxa, sair no banco, pagar e voltar com o comprovante de pagamento; nos dias de hoje isso chega a ser absurdo. Facilita o acesso ao crédito, vez que eu tenho de todas as minhas licenças emitidas eletronicamente e o aumento da competitividade. Isso teve um reflexo também nos municípios, a gente fala, a gente está aqui com o colega do Tribunal de Contas, que a gente conhece muito bem e, inclusive, vamos fazer uma parceria aqui para gente atuar junto com o PROFAZ para melhoria de arrecadação dos municípios também, a gente atua muito bem nisso. Automatização e melhoria de processo no município, torna o custo no município de um processo de legalização de empresa muito menor. Emissão online de alvará de licenças, das taxas também, o acompanhamento todo online; o contribuinte não precisa ir para o balcão do município, alguém tem que atendê-lo, para ele poder conseguir legalizar a empresa dele.

Acesso aos dados de toda empresa, para vocês terem ideia, o município não conhecia 49% das empresas que estavam instaladas nele e tem município no nosso Estado que esse índice ainda era muito pior. Então, das empresas que estavam instaladas, ele não conhecia quase metade. Isso gera também outra coisa importante que é a Justiça Fiscal; então, se todo mundo está se legalizando, você tem empresário que está lá de forma correta, ele tenta se legalizar, tenta pagar imposto e às vezes, outro que não age desta forma e aí o próprio sistema de REDESIM já comunica o município se aquela empresa abriu ou deixou de abrir ou fechou no município dele. Outros ganhos importantes: redução da informalidade, adequação da Lei de Regência, otimização de recursos financeiros e humanos, processo operacional, apoio na racionalização, na fiscalização, que o município sabe onde estão as empresas que estão em tempo real, aumento da arrecadação e o desenvolvimento da economia local.

Aqui a gente encerra, salvo alguns resultados agora a parte de apresentação, mais alguns resultados, Rondônia tem

05 órgãos estaduais, 52 municípios integrados a REDESIM, junto com o Alagoas que está 100% integrado. Nosso tempo de processo, a Junta Comercial mais célere do Brasil, nós temos 92,5% dos nossos processos feitos, registrados em até uma hora, as empresas que abrem, alteram o baixam em até uma hora, nosso tempo médio desde a consulta prévia até o alvará provisório de 04 horas, levando em consideração que a gente considera tempo para fins desse cálculo de tempo médio, inclusive, a noite, ou seja, todo horário noturno onde os órgãos não trabalham; Rondônia hoje é o primeiro a colocar no ranking nacional de integração, ranking já atualizado agora de fevereiro de 2019, Rondônia continua desde quando finalizou a implantação da REDESIM lá em 2016, maio, junho de 2016, julho quando entrou a SEDAM, somos os primeiros colocados no ranking, durante algum tempo dividimos a primeira colocação com o Estado do Alagoas e hoje somos isolados, de forma isolada, o primeiro colocado no ranking nacional. Criaram até um conceito diferente, era até conceito A, hoje existe o conceito a mais justamente por conta disso. A indicação da Federação das Juntas Comerciais para que Rondônia represente também o Brasil no Doing business para a gente conseguir melhorar essa nossa visibilidade para fora, acho uma coisa importante, o Estado da região norte, quem imaginaria, Rondônia 52 municípios, pequenininho aí; mas, hoje ser visto de uma forma muito positiva, uma forma que pode melhorar o Brasil no cenário nacional, a gente fica muito orgulhoso do trabalho, das parcerias, nós citamos todos os parceiros aqui, parceiros muitos importantes, também são parceiros da gente, as Entidades de Classe, CRC, o CRA são várias entidades que trabalham com a gente, é um projeto tão grandioso que foi levado a todos os municípios, não podia ser diferente, a gente tem vários parceiros que ajudam a gente nesse processo; fazer, a gente não tem dinheiro para fazer, mas, a gente se alia com quem pode nos ajudar a fazer, acho isso muito importante, dinheiro não é, não é, vamos dizer assim, empecilho nenhum para quem quer fazer as coisas, a gente tem que reinventar e ter muita força de vontade para fazer as coisas, eu acho que isso é o grande diferencial do que foi feito aqui em Rondônia, em relação aos outros Estados. O pessoal às vezes vem São Paulo, o pessoal do próprio Paraná, onde foi à primeira vez, vê o processo. Mas como é que vocês conseguiram fazer isso? Eu acho que a força de vontade de todos esses órgãos e aquele negócio de que juntos somos fortes, e todos esses órgãos que se aliaram para fazer a diferença, eu acho que foi o mais importante nesse processo. Ferramentas, outros quatorze Estados, têm a mesma ferramenta, mas, a gente conseguiu fazer diferente. Meu muito obrigado a todos, tenham um bom dia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns. Se tudo que fosse governamental estivesse nessa linha de funcionamento, eu digo a saúde, educação, o próprio sistema de tramitação de processo de servidores dentro do próprio CPA, que atrasa a vida do servidor, o Governador Daniel Pereira, inclusive trabalhou um sistema para acelerar isso, a gente teria uma agilidade no serviço público muito bom para a população.

Quero registrar a presença do Senhor Francisco Holanda, Diretor da FECOMÉRCIO, e Conselheiro do SEBRAE. Eu gostaria de devolver a fala aqui ao Marcelo Thomé, ele vai

fazer uma breve explanação a respeito do Sistema S, hoje a gente tem certa preocupação em relação a isso, existem opiniões do Governo Federal sobre o possível fim do Sistema S, e existem também dentro do Governo Federal posições contrárias, e é importante, a gente também se preocupar com isso, a gente sabe a importância que tem o Sistema S, no suporte técnico para as empresas, na capacitação dos cidadãos, dos jovens ao mercado de trabalho. Eu gostaria que ele desse uma rápida palavra a respeito.

O SR. MARCELO THOMÉ – Obrigado Deputado Anderson. Rapidamente, eu fui pego de surpresa aqui com essa missão. Em 1938, empresários industriais perceberam a necessidade de se organizarem para desenvolver o setor secundário, ou seja, a indústria brasileira, empresários como Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Euvaldo Logi. Então, em 1938, criaram a Confederação Nacional da Indústria, e a partir dessa iniciativa em 1942, criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e de onde nasceu? Ou porque nasceu o SENAI? Para formar mão de obra para uma indústria que começava a se desenvolver durante o período da guerra, havia uma pressão sobre o Brasil, para produzir material bélico e outros produtos manufaturados, e não havia mão de obra, afinal de contas o Brasil era bastante desenvolvido no setor do agronegócio, mas, muito pouco desenvolvido no setor industrial. Então, o SENAI, nasceu com a iniciativa, pela iniciativa de empresários para formação de mão de obra para a indústria. Depois surgiu o Serviço Social da Indústria, para dar atendimento, oferecer atendimento aos filhos, aos dependentes dos empregados da indústria. Muito bem, esse modelo viveu durante muitos anos, outros serviços foram criados depois disso, do comércio enfim. Em 1988, com a Constituição de 88, organizou-se principalmente a questão da personalidade jurídica dessas entidades, o artigo 240, que cria então os serviços sociais autônomos reconhecendo o papel determinante dessas entidades no desenvolvimento econômico brasileiro e principalmente garantindo ou legitimando a forma de financiamento dessas entidades. Então, não só a Constituição como a decisão do Supremo Tribunal Federal, convalida a forma como hoje é custeado, como são custeados os serviços sociais autônomos. Bom, serviços sociais autônomos leiam-se Sistema S. Sistema S, hoje é composto por inúmeras entidades como todo o conjunto de entidade da Confederação Nacional da Indústria, que é a própria CNI, o SENAI, o SESI e o IEL, eles atuam no setor secundário que é a indústria, no setor primário tem a Confederação Nacional da Agricultura, com as entidades análogas, no setor terciário, temos aqui o representante Francisco Holanda, que é a Confederação Nacional do Comércio com o SESC, SENAC. Todas as Confederações são organizadas em federações estaduais, então, a entidade de grau superior nacional, são as Confederações. Em nível estadual, nós temos as Federações, e a base de toda essa estrutura são os sindicatos. No caso da indústria, são mais de mil sindicatos industriais patronais que dão suporte as federações conseqüentemente a confederação. O SEBRAE é uma das entidades que compõem o Sistema S, nós temos duas públicas que é APECS e ABDI, são entidades de gestão pública financiadas com recursos privados. E é importante esse destaque Deputado, por quê? Por que o modelo que foi criado desde 1942, é dinheiro privado recolhido pelo Governo, mas, com gestão privada, são empresários

brasileiros que voluntariamente se dispõem a gerir essas entidades sem qualquer remuneração, sem qualquer remuneração. Alguns números e aí eu posso falar pelo SENAI e pelo SESI. Ano passado, o SENAI/RO, teve dez mil matrículas no Estado de Rondônia, nós pudemos formar e capacitar 10 mil rondonienses em 2018, essa foi a contribuição do SENAI/RO para o Estado de Rondônia, isso é feito com dinheiro privado devolvido às empresas, e o mais importante, Deputado, aí que eu acho que é absolutamente pertinente a essa discussão, as empresas, os pequenos negócios são isentos de contribuir, ou melhor, os que são optantes pelo Simples, MEI não paga contribuição para o Sistema S, micro e pequenas empresas não pagam contribuição para o Sistema S, mas, são as maiores beneficiárias de todos os serviços prestados pelo SENAI, pelo SESC, pelo SENAC, pelo SEBRAE, não existe melhor transferência de renda e aí a gente está falando de capacitação de empresários, a gente está falando de formação profissional, a gente está falando de educação básica, saúde e segurança no trabalho que é promovido pelo Brasil buscando recursos nas maiores empresas, transferindo esse recurso para o Sistema S e devolvendo aos pequenos negócios serviços de capacitação, sem qualquer custo muitas vezes para as empresas. Dependendo do programa, 80, 90 ou até mesmo 100% de fomento é dado aos pequenos negócios em capacitações, formações e projetos de requalificação. Um programa exitoso que o SEBRAE tem chamado SEBRAETEC que também trabalha o desenvolvimento das empresas, alguns desses programas estão sendo executados pelo SENAI, trazem um enorme ganho de produtividade para as indústrias, para as empresas que participam desse processo. O Samuel pode falar em maior detalhe sobre isso. O que é importante deixar claro, Deputado, o papel, a função social que o Sistema S desempenha em especial no que se avizinha como retomada do crescimento econômico haverá uma enorme pressão por mão de obra qualificada para atender uma indústria que vai crescer, um comércio que vai se desenvolver e áreas de serviços que vão se desenvolver, quem vai fornecer essa mão de obra? Quem vai fornecer essa mão de obra?

Em 2014, o SENAI teve três milhões e oitocentos mil matrículas em todo o Brasil, é reconhecida pela ONU como a maior entidade de formação profissional do hemisfério Sul do planeta, está entre as três maiores entidades de formação profissional e qualificação profissional do planeta, eu acho que mais do que nunca o Brasil vai precisar do Sistema S no processo de retomada econômica, o que a gente precisa, são políticas de fortalecimento do Sistema S. É óbvio que se discute questões de governança, de Compliance em relação ao Sistema e suas entidades, isso é legítimo, não é por menos que no caso da indústria 100% das federações adotaram, assumiram compromisso com o Tribunal de Contas da União de 100% de transparência, e é isso que nós temos. Todas as informações da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia estão no site, no Portal, podem buscar, e assim estão de todas as federações industriais do Brasil inteiro, inclusive, da Confederação Nacional da Indústria.

Há que se discutir uma melhor governança no processo? Sem dúvida. Em todas as esferas, em todas as entidades brasileiras há que se discutir essa governança, no entanto, não se pode questionar ou não se deve questionar o papel

desempenhado pelas entidades que compõem o Sistema S em apoio ao desenvolvimento econômico do Brasil, a saúde de qualidade do trabalhador, a formação de mão de obra e cidadania neste País. O SENAI promove através dos seus cursos o principal programa de mobilidade social deste País, o menino da favela, o menino sem nenhuma condição que faz um curso no SENAI tem a possibilidade de se empregar numa indústria, não é por menos que mais de 70% dos egressos do SENAI estão empregados na indústria brasileira. Então, são pequenos números aqui Deputado, não me preparei para isso, mas simplesmente para reafirmar o compromisso do Sistema S e aí falo em nome da indústria, da Confederação Nacional da Indústria, da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, do SESI, do SENAI, em promover desenvolvimento econômico, fortalecimento das empresas e construção de cidadania. Obrigado pela oportunidade, Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – A gente vai ampliar mais esse debate, é um debate muito profundo e merece uma atenção especial, com certeza, de todos nós. Vamos ouvir a segunda palestrante, a Silane Guedes, Gerente Estadual de Políticas Públicas do SEBRAE.

A SRA. SILANE GUEDES – Bom dia a todos. Em nome do Presidente Deputado Anderson Pereira eu quero cumprimentar as demais autoridades da Mesa; em nome da nossa querida Joana Joanora, quero cumprimentar os empresários que nos assistem pelo Estado, e em nome aqui do nosso Diretor Administrativo Financeiro Carlos Berti eu quero cumprimentar os contadores também que nos assistem nos quatro rincões de Rondônia.

Presidente, o senhor foi muito feliz em promover este debate, há muito tempo nós não tínhamos algo parecido aqui para defender os interesses da micro e pequena empresa que são as maiores geradoras de emprego no País.

Eu vou falar sobre a Lei 123 o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, mas, eu quero dizer que ela é uma complementada da Constituição Federal, que nos seus artigos 170 e 179, garante um privilégio e uma diferenciação no tratamento das micro e pequenas empresas nacionais.

Se alguém tem dúvida da importância da micro e pequena empresa e dos empreendedores em geral, eu coloco uma reflexão. Desde as cadeiras que nós estamos sentados aqui hoje, ao microfone, todo este espaço tem recurso gerado pelos nossos produtores rurais, pelas micro e pequenas empresas e também pelo setor produtivo em geral.

A Lei nº 123 ela promove o desenvolvimento econômico, regional de forma sustentável gerando emprego e gerando renda, que traz qualidade de vida para a população, aumento na arrecadação, municipal, estadual e federal. E o que nós precisamos fazer? Nós precisamos proteger os micros e pequenos negócios, nós protegendo os micros e pequenos negócios, criando um ambiente favorável para que eles, aquelas pessoas que têm uma pequena ideia transforme em grandes empresas, é o que a gente cumpre o nosso papel como entidade e como Parlamentar, como Governantes do nosso Estado.

Nós temos alguns números de quantos são, por isso eu falo porque o Deputado foi muito feliz em promover esta discussão. Nós hoje temos 121.400 empresas em Rondônia,

registradas na Junta Comercial e isso prova que é uma excelente causa a gente discutir e tornar esse ambiente de negócio mais justo, mais favorável.

Como que essas empresas contribuem? Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o CAGED, a micro e pequenas empresas são responsáveis, Presidente, por 99.4% dos empregos em 2018. Acredito que em 2019, isso não vá ser diferente. Enquanto as médias e grandes empresas apresentaram uma queda de 92% de empregos em relação a 2017. Como que a Lei Geral faz esse desenvolvimento? Então eu relacionei aqui alguns dos pontos-chave que a Lei Geral cria, um ambiente favorável para que os negócios nasçam e cresçam. Nós temos uns índices que as empresas quebram no seu segundo, terceiro ano, e nós, enquanto autoridade, temos a obrigação de criarmos um ambiente que minimize este drástico número de empresas que acabam abrindo falência.

Então alguns pontos aqui que a Lei Geral da micro e pequena empresa pode contribuir: Ela possibilita a criação de uma governança entre poderes através do Comitê de Gestor Nacional, Estadual e Municipal, além de subsidiar, Presidente, as discussões das frentes parlamentares que hoje é o que me traz aqui hoje, que a gente quer fomentar que o Estado se organize e tenha uma governança, para que leis, projetos de leis que cheguem aqui nesta Casa sejam aprovados, porque ele vai favorecer a micro e pequena empresa que automaticamente dá qualidade de vida a população. A Lei exige a desburocratização dos processos, torna obrigatória a priorização dos pequenos negócios nas compras públicas em todos os certames, garante acesso facilitado ao crédito para pequenos negócios; garante acesso a justiça de forma simplificada, traz facilidade para o associativismo e o cooperativismo, que é muito importante nos dias de hoje; garante também a unificação da entrada de documentos empresariais, que é o que o nosso colega Éder já explanou; ela prevê o alvará provisório, a reclassificação de riscos de atividades e dos riscos que devem ser dispensados da vistoria prévia, que são 95% dos negócios; ela traz a redução do tempo de abertura de empresa; ela prevê a licitação exclusiva para micro e pequena empresa local e regional; exige a subcontratação da micro e pequena empresa por empresa de médio e grande porte, que tenham ganho algum certame licitatório; garante que a MPE tenha uma nova proposta para desempate em disputa, quando ela está ali disputando licitação com grandes empresas, ela pode apresentar aí uma nova proposta; mesmo que a empresa tenha problemas fiscais, ela garante um prazo de regularização após a licitação; a Lei também traz benefícios no pagamentos dos pequenos negócios que deverão ocorrer em até 30 dias, então aquelas empresas que ainda acham que o órgão público pode passar aquele colega na frente para pagamento, hoje além de uma fiscalização intensa do Tribunal de Contas, a Lei Geral, ela garante que a micro e pequena empresa tenha prioridade nestes pagamentos; ela concede alvará de funcionamento em residências e em áreas desprovidas de regularização fundiária. Deputado, isso aqui é algo muito sério, porque o nosso Estado de Rondônia, ele é pouco, é aquém da regularização fundiária, embora muito já se tenha feito. E isso é uma das coisas que impactam na micro e pequena empresa, porque se o município não regularizou as suas áreas a empresa muitas vezes fica privada

de abrir o seu negócio em determinados endereços. Isso infelizmente em Rondônia ainda vem acontecendo. Nós temos que propagar que isso é um direito constituído na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e que municípios de Rondônia, municípios do Brasil não podem privar uma empresa de abrir em uma área que não tem regularização fundiária e nem privar micro e pequena empresa de funcionar nas suas residências. Bem como, Presidente, esse IPTU dessa empresa que funciona na residência, também não pode sofrer ajuste. Tem que continuar como valor de IPTU residencial. Traz a fiscalização orientadora com critério da dupla visita. Nós, hoje ainda, Presidente, precisamos que todos os Parlamentares abracem essa causa, por isso, justifica a criação dessa frente parlamentar, que as empresas de pequeno porte recebam duas visitas antes de serem multadas, porque muitas vezes o fiscal não obedece esse critério que a lei já garante e isso faz com que feche portas de pequenas empresas, que desemprega e esse não é o momento. Nós não temos mais condições de permitir que isso ainda aconteça em nossos municípios e por isso nós precisamos unir forças para defender a micro e pequenas empresas. Ela permite também, é um direito da empresa à baixa, mesmo com débito tributário. E, infelizmente, volto a afirmar, em Rondônia ainda temos municípios que falam para o empresário que ele não pode baixar a empresa dele e ele fica gerando débitos ao longo dos anos. É um direito garantido pela lei, Presidente, desde 2006. Desde 2006, esse direito, o empresário de pequena empresa já tem e nós ainda encontramos, hoje, alguns empresários que estão sendo cerceados do seu direito.

Temos a dispensa do Habite-se para o MEI, isso aqui é a Lei 128/2008, ela prevê e institui a nota fiscal simplificada. Aqui eu quero parabenizar o município de Porto Velho, que na semana retrasada conseguiu já disponibilizar nota simplificada até para o microempreendedor.

Deputado, é assim que faremos os pequenos negócios decolarem na região e assim que nós vamos trazer benefícios para a sociedade, como emprego, renda e aumento de arrecadação. A receita, a Lei Geral traz no seu manual, não tem segredo, não temos que reinventar a roda. Nós temos simplesmente que garantir com que os direitos do pequeno empresário, da pequena empresa sejam respeitados.

Eu quero deixar aqui, no final da minha fala, um convite especial para todos os presentes, para participarem no dia 02.04 do Prêmio Prefeito Empreendedor, que vai acontecer no auditório do IFRO, às 19:00 horas. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns. A gente tem mais três inscrições aqui. O Antônio Carlos, Coordenador da Receita Estadual. Com a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO – Bom dia a todos. É com satisfação que a Administração da Receita Estadual, administração tributária, se faz presente aqui nesta Casa. Cumprimentar, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson, a todos os presentes, bem como o Presidente desta Casa que está ausente. Cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Ex-Governador Daniel Pereira, que tem o respeito de todos os presentes, isso é uma unanimidade. E dizer que na fala inicial do Deputado, ele falou sobre a expressão

“continuidade”. Nós temos aí uma evolução tecnológica que é inegável em todas as áreas, mas, a continuidade, significando agregação de valor no que vinha sendo feito para continuar a melhoria, é um valor que eu reconheço como a palavra bem oportuna. E a administração estadual; recebemos a missão através do nosso Secretário, do Governador Marcos Rocha, de promover uma continuidade na administração tributária, que represente não apenas a melhoria, mas que represente a criação de um ambiente facilitado, não só para o pequeno empreendedor, para o médio, para o grande empreendedor, para todo o ambiente econômico do Estado de Rondônia, permitindo que a gente não tenha saltos na economia que vise a tornar um ambiente econômico deprimido. E nessa linha, nós temos como valor, na Receita Estadual, a importância do crescimento dos pequenos negócios. Para termos uma ideia, em relação ao ano de 2017, nós tivemos um crescimento de 40% no número de microempreendedores individuais, enquanto que o Simples Nacional foi apenas na ordem de 20%. A gente vê que há um movimento de esperança que o Poder Público não pode se furtar a tentar ajudar. Já em 2019, aumentamos 12%, contribuintes ativos. No total, entre microempresários individuais e Simples Nacional, nós temos 39.322, posição de hoje. Sendo que disso, 24 mil são de microempreendedores. Isso sinaliza para a gente, que muita gente quer trabalhar e quer condições para isso, ainda têm essa esperança. A colega do SEBRAE colocou também um número espantoso de registros de 121 mil, e nós temos 40 mil ativos. É para a gente ter uma reflexão de qual é o ambiente econômico que está fazendo com que haja esse cancelamento acumulado ao longo do tempo. E para ser prático, que o colega Amarildo ainda está inscrito, vai entrar com mais detalhe sobre esse ambiente de esperanças, nós já tivemos conversas com o SEBRAE, temos negociações entabuladas com as prefeituras, com os demais órgãos de registros porque como foi colocado pelos palestrantes anteriores, não é apenas você abrir a empresa, mas, se a Prefeitura não facilitar, se a SEDAM não facilitar, se o SEBRAE não educar, o Conselho de Contabilidade teve duas rodadas na Administração Tributária também está disposto a ajudar e nós temos que sair a campo. Nós pretendemos fazer algumas experiências, já conversei com os assessores do SEBRAE, de pegar nossa Van, lotar aqui a Van do SEBRAE e juntar a Escola do Legislativo, juntar todas as forças interessadas, descermos pra lá para depois da Mamoré, nas ruas que não são as principais, e fazermos alguns dias de campo como laboratório, para preparação da semana do Micro Empreendedor Individual que é maio não é? O Daniel Pereira já sinalizou e a gente ver qual é a necessidade prática na rua, desses empreendedores que estão sem inscrição, comprando ali no CPF, sujeito a uma fiscalização que eu já adianto aqui para esta Casa, viu Deputado, sujeitos, pequenos empreendedores que estiveram legalizados, não estão mais, e outros que estão lá, mas, levantaram suas vendas, seus comércios, mas, estão em todos os rincões do Estado de Rondônia, trabalhando, sujeitos a reclamações daquele que está inscrito quando fala que aquela concorrência é desleal, mas, ele também não tem às vezes aquele acesso à tecnologia para ele fazer online, então nós temos que ir lá, fazer essa regularização, acompanhar durante um ano aquelas palestras do SEBRAE, o Conselho de Contabilidade. A Resolução do

Comitê Gestor no artigo 6º, ela estabelece que a primeira inscrição sendo feita por escritórios ou pelas entidades de classe, permite que sejam feitos acordos nos poderes estaduais, federais, entidades de classe para até apresentar os demonstrativos no primeiro ano, para os órgãos de controle. Eu acredito que muita gente fecha porque não tem a menor noção de como apresentar seus demonstrativos, e, isso aí é grave e nós temos aí 80 mil que não estão mais no radar porque não estão inscritos e uma grande parte que está fazendo suas compras via internet para revender, ali no Macro, no Atacadão, agregando valor como os palestrantes bem colocaram. Esse valor, essa agregação, ela também entra no cofre dele, mas, ele não tem a noção de separar o fluxo de caixa do pequeno negócio, da necessidade das suas contas particulares e a gente, vou falar de uma forma prática, é isso que faz às vezes com que o negócio venha a não ter êxito, e nós temos que somar forças para garantir que o pequeno, ele vai até 81 mil o faturamento, daqui a pouco queremos que ele cresça 360. Queremos que ele chegue a três milhões e seiscentos e que ele chegue um dia ao regime normal, que ele ganhe acima de três mil e seiscentos. Para você ter uma ideia, para nós termos uma ideia, hoje nós temos dez mil e trezentas empresas do regime normal, são as que estão do lucro presumido, do lucro real, as que pagam tributo pela apuração e nós temos aí quarenta mil, ou seja, um número expressivo de pequenos negócios. Então nós temos que manter os grandes e ajudar os pequenos, porque os municípios perdem se nós não estivermos regulamentando e como perdem. Todo município recebe o seu repasse em função da riqueza de sua região; é medida pela produção ambiental, pela área, pela população e também pelo valor adicionado financeiro. Quando eu tenho um pequeno negócio que sai do radar dos poderes, ou seja, ele além de ter todas as variáveis que pode fazer com que ele feche, ele deixa de trazer para o município a cota-parte. Então você tem um pequeno município, eu trabalhei por muitos anos no Candeias do Jamari, e naquele município nós não fizemos a caça às bruxas, nós pedíamos ao pequeno produtor que ele emitisse sua notinha, pedia para a regularização e aquela receita ela surgiu na época, ela subiu em torno de trezentos mil/mês o repasse para quase um milhão. Então esse ambiente de preocupação com o pequeno ele é virtuoso para toda a economia e a receita estadual, vocês podem acreditar, nós vamos mudar esse modelo e, inclusive, facilitando em relação às obrigações tributárias, tirando o medo do fisco opressor em cima do ambiente de negócios. O Governador Marcos Rocha em breve vai anunciar medidas muito boas para o ambiente de negócio de Rondônia, que vão contribuir muito para que a gente tenha esse ânimo de empreender e de regularizar; mas, a parte de regularização, eu quero dizer para esta Casa, que a Receita Estadual, ela vai entrar nessa era que o modelo antigo de você ser apenas o órgão a ser temido, isso acabou. Não estou colocando, nenhum senão sobre como vinha à administração tributária, mas agregando um olhar para um novo tempo onde nós não temos mais condições de ter um contencioso como o valor maior. Eu tiro, você faz uma curva no sinal ali, por exemplo, do Shopping, passou, o carro está estacionado aqui, passou uma roda, passou um pouquinho aqui, eu recebi uma multa em casa, uma roda; eu vi o guarda lá, mas, veja bem, isso não traz para aquele ambiente uma virtude.

Se eu tivesse recebido um aviso: olhe, fique atento porque da próxima vez, passou uma roda, é outra coisa, você já muda a percepção do contencioso, da cobrança, da fiscalização e esse olhar da fiscalização, é estritamente voltado para a multa para a repressão, nós queremos a parceria da Assembleia, dos Deputados, das Entidades de Classe para a gente conscientizar para que haja esse caminho de mudança do modelo e agradecer ao convite do Deputado para que o Fisco Estadual tivesse presente e dizer que nós estamos aberto a todas as Entidades como o Conselho já esteve lá, às demais Associações, os Empresários, na conjunção desse ambiente econômico favorável ao negócio na Receita Estadual. Obrigado e bom dia a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns pela fala.

A nossa preocupação principal aqui é a Receita Estadual, a nossa Receita, porque não tem como melhorar serviço público melhorar saúde, conceder reajuste de classe se a receita cair.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO – Perfeito.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – E eu tenho certeza que esses discursos de campanha iludiu alguns, mas, não me iludiu. Eu sei que a gente tem que cuidar, e, a gente está entrando num ciclo de Rondônia muito preocupado, estou preocupado com esse ciclo que a gente pode entrar, pode ser favorável, mas, vai depender da gestão, por isso que é importante a gente discutir essas questões todas antes de qualquer coisa acontecer para que Rondônia não entre numa crise no momento que a gente vê o País num momento favorável, pelo menos, até então está no momento favorável, pode ser que amanhã ou depois mude, mas, até o momento está no momento favorável e é importante essa preocupação de todos nós, os entes envolvidos.

Eu quero ouvir também o Sr. Amarildo Ibiapina, Gerente de Tributação da Receita Estadual.

O SR. AMARILDO IBIAPINA – Bom dia a todos! Eu cumprimento à Mesa em nome do Deputado e dizer da importância desta reunião, repetiria o que disseram, mas, realmente ela é de fundamental importância.

A nossa área de fiscalização nós pretendemos, continuando na fala do nosso Coordenador, mudar a chave. Nós temos que sair do Fisco Coercitivo para o Fisco Preventivo. O Fisco tem que sair do Fisco que multa para o Fisco que orienta e que esclarece. O contribuinte não pode ir ao Fisco pedir esclarecimento e sair autuado; ele tem que sair orientado. E como fazer isso? Incentivando a autorregularização. Então, aqui já feito um sistema nosso que vai criar alerta para as empresas dizendo para elas os erros que elas cometeram e permitindo que elas se corrijam sem ter nenhum tipo de autuação. Se aqueles que corrigiram estariam fora da preocupação dessa autuação. Nós, muitas vezes nesses erros, eles decorrem de um bug de sistema, de um esquecimento, de um erro e não tem nada de dolo nisso. Então, o Fisco vai criar um programa que vai verificar toda escrituração e suas operações e alertar o contribuinte: "olha, você deixou de colocar

essa nota; você deixou de fazer isso". Atendido naquele prazo será considerada uma denúncia espontânea. Nós temos que sair do modelo auditoria e multa para o modelo de acompanhamento e monitoramento. Temos que sair da fiscalização que olhava para trás, nós temos que trabalhar numa fiscalização que olha o presente e constrói o futuro, inclusive, por normas punitivas para evitar que o contribuinte erre. Não adianta fiscalizar os 5 anos, cria-se créditos podres, porque ele não vai ter condições de pagar, é preciso acompanhar o seu dia a dia e evitar que ele erre, assim, nós vamos atender a demanda do Deputado de manter, inclusive, um aumento de arrecadação e a médio prazo nós pretendemos classificar os nossos contribuintes para separar as empresas boas daquelas que não querem se manter em conformidade, para tirar a energia e usar apenas naquelas que estão nos desconformes, as empresas boas nós pretendemos dar tratamento diferenciado, inclusive, no momento, talvez, a longo prazo ele nem precise mais passar na barreira, porque nós já conhecemos tanta, sabemos que ela paga tudo correto, ela passa direto, para eu usar a energia para fiscalizar aqueles que tem problema. E como fazer isso? O que diretrizes devemos trabalhar? Então, definimos que devemos trabalhar com a Simplificação, com a uniformização e padronização, com a desburocratização e com a descentralização.

Simplificação, medida já efetiva, tomada. O produtor rural, ele tinha uma fazenda em qualquer lugar, ele tinha que fazer a sua inscrição e todo o seu andamento na jurisdição daquela fazenda, de plano, ele pode fazer isso em qualquer unidade de atendimento da SEFIN, se ele tiver aqui em Porto Velho, em qualquer local que está. IPVA quando parcelava, se tivesse já com dívida ativa, ele teria que vir em algum local que tivesse PGE para poder fazer o parcelamento. Liberamos. Ele pode fazer isso em qualquer local, basta ele procurar uma unidade de atendimento.

Padronização. Nós temos três grandes eixos, que a é fiscalização, ele faz o lançamento, a tributação na área que lidera; o que cria norma interpreta; e o julgamento aqui no nosso tribunal. Às vezes, a Fiscalização lançava de um jeito, a Tributação, entende de outro e o TAT julga diferente. Então, essa uniformização e padronização, ela é necessária nesses três eixos bem como nas unidades de atendimento. Nós temos 6 delegacias que, às vezes, a empresa é atendida em Vilhena recebe um tratamento, mas, se chegar em Ariquemes ele tem outro. Isso também é um ponto pacífico entre nossa gestão, inclusive, com a participação do nosso delegado que todos devem dar o mesmo atendimento de forma uniformizada e padronizada.

A descentralização com desburocratização, também já tomamos medida nesse sentido, isso já feito. Nós alteramos as competências, delegamos atribuição para os nossos delegados para facilitar a vida do nosso contribuinte e encurtar o tempo da demanda e a resposta, porque antes, isso teria que vir para central e nós acumularmos processos e não tínhamos condições de atender por falta de pessoa. Agora, soltamos essa descentralização com controle, mas, ele será atendido na sua própria regional. E agora tratando sobre o Simples Nacional, não vou repetir muitas falas muito bem apresentadas, a senhora que fez a palestra anterior. Mas, dizer que o Simples Nacional, essa empresa pequena, ela sempre foi uma preocupação do

estado brasileiro, desde, a redação inicial da Constituição, da Constituição Cidadã, a empresa já era indicada para ter um sistema diferenciado. Agora, é lógico, que foi exatamente na Emenda Constitucional 42/2003, que estabeleceu no artigo 56, a obrigação do Estado criar um sistema diferenciado e favorecido de forma e simplificado entender as 3 unidades da Federação. E foi daí que se criou a Lei 143, que hoje é regulamentado pelo Conselho Gestor na Resolução 140. Isso tornou o ambiente, ainda que com dificuldade, mas, isso melhorou, veja a quantidade de empresa de Simples e os seus faturamentos. Nós como fiscalização, nós vemos o Simples Nacional, tanto o MEI quanto a Micro Empresa, eles são os trabalhadores sem direito trabalhista, são os guerreiros da economia, eles têm um ambiente totalmente de concorrência, um dos senhores comentou que ele vende por internet, ele não consegue, é verdade; o consumidor a cada dia mais exigente, querendo um bom produto e um preço baixo e como ele compra pouco, ele não tem poder nenhum de barganha perante o seu fornecedor. Então, ele fica num ambiente de um trabalhador que não tira férias, que trabalha sábado e domingo e que esse cara ainda, eu gostei do nome que ela apresentou; levantou nesses últimos 02 anos, quase 90% do aumento de emprego foi feito por esses guerreiros. De fato, esse evento é importante, ele é necessário porque o poder público tem que se preocupar com as empresas pequenas, tratando de forma isonômica para poder fazer com que esses, eu repito e gosto de chamá-los assim, esses guerreiros da economia se mantenham no mercado e continue pregando e também arrecadando, daí a necessidade de a gente fazer um processo de regularização que é um projeto da nossa Coordenadoria; mas, não aquela regularização que vai lá para notificar, para dá 30 dias, se não regularizar vai ser multada. Não, nós precisamos de parceiros para ir lá e se ele tiver a cópia do documento, ele já sai dali formalizado, por que às vezes, ele não se formaliza porque não tem instrução para isso e o Fisco não é mais o Fisco repressor e sim o Fisco que colabora e que orienta. E assim encerro a minha fala, obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO – Deputado, o senhor me permite só mais um complemento.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO – Desculpa ter interrompido os aplausos que você ia receber. Eu queria também citar outro número para nossa reflexão. Sempre se fala, quando o colega mostrou o detalhe do modelo da mudança de foco da fiscalização que o Governador vai anunciar em breve o pacote na prática para, não como a carta de intenção, mas, como uma realidade nos primeiros 100 dias de Governo. Mas, a esperança, Deputado, que o senhor colocou que a gente tenha os recursos no caixa, vindo das diversas fontes, tanto do pequeno, como de maior expressão do grande. Eu compartilho com essa preocupação e tenha fé que a descentralização tributária que está hoje na gestão, nós temos uma vocação muito forte para perseguir sem causar correria, sem causar qualquer sentimento de perseguição do bom empresário, do empresário estabelecido e ao contrário, como o colega explicou, o modelo de multa de auto de infração, ele

não será um valor da administração estadual e sim a autorregularização. Para termos uma ideia, hoje nós temos o estoque de cinco bilhões de dívida ativa nominal, com os acréscimos vai a quatorze bilhões. E disso aí, você não tem nem 0,01% que seja do Simples Nacional, nem do MEI, os pequenos não estão nesse lote. Então, ele não é uma parte que tem que ser desprezada na economia, ao contrário, ele tem que ser amparado porque o efeito multiplicador é muito grande. E mesmo o grande que está nesta dívida ativa por conta de cenários econômicos, excesso de rigor, mesmo assim, até para essa dívida ativa nós temos que olhar com carinho para também, que ele não venha fechar as portas, porque o sistema, ele precisa de todo. E queria colocar finalmente mais um desejo nosso que precisaremos da capilaridade da Assembleia, das Entidades de Classe, é que para sobrar o dinheiro para o Governo investir e também ele também ter as obras, ter as demoras que vai fazer com que a economia faça o giro, nós estamos pensando em algumas atitudes de redução de custos que temos que enfrentar, quando o cidadão, o pequeno empreendedor fala que o Governo é grande, em três meses de gestão agora, eu vou citar um caso: Nova Brasilândia, nós temos uma sede de uma agência de rendas com oito salas e mais uma casa atrás, para um servidor; um servidor, agora a gente imagina uma casa de oito quartos mais uma edícula para um servidor da Receita Estadual, enquanto que na mesma cidade, o IDARON, ele paga aluguel e nós temos lá cidade, DETRAN, temos Agricultura, nós devemos ter Emater. Então, um dos projetos que será feito essa gestão, é a gente tentar fazer um modelo aqui do SIAC e Tudo Aqui, e precisaremos do apoio de todos os órgãos da Assembleia, de todos, para que a gente chegue na nossa cidade. Ariquemes, a gente paga aluguel de sete mil reais, e temos lá um projeto de construção de dois milhões de reais, aí nós temos a necessidade dos hospitais, a necessidade de fomentar a renda dos pequenos agricultores, não tem condições de você gastar dois milhões com a sede administrativa de uma máquina burocrática que precisa aperfeiçoar. O que nós falamos para a nossa delegada de lá? Ela procurar parceria, o Governador já deu apoio para esse projeto, nós estamos conversando, fazendo a análise inicial nos municípios, os delegados estiveram aqui nos nossos vinte e quatro municípios, queremos estender para os cinquenta e dois, parcerias com os prefeitos, e Assembleia faça o pedido que possa ajudar, uma prefeitura que tem uma boa sede, porque nós não podemos treinar o servidor para lá mesmo orientar o produtor e o pequeno para fazer o seu trabalho, mesmo que não tenha o servidor do Fisco, mas, vamos treinar o servidor daquela Prefeitura ou daquela Emater, ou daquele IDARON. E a Assembleia, pode ser um parceiro em fortalecer isso nos canais superiores. Você pega uma sede de Ariquemes, parece que o Tribunal de Contas está saindo de lá, eu não sei tem um espaço ou outro órgão; vamos lá para dentro, nós não vamos gastar dois milhões de reforma de sede. Então, a ideia também da legislação tributária é reduzir custos em todas as localidades do Estado, e fazer com que a presença aumente, fazer modelos como o Tudo Aqui, e como o SIAC.

Eu queria agradecer a oportunidade de nos chamar, e que o senhor acredite que nós como servidores do Estado que o senhor também é, tenha a certeza do nosso propósito com ética, com muita vontade de fazer com que o Estado continue

no bom caminho que vem desde a administração do Governador Daniel Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Eu concordo com a fala do senhor, mas, a gente tem que ter muito cuidado também em relação a essa questão de fechar, remanejar de um lugar para outro, você acaba prejudicando a população. Vou dá um exemplo, ali em Burity, fecharam lá a unidade de Fisco, tinha um servidor, dois da prefeitura cedidos. Agora a Prefeitura, quem quiser ter acesso ao órgão, tem que ir até Ariquemes, aí vai à Rodovia, a Rodovia, nem existe mais a Rodovia.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO – Desculpa Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - E ponta do Abunã, o Governo também está anunciando que pode fechar a Unidade CIRETRANS, pode fechar IDARON, tem que ter muito cuidado. Tem que ser feito um estudo detalhado, Vossa Excelência falou, deixa eu falar.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Só quero adiantar que, desculpa se eu não fui entendido. A intenção é ampliar, não é fechar.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Não, no sentido ampliar com responsabilidade, porque algumas coisas que a gente está vendo aí, não está sendo feito com responsabilidade, e está prejudicando as pessoas, então, se a gente for querer economizar prejudicando quem já tem um serviço oferecido ruim, aí complica. Então, tem que ser feito um estudo detalhado, com planejamento, com organização. E a ideia é excelente, que o senhor falou de juntar, quando se for a Brasilândia, tem um órgão lá do IDARON, que paga o aluguel caro, e tem outro órgão que está lá, o pessoal juntar todo mundo, montar as Subsecretarias juntas aí, é interessante, economia de aluguel, de pessoas e melhora inclusive o atendimento. Então, tem que ser com muito cuidado, eu concordo que tem que ser feito, a máquina está muito inchada, tem que desinchá-la, mas, mas também temos que pensar nas pessoas. E hoje o Estado de Rondônia, em algumas situações tem um atendimento público, eu vou dá um exemplo, do DETRAN. A gente tem cinquenta e dois municípios, a gente tem setenta e duas unidades do DETRAN, quer dizer, a gente está muito presente, se for comparar com outros Estados, a realidade é outra, o Amazonas, o Acre, entre outros aí, não chega à metade dos municípios, aqui a gente ultrapassa vinte unidades a mais além da quantidade de municípios, isso é bom diminui as filas, melhor atendimento para o contribuinte, proximidade, ele não precisa se deslocar tanto. Então, tem que ter cuidado nessa questão, e com certeza nós vamos acompanhar isso, fiscalizar isso, para que seja feito da melhor forma, pensando nos dois lados, pensando no serviço público de qualidade, pensando na população e também nesse enxugamento da máquina.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO – Queria anunciar para o senhor que Burity, ela teve uma descontinuidade como o colega lá foi demitido, o técnico

tributário, eu já assinei sexta-feira, o pedido de admissão de um técnico para reabrir lá.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Reabrir? Excelente notícia. Inclusive, eu já estava até solicitando essas informações da SEFIN.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO – Lá em Buritis, nós vamos reabrir, porque foi apenas por conta da demissão, e no final do ano pelo período eleitoral, não poderíamos ter feito a contratação, mas, o Secretário Luiz Fernando, já autorizou, já assinei o processo na sexta-feira do SEI, inclusive dois colegas que morreram no interior. O senhor está correto, acolho com carinho, mas, o que a gente quer é aumentar a capilaridade nos locais que tem e do que não tem. Obrigado, pela sua intervenção.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Boa notícia. Que a gente, inclusive estava preparando um requerimento solicitando essa informação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - O Senhor pode ajudar para que seja agilizado pelo outros órgãos a SEPOG, a Casa Civil, eu agradeço.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Deixa com a gente. Senhor Mac Uillian, Coordenador do PROFAZ, com a palavra, se quiser usar a tribuna também.

O SR. MAC UILIAN – Gostaria inicialmente de cumprimentar Vossa Excelência sua pessoa eu saúdo toda esta Casa Legislativa; cumprimentar a Dra. Joanora, na pessoa da qual eu saúdo toda a Mesa; cumprimentar a Silane, colega de batalha na qual eu saúdo todos os presentes aqui nesta audiência, e parabenizá-lo, Deputado, pela iniciativa de trazer tão importante tema à baila e ressaltar aqui um número que foi já dito por vários colegas da importância dos pequenos negócios, dos micros e pequenos negócios.

Dados do IPEA mostram que 99% das empresas existentes no País são de micro e pequenas empresas, 54% dos empregos gerados são pelas micro e pequenas empresas. À luz desses números, a gente volta os olhos para essa realidade e devemos nos preocupar cada vez mais em fomentar que essas empresas tenham vida longa em nosso País, o que não tem sido realidade. Infelizmente, hoje o micro e pequeno empreendedor ele abre e logo fecha as portas por falta de condições de um ambiente favorável para que ele dê continuidade ao seu negócio.

Eu venho a esta Casa hoje representando o Programa de Modernização e Governança das Fazendas Públicas Municipais e do Desenvolvimento Econômico e Sustentável dos Municípios que hoje é coordenado pelo Conselheiro Benedito, do Tribunal de Contas, e, por mim e temos feito um esforço, em uma ponta para fortalecer as Fazendas Municipais no sentido de que elas tenham efetividade na sua atuação enquanto arrecadadores de tributos e na outra ponta um esforço de proporcionar que se desenvolva um ambiente favorável a implementação de novos negócios. Quando nós falamos em desenvolvimento econômico sustentável nós estamos trazendo para o debate, para a mesa a questão da desburocratização, a

questão do empreendedorismo, a questão ambiental, a questão do desenvolvimento da legislação para que esse movimento ocorra. Num primeiro momento nós atuamos realmente de forma muito forte na legislação tributária, na atualização da legislação tributária, na modernização dos instrumentos de fiscalização para os municípios para que eles tivessem condições de melhorar sua performance, em menos de um ano e meio nós tivemos um resultado extremamente positivo nessa ponta da atuação do PROFAZ, conseguimos implementar em torno de R\$ 40 milhões de reais a arrecadação de um grupo de municípios, outros precisam melhorar ainda, mas, vamos atuar nesse sentido. Mas, precisamos agora avançar para outra ponta, que é a ponta do desenvolvimento sustentável, temos tido nessa ponta parceiros de primeira hora que têm sido essencial nessa cruzada como é o SEBRAE, como é o caso da JUCER, estamos desenvolvendo conversas com outros parceiros, já conversamos com o Conselho de Contabilidade, conversamos também com o CREA, que é um parceiro essencial para a questão da regularização fundiária que é outro tema também que o senhor, inclusive, tocou agora um pouco mais cedo no assunto e que é de fundamental relevância para que a gente consiga avançar nesse desenvolvimento econômico sustentável proporcionando esse ambiente favorável para abertura de novos negócios e o desenvolvimento como um todo. Não quero me alongar na fala, mas, esse fórum que o colega Antônio Carlos falou de juntar esses vários parceiros que hoje atuam de forma quase que isolada, cada um no seu feudo, cada um com sua expertise, ele existe hoje e é o PROFAZ. O PROFAZ se propõe justamente a colocar esses vários parceiros que atuam, esses vários atores que hoje atuam de forma isolada em um movimento de coordenação para que tenhamos melhores resultados tanto no aspecto da economicidade quanto da eficiência e efetividade das atuações. Este é o grande desafio. É, digamos assim, um movimento novo ainda, é um processo de aprendizado que precisamos desenvolver ainda, mas, já começamos esse movimento, precisamos construir essas pontes, essas parcerias. A Assembleia Legislativa hoje é parceira do PROFAZ, ela consta dentro do Conselho Diretor do PROFAZ junto com o SEBRAE, junto com o Poder Executivo, junto com o Tribunal de Contas e junto com a Universidade Federal do Estado de Rondônia. Além disso, há outros parceiros, FIERO, Fecomércio, Associações Comerciais, FACER, Embrapa, Idaron, a própria SEFIN, a SEFIN hoje tem dois colaboradores dentro do PROFAZ, o Nicandro e o Francisco Pinto que era Analista de Tributos da Receita Federal do Brasil e que hoje está junto tanto representando a Receita Federal do Brasil quanto a SEFIN dentro do PROFAZ. O grande desafio é integrar esses três níveis de Fazenda, Fazenda Federal, Estadual e Municipal. Hoje isso em nível estadual e municipal está muito próximo de acontecer, já há uma pré-disposição nesse sentido, e tudo isso para que possamos realmente criar um ambiente favorável para o empreendedor, para o micro e pequeno empreendedor. Dito isso me disponho a estar sempre dentro deste diálogo, dentro deste debate. Essa é a palavra que o Conselheiro Benedito pediu para que eu trouxesse a esta Casa de Leis, estamos sempre irmanados nesse caminhar, nesse projeto de trazer o desenvolvimento econômico sustentável para o nosso Estado de Rondônia. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui nesta Casa hoje.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns pela fala. Eu agradeço aqui a presença de todos, como a gente leu inicialmente aqui no nosso discurso, nós já estamos com um Projeto de Resolução em andamento aqui na Casa para nós criarmos essa Frente Parlamentar para ampliar ainda mais esse debate. É um debate muito amplo que não vai se resumir em uma Audiência Pública, pelo contrário, a gente vai além, buscando mais parceiros e pessoas interessadas nessa discussão e na melhoria desse processo que foi colocado, inclusive, muito bem pelos senhores, da tramitação das empresas do Estado de Rondônia, do crescimento dessas empresas, de que forma nós vamos melhorar isso e principalmente com a questão tributária, que é o que mais o empresário reclama. E, a gente sabe que se o retorno fosse eficaz, ninguém estaria reclamando. É por que o camarada paga lá o tributo, mas, ele tem que, como acontece no interior do Estado, tem que ajudar o Estado a colocar combustível no trator do DER para poder arrumar a estrada para ele e ele está pagando tributo para ele ter este serviço. Então, é um debate muito amplo, uma discussão que a gente tem que colocar. Tem a questão do Sistema S também, que a gente tem uma preocupação muito grande e que a gente também vai ampliar este debate. Esse processo está em andamento e daqui mais alguns dias a gente já vai ter a composição desta Frente para a gente começar os trabalhos. Obrigado pela presença de todos, todos que se fizeram presentes, o Marcelo Thomé que teve que sair devido à viagem a Brasília, o Presidente da FIERO, o Superintendente da FIERO também, o Gilberto Baptista; o Daniel Pereira nosso ex-governador, Superintendente do SEBRAE que com certeza está contribuindo muito para o crescimento ainda mais do nosso Estado com o suporte e o trabalho que o SEBRAE já faz ao longo dos anos; o senhor Vladimir, Presidente da Junta Comercial do Estado, a JUCER que tem sido aí, se destacado no cenário nacional nessa questão, está sendo exemplo para os grandes Estados, Estados considerados ricos e com certeza essa ideia tem que se ampliar e tem que melhorar não só para Rondônia, mas, para o País, o País crescendo, os Estados crescem juntos e os municípios vão acompanhando. O senhor Coordenador das Microempresas do Estado de Rondônia, senhor Clébio; Maria Regina, Vanderlei, Joana, todos os que participaram destas discussões, desse debate.

Não havendo mais nenhuma discussão, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado pela presença de todos e uma boa semana.

(Encerra-se esta Audiência às 12h13min)

**ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR
SOBRE OS IMPACTOS DA ENCHENTE DO RIO MADEIRA
NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS, URBANAS E RURAL
DE PORTO VELHO.**

(Em 25 de março de 2019)

Presidência do Sr.
Marcelo Cruz - Deputado

(Às 9 horas e 23 minutos é aberta a A.P.)

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Bom dia a todos. Invoco a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense,

declaro aberta esta Audiência Pública para tratar sobre os impactos da cheia do rio Madeira nas comunidades ribeirinhas, urbanas e rural de Porto Velho.

Quero agradecer, primeiramente a presença de todos, todos os nossos amigos que pelo convite se fazem presentes. Antes de dar início, quero convidar aqui para a Mesa, a senhora Liana Silva, Secretária Adjunta da SEAS; convidar o senhor Major Bombeiro Tadeu Sanches Pinheiro, nosso professor, entende muito. Convidar o senhor Marcelo Santos, Coordenador da Defesa Civil, desde 2013, 2014 vem atuando bravamente, ajudando nossos irmãos, nossos amigos. Convidar o Excelentíssimo Senhor José Arimateia, Vice-Presidente da Emater.

Meus amigos, quero agradecer a presença de todos vocês. Nós sabemos da problemática que está acontecendo no nosso município, na questão das cheias. E muitas pessoas me perguntaram: “Marcelo, por que você está comprando essa briga? Por que você foi lá ao Baixo Madeira, viu a situação dos nossos irmãos, dos nossos amigos”. Mas poucas pessoas sabem que na minha família, a gente teve essa problemática. A minha avó, com 80 anos de idade, morreu no ano de 2017, e ela foi atingida por aquela barragem, a cheia ali de Santo Antônio e ela passou praticamente a vida dela quase toda, atrás de solução. Não estou aqui acusando a usina desses acontecimentos que estão ocorrendo, das enchentes. Inclusive, eu estive na Defesa Civil, e o Major Tadeu me deu uma aula. Falou das dificuldades e das soluções; falou dos problemas, o que a usina trazia de problemas e o que as pessoas falavam de dificuldades que estavam tendo, que não existia aquilo que estava falando. E ele me deu uma aula técnica e eu absorvi pouca coisa, mas, me convenceu. E, diante disso, das dificuldades que eu tive dentro da minha casa, a minha avó morreu querendo ser indenizada. Eu via as dificuldades que ela teve na época, da enchente, as histórias que ela contava, e com isso eu me sensibilizei e eu disse: por que não comprar essa luta, comprar essa briga? Tantas pessoas com dificuldades e o Poder Público sem poder chegar realmente aonde ele precisa chegar.

Eu quero agradecer a presença de todos aqui, da Emater, da Defesa Civil, tanto do município quanto do Estado, da SEAS. Eu tenho certeza que depois desta reunião, depois desta Audiência, a gente vai trazer soluções. Esta Audiência é para a gente discutir, ouvir as problemáticas e saber realmente as dificuldades que estão acontecendo, que muitas das vezes, a gente apenas vê por foto, por vídeo, mas, a gente não sabe da realidade. Eu tenho certeza que têm pessoas aqui que sabem da problemática e da realidade, e a gente está aqui para ouvir e achar soluções.

E o que eu peço aqui é para nós nos atermos a esta Audiência, que é a questão da cheia. Não a gente se ater a outras problemáticas que no futuro a gente vai trazer para que realmente a solução a gente vai ter que trazer. E eu gostaria agora, neste momento, que cada um se apresentasse, depois a gente vai dar a palavra para que possamos realmente discutir ainda mais. Só mesmo para a apresentação e depois que a gente ouvir realmente os problemas, as dificuldades, eu vou dar a palavra para cada um dos senhores que estão aqui compondo a Mesa, está certo?

Começar aqui pela Excelentíssima Senhora Liana Silva, Secretária Adjunta. Sua apresentação.

A SRA. LIANA SILVA – Bom dia a todos. Cumprimento aqui a Mesa, na pessoa do Deputado Marcelo Cruz. Agradeço esta oportunidade de estarmos juntos, pensando numa melhoria para quem realmente está necessitando, que são os nossos ribeirinhos, as pessoas que estão aí sofrendo com esse problema de inundação. Eu sou a Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Assistência Social, Liana, e, eu estou aqui para a gente, juntos, buscarmos minimizar o sofrimento das pessoas que estão sofrendo essa problemática.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado, Secretária. Quero aqui cumprimentar o senhor Osvino, Consultor da Presidência da Fecomércio. Seja bem-vindo. Obrigado. Quero aqui também cumprimentar a presença dos moradores do Baixo Madeira, sejam bem-vindos. Cumprimentar aqui também os moradores do bairro Itacã. Agradecer as presenças aqui dos moradores do bairro Milagres também. Muito obrigado pelas presenças de vocês. Agradecer aos moradores do bairro Triângulo; agradecer a presença da senhora Fabiane Passarini, Coordenadora Geral da SEAS. Muito obrigado.

Agora o nosso Major Tadeu, com a palavra.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO - Sou Major Sanchez do Corpo de Bombeiros. Nós somos o Coordenador Estadual da Defesa Civil e atuamos aí em parcerias tanto com a SEAS quanto à Prefeitura em resposta aos desastres de forma geral.

A Defesa Civil do Estado é sempre o segundo, a gente costuma dizer que nós somos sempre o segundo degrau na resposta de qualquer desastre. O primeiro degrau é e sempre ser do município e segundo degrau com o apoio, o aporte e a melhora de recursos do Estado, através da Defesa Civil do Estado, que utiliza toda a estrutura Estadual, Secretaria de Assistência Social, o DER e demais Secretarias para apoio a desastres de qualquer natureza como este que nós estamos passando.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Quero agradecer também a presença da imprensa, muito obrigado, que é o que vai dar notoriedade a nossa Audiência. O Senhor Marcelo Santos, coordenador da Defesa Civil.

O SR. MARCELO SANTOS – Bom dia a todos. Em primeiro lugar agradecer a Deus por estarmos aqui reunidos; ao Deputado Marcelo Cruz, por proporcionar esta Audiência Pública em relação aos impactos da cheia 2019. Onde nós estamos aqui com os principais órgãos envolvidos nesta ação de resposta. E dizer que a Defesa Civil, a prerrogativa da Defesa Civil Municipal é dentro do território de Porto Velho, Alto, Médio, Baixo Madeira e área Ribeirinha Urbana. Enquanto bem explicado pelo Major Sanches, a prerrogativa é trabalhar o Estado todo, além de Porto Velho. É uma missão, mas, digamos assim, árdua. E nós temos muitos problemas, hoje, com a cheia de 2019, que ela está sendo atípica em relação ao ano passado. E, aí nós trataremos de assuntos aqui para a melhoria e as ações de mitigação e também para minimizar esses impactos, porque a cheia não tem como a gente evitar. Mas, tem como a gente

minimizar o sofrimento da população ribeirinha e daqueles atingidos diretamente.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Marcelo. Se apresentar o senhor Excelentíssimo José de Arimatéia, Vice-Presidente da Emater.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA – Agradecer a Deus por estar presente aqui nessa Audiência Pública, em especial ao Deputado Marcelo Cruz, parabenizá-lo, Deputado, por essa iniciativa. E, dizer que é Emater/Rondônia está presente, está junto com essa ação, colocando aqui em nome do nosso Presidente Luciano Brandão, não pode participar porque está em outro evento, mas, a gente está aqui colocando toda estrutura organizacional da Emater/Rondônia à disposição de todo o aparato que trabalha a questão das enchentes. Dizer que em nome da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado de Rondônia, estamos presentes e devido a nossa capilaridade de estar presente em nove novos escritórios locais da Emater só em Porto Velho, a gente coloca aqui, Deputado, à disposição da Assembleia Legislativa e de toda população. E, quero parabenizar de verdade a sua iniciativa. Obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Muito obrigado, agradecido. Vamos dar início aqui a rodada de falas, de perguntas. Vamos iniciar. A Nágila é de São Carlos, é uma guerreira que sempre batalhou, desde 2014, a gente tem acompanhado aí a luta dela incansável por aquela comunidade, as pessoas ali do Baixo Madeira. Com a palavra.

A SRA. NÁGILA MARIA PAULA – Bom dia a todos. O Deputado Marcelo já me apresentou. Meu nome é Nágila, sou do Distrito de São Carlos. Primeiro, quero agradecer em nome do Deputado, essa iniciativa de realizar essa Audiência Pública para que possam trazer alguma resposta. Porque o ano passado, desde 2014 até o ano passado nós tivemos várias audiências públicas com os Deputados e não tivemos respaldo em nada. E estou confiante, Deputado Marcelo, que através do seu trabalho, da sua boa vontade possamos esse ano ter uma resposta boa e possamos ter um trabalho melhor para os ribeirinhos, para os agricultores que perderam toda a sua agricultura e a maioria está desacreditada, foi difícil convidar e vir, vieram poucos, mas, os poucos que vieram, tenho certeza que vai representar muito bem aqui o nosso Distrito e o Baixo Madeira. Bem, eu não tenho mais palavras não, porque até eu também estou um pouco revoltada com tudo isso, mas, obrigada por sua iniciativa.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Nágila, você poderia, você que mora lá, gostaria que você discorresse das problemáticas e as dificuldades que vocês mais sentem e o poder público que poderia ajudar muito mais, que ajudaram em 2014, que agora não tem a ajuda que teve naquele ano.

A SRA. NÁGILA MARIA PAULA – As problemáticas quando o rio enche, que a maioria disse que é a natureza e nós sabemos, com certeza, que não é, a natureza ela ajuda, mas, as maiores culpadas são as Usinas, a maior problemática lá é a falta de recursos, principalmente, para os agricultores que

perdem toda a sua plantação, o seu meio de vida e o sonho de um ribeirão é ter sua moradia digna, voltar a ter sua vida resgatada porque a gente desde 2014 perdemos nossa vida, a gente vive lá porque não tem outro meio de vida, não nos deram outro meio, outra perspectiva de vida. Então a gente continua onde nós estamos porque achamos melhor voltar para o nosso local de origem porque lá a gente tem mais possibilidade de sobrevivência. O que revoltou muito alguns ribeirinhos foi não ter conseguido apartamento ou casa aqui, muitos foram cortados porque eram ribeirinhos, e, o Governo do Estado, e, a Prefeitura achou que não era de direito a gente ter moradia aqui, alguns conseguiram porque nós temos, Marcelo, uma comissão, Comissão dos Atingidos pela Cheia do Rio Madeira, que eu e o Cabo Moura fazemos parte, até hoje ela ainda existe pelo Governo do Estado, não foi ainda baixado o Decreto de exonerar a gente, fazemos um trabalho voluntário desde 2014, nunca paramos não é Moura? Estamos aí enfrentando com algumas Lideranças que também nunca pararam e estão aí com a gente e a nossa dificuldade lá é o meio de vida, é a nossa perspectiva de vida que não temos mais como a gente tinha antigamente.

Então, o que nós queremos: que as Usinas acordem e dê para nós os nossos direitos que nós perdemos, nós perdemos praticamente tudo e tivemos que comprar tudo de novo, trabalhar para comprar tudo de novo para construir tudo de novo. Então, que eles se sensibilizem e indenize a gente, pelo menos que dê os danos morais, que é o que nós sentimos que perdemos. Muitos agricultores, muitas famílias estão sofrendo por causa disso, a falta de respeito que eles estão tendo conosco.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado Nágila, muito obrigado pelas palavras.

Vamos agora ouvir o Senhor Paulo de Souza, representando o Baixo Madeira.

O SR. PAULO DE SOUZA LIMA – Bom dia a todos! Sou Paulo de Souza Lima, você já falou aí, represento a localidade Distrito de São Carlos, Ilha do Monte Belo com 22 famílias, que ela falou a respeito da enchente de 2014, nós perdemos tudo o que tinha também, nós podemos comprovar que nós perdemos o que tinha, nós temos fotos ainda, temos gravações ainda de lá que nem ela acabou de falar, uns falam que não é sobre as Usinas, mas, eu nasci e criei no Baixo Madeira, nasci lá no Cuniã, na localidade por nome Cuniã que tem aqui embaixo, eu tenho 62 anos de idade nunca vi uma cheia pré-histórica que nem esse jeito aí de 2014 quando bem alagava passava 10 dias a água já descia, ninguém perdia nada que tinha, mas, quatro meses em cima de uma terra uma enchente que acabou com tudo o que tinha até a própria mata da beira rio acabou. Ainda tem alguém que tem coragem de dizer que não é por causa da barragem, a enchente aí. Não! Por de causa que todo ano nós tivemos aqui inverno e verão, todo mundo aqui conhece, como você acabou de falar da sua avó, que eu estava ouvindo, eu sou filho de ribeirão também. Então, é o que a dona Nágila acabou de falar aí, nós estamos esperando uma solução do que nós perdemos, nós trabalhamos tanto, como nós podemos comprovar que até hoje ainda tem bem nosso enterrado debaixo da terra e ninguém tomou uma providência por nada.

São muitas promessas, espere aqui, espere acolá, vamos voltar lá atrás como foi falado da nova São Carlos que ia ser assentada em outros lugares, botaram uma pedra em cima disso aí e isso aí se acabou e o povo está lá em São Carlos do mesmo jeito sofrendo a mesma calamidade e nós no Baixo Madeira do mesmo jeito. Eu acho muita oportunidade você ter tomado uma atitude dessas e ter nos representado aqui nesta reunião viu, porque nós não podemos falar, não tem como chegar, então, através de um Parlamentar que nem o senhor nós podemos falar o que sentimos. Somos 22 famílias nessa localidade e estamos esperando por uma resposta do que pode acontecer com nós, perdemos tudo o que tínhamos; bens materiais, as plantações, tudo, tudo, tudo, tudo e estamos sem nada até agora esperando por uma solução, ou do Governo ou de algumas pessoas, ou da Santo Antônio Energia que possa tomar uma providência nessa responsabilidade, nós queremos os nossos direitos e um lugar para nós trabalharmos para sobrevivermos, porque um cidadão que nem eu que não tive estudo, que não tivemos lugar para se formar nós vivemos da agricultura, se não tiver um lugar para a gente trabalhar, a gente vai passar necessidade no Estado de Rondônia.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Muito obrigado senhor Paulo.

Eu fiz um Ofício, a gente pedindo da SEDAM, do IBAMA, SEMAS que é da Prefeitura; a gente pedindo informações em relação aos Licenciamentos, a partir daí a gente vai começar a tomar realmente providência a gente não vai cavar, mas a gente precisa saber realmente o que foi prometido por essas usinas, o que o Estado prometeu, então, eu preciso entender, eu estou chegando aqui, é o nosso primeiro mandato, mas, eu preciso entender. Eu estava falando até para uns amigos, o Alan estava até sábado, eu disse: “olha, tem muita coisa que eu realmente não sei por que eu estou chegando agora, mas, para você aprender, você tem que buscar informações. E é esse o nosso primeiro passo é isso aqui, a gente quer saber as dificuldades que vocês estão sentindo, a gente trouxe aqui a Defesa Civil, a SEAS para saber, a problemática, muita gente está reclamando dizendo que não está chegando água potável, que os poços estão todos inundados. Então, é mais isso que a gente quer procurar hoje sanar e resolver e levar a solução, para depois, posterior a gente começar ir atrás das problemáticas, o que que a usina trouxe para cá de malefício, de problemas aqui para a nossa região de Porto Velho. Mas, me sensibilizei com vocês, eu tenho certeza que vocês terão uma voz aqui no parlamento, um amigo. E não é questão de eleição, voto, porque eleição é só daqui há 04 anos; realmente, a gente quer trabalhar pelo povo. Muita gente fala assim: “Marcelo, eleição, é só com os 02 últimos anos que a gente tem que começar a trabalhar”. Mas, o povo me elegeu para que eu pudesse trabalhar desde o primeiro dia de mandato e é isso que eu vou fazer incansavelmente; pode contar com o Deputado Marcelo Cruz.

O Senhor Alessandro Borges, representando a área do setor de Cujubim Grande.

O SR. ALESSANDRO BORGES – Primeiramente bom dia a todos, as autoridades aqui presentes. Eu sou Alessandro Borges, morador da área rural; aqui no Distrito de Cujubim Grande, imagino, que talvez a maioria conheça. Uma área, Deputado,

diretamente atingida, infelizmente pela cheia, eu conheço muito bem São Carlos, o Professor Joanir que apareceu ali, deve conhecer lá o Senhor Leôncio, o Alcides, o Joanir foi chorando no ônibus que perdeu as coisas o Vlá, compadre Vlá. Então, conheço muito bem a comunidade, ando lá, tenho parentes lá, familiares e faço das suas palavras, do nosso amigo aqui. É impossível, Deputado, eu não estou aqui para achar culpado ou querer apontar alguém ou algum culpado. Mas, é impossível uma água desse porte de um rio tão grande, baixar duas, três vezes ao dia e subir duas, três vezes. No meu limitar do conhecimento, um amigo é nascido e criado no Baixo Madeira, tem uma opinião mais embasada do que a minha, de conhecimento de causa, a minha não; sou de Rolim de Moura, tenho 14 anos que resido aqui no Município de Porto Velho e sou apaixonado por esse Baixo Madeira, tanto que tenho familiares. E aqui, aqui são histórias contadas, histórias de vida, são pessoas que são nascidas e criadas na comunidade, que se vierem para uma cidade igual a Porto Velho, uma cidade de correria, de agito, elas não vão conseguir sair aqui, se manter. Então, são pessoas que têm que ser amparadas. Eu vou falar do meu setor, que é a área rural, onde famílias perderam plantação que seja de abacaxi, seja de banana, que seja de macaxeira, perdidas, não é que perdeu a metade ou um pouco, perdidas, áreas que totalmente alagadas e não tem condições simplesmente de mais nada, simplesmente esperar baixar a água e recomeçar. O agravante disso é o seguinte: devido os dados da própria SEMAGRI, que 95% da produção do Baixo Madeira da área rural, foi perdida. Agora, famílias que tiraram o financiamento para estarem plantando e simplesmente perderam e não tem com o que pagar e a própria Secretaria está vendo meios agora de alongar esse prazo para essas famílias, produtos, Deputado, que iam ser entregues, inclusive, para escolas, para escolas, escolas que, inclusive, outra pauta, estão sem aulas por falta de transporte público, mas, é outro assunto. Então, de antemão, eu quero parabenizar a iniciativa, mas, que não seja apenas uma iniciativa com autoridades aqui presentes, sejamos mais afoitos nesse assunto, e vamos pegar mais firme porque, repito, no meu limitado conhecimento, uma usina desse porte, desse patamar em nível mundial, vamos falar assim, não se preocupar com pequenas comunidades, pequenas comunidades, eu estou falando, não é uma cidade, pequenas comunidades produtoras tradicionais da cultura familiar, que seja ela de qualquer tipo de produção, eu acho um descaso muito grande. As compensações que você falou aí o seguinte, eu também costumo ler muito, recentemente, eu estive lendo agora o Plano de Contingência que a usina soltou, no meu conhecimento os profissionais aqui são muitas coisas que podem ser alteradas para beneficiar, muitos detalhes, muitos pontos que podem ser melhorados. Mas, Deputado, eu quero de antemão, não apenas cobrar, deixar uma ideia também aqui, se eu estiver errado, o senhor pode me corrigir. Não é possível reunir e tentar segurar essas famílias? Tentar montar um plano de prevenção? Sabe por que esse plano de prevenção? Porque sabe qual é o medo das pessoas que moram à margem? É que ano que vem, vai alagar de novo, eles estão se preparando para o ano que vem. Então, não é uma questão, Deputado, que foi um caso isolado, não, eles simplesmente estão se preparando já para o ano que vem. As dificuldades, você imagina um pai de família que planta a sua macaxeira, a sua banana, ele deitar

e acordar a água subindo dentro da sua casa, fora os prejuízos que já foram feitos. Então, Deputado, repito, vamos tentar, eu falo vamos, porque eis o ditado, uma andorinha sozinha não faz verão, a presença de cada um aqui é importantíssima, com as autoridades aqui presentes, repito, de forma amigável. A usina, eu não sei se é por falta de patamar social, mas, a usina, a assessoria é um acesso difícil demais, difícil, difícil. Eu estive recentemente, elaborei um ofício para pedir um sinal sonoro às margens da área urbana, tanto na área todinha de Porto Velho, devido a essas catástrofes que vêm acontecendo de barragens estouradas, é totalmente, repito, é totalmente diferente barragens de mineradora para barragem de água, mas, o sinal sonoro é obrigatório a ter, ele é obrigatório a ter; enfim fugindo um pouco do assunto aqui. Mas, eu me refiro o difícil acesso, o difícil respaldo que a gente tem da usina, se era para ter uma assessoria muito mais fácil, um acesso muito mais fácil. Vou me encurtar aqui, Deputado, para não alongar muito a fala; terminando o meu raciocínio, de forma amigável, vamos tentar com a usina um bom diálogo assegurar essas famílias, porque nunca, eu acho, eu vou dizer nunca, mas, dificilmente, alguém vai conseguir provar na justiça que a culpa é da barragem, porque se não conseguiu provar até agora, desde 2014, não vai conseguir, talvez agora com o Deputado seja uma exceção, não é Deputado? E eu torço muito para que isso aconteça. Então, que não seja de forma amigável, seja perante a justiça. Entramos com ação, eu falo entramos pessoal, porque eu também sou morador, então, eu me coloco no lugar. Então, tentamos ter esse diálogo, o Deputado já está se embasando melhor, quais fora as recompensas não, compensações, compensações. Eu sei de compensação de carros aí que nunca sequer eu vi rodando da usina, nunca sequer, eu vi rodando; tem agroindústria parada de compensação, que eu nunca vi funcionando por ter falta de matéria-prima, sabe onde está a matéria-prima? Sendo alagada aí no Baixo Madeira. Então, pessoal, desculpa aí um pouco da revolta, até certo ponto, eu estou cobrando, mas, eu estou querendo dar uma ideia se possivelmente pode ser um caminho Deputado. Entrar nesse diálogo, uma forma de assegurar essas famílias perante a nossa Constituição, perante a Lei de maneira legal, mas, que esse caminho seja feito, porque Deus abençoe que não, mas, eu tenho quase certeza, convicção que o ano que vem infelizmente essa água sobe de novo e têm mais famílias sendo prejudicada e estradas, pessoas isoladas, pessoas sem água mineral. Então, a Defesa, quero exaltar aqui o trabalho da Defesa Civil, com um patamar limitado de pessoas, mas, bravamente trabalhando, e muitas pessoas, o Marcelo está aí, passando sede porque as comunidades devido à água lá subir, acho que nem para lavar roupa a pessoa vai querer mexer na água com medo de se contaminar. Então, a água é de suma importância, eu acho, posso estar enganado, mas, a Defesa Civil, não tem culpa nenhuma por essa demora. E desculpa a minha expressão aqui, não estou aqui fazendo partido de ninguém, mas, um Prefeito fazendo videozinho para fazer chamamento de carnaval, isso não existe, isso não existe. Parabéns pelo senhor ter ido lá pessoalmente lá colocado o pé na água, não pegar um avião e sobrevoar, está bom Deputado? Então, encurtando a minha fala, me desculpa falo bastante, não é? Obrigado pela oportunidade, eu espero que esse assunto não fique só

aqui, que a gente dê continuidade nele, eu espero muito poder ter acesso aqui como o senhor está abrindo acesso para a gente discutir e achar maneiras concretas e sérias para a gente estar solucionando esse problema dessas enchentes, e, repito, vamos achar um meio de pelo menos assegurar porque a usina não vai dá terra de novo para ninguém, porque a gente chega lá neles e eles falam que não tem como mais porque não é culpa deles. Então, perante a lei de forma amigável vamos achar soluções, acho que todos aqui, eu também não tenho conhecimento de estudo, mas, não tem como uma água ficar 3 meses, 2 meses, 4 meses, nunca ter acontecido de 2014 para cá, não ser culpa diretamente de uma barragem desse tamanho, está bom? Obrigado a todos.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado Alessandro, boa fala, você enalteceu a Defesa Civil, e enquanto estou me lembrando aqui quero chamar a atenção, inclusive, a Defesa Civil em 2014, Marcelo, era uma Secretaria, não é isso? E hoje é uma Coordenadoria, então, inclusive, vou ter uma reunião com o prefeito e vou pedir para o prefeito para que volte a ser Secretaria para ser ordenadora de despesa, porque tantas problemáticas que a gente tem, tantas dificuldades, a gente precisa realmente que a Defesa Civil do Município de Porto Velho seja uma Secretaria.

Quero aqui cumprimentar o Exm^o Deputado Léo Moraes, obrigado pela presença. Também quero aqui cumprimentar o representante do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, Senhor Geovane Souza, bem-vindo meu nobre, minha avó fez parte por mais de 20 anos desse movimento e a gente sabe o que aconteceu na Usina de Samuel, mais de 650 famílias não foram indenizadas e a gente vê a mesma novela, a gente só vê as problemáticas diferentes, mas, a gente vê que a história praticamente é a mesma, e é o que está acontecendo com os nossos ribeirinhos. Alessandro, muito obrigado pelas palavras, eu tenho certeza que num futuro próximo a gente vai ter mais...

Aqui o Cabo Moura. Olha vamos se ater aos três minutos no máximo porque tem bastante gente para falar, está bom? Eu vou contabilizar aqui no cronômetro, com a palavra.

O SR. CABO MOURA – Bom dia a todos, é uma satisfação nós estarmos aqui mais uma vez, parabenizar o senhor Deputado por essa iniciativa, iniciativa brilhante porque realmente os nossos ribeirinhos estão sofrendo e precisando de nós, nós voluntários, não é, nós voluntários.

Deputado, você perguntou da amiga Nágila que também fez parte com a gente de uma comissão constituída pelo Governo do Estado para trabalhar com os ribeirinhos nas suas respectivas comunidades, ela frisou bem em relação ao descaso das autoridades. O descaso, porque nós tivemos terras, compras com dinheiro público e esse povo não foi relocado, terras públicas pagas, superfaturadas, e, esse pessoal não foi para essas terras, este pessoal voltou e está aí o problema de novo e daqui a pouco vai ter um monte de gente batendo na porta do governo querendo de novo uma ajuda de custo para sobreviver com seus filhos. Porque eu não sei de onde que foi a incompetência, o Ministério da Integração mapeou essas áreas e mostrou que essas famílias não poderiam mais ficar lá, tinha que tirar essas famílias e enrolaram, enrolaram, enrolaram e

está aí o pessoal votando e o povo sofrendo. Deputado, o companheiro aqui falou muito bem e porque não colocar uma sirene aí? Quem garante? Ah! É placa tectônica que vai bater, é não sei o quê, não pode essas usinas pipocar aí? Deixa ela pipocar lá em cima lá, pipoca aqui a outra para ver, Deus me perdoe a expressão, mas, é bom porque vai primeiro os bacanas, os bacanas que moram no centro vai tudo, porque quem é que disse que não vem um terremoto e essas usinas aí? Mas, pela ganância das autoridades deixaram fazer dois grandes empreendimentos e a cidade aqui embaixo, veja o que aconteceu com Brumadinho. Deputado, eu gostaria muito que o senhor realmente não ficasse mais numa audiência pública, nós já participamos muito, já participamos muito; leva a nossa mensagem aí, Deputado Léo Moraes, para Brasília para que realmente essa coisa flua, meu irmão. Ministério da Integração, é vergonhosa a situação, agora todo ano os nossos ribeirinhos, nós sofrendo lá, os caras perderam tudo, perderam mandioca, perderam banana, estão sofrendo, e engraçado é que ninguém vê um vereador lá, parabéns pela sua ida lá. Na época da política todo mundo batendo na porta, pegando menino buchudo nos braços, depois some esse pessoal, dá licença, meu irmão. Eu não quero me alongar porque eu também tenho um pouco de revolta, existe muita média, muita hipocrisia, e, o povo tem que aprender a votar, tem que saber verdadeiramente quem é que vai lá e quem representa vocês. Meu muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Muito obrigado pelas palavras, Cabo PM Moura; obrigado pela sua presença, a gente sente sinceridade. Eu tenho certeza que não vai ficar só nesta audiência pública, a gente realmente vai atrás para resolver os problemas e as problemáticas que esse povo tanto sofre. É bom até o Deputado Léo Moraes esteja aqui, porque a gente, como deputado estadual, a gente tem uma dificuldade maior de chegar às usinas, e ontem a noite o Deputado mandou mensagem para mim: “Marcelo, essa luta também é minha, estamos juntos, eu tenho certeza que a gente vai trazer soluções”. Obrigado, Deputado Léo, mais uma vez.

Senhor Alan França com a palavra.

O SR. ALAN FRANÇA - Bom dia a todos. Primeiramente quero agradecer a Deus pela oportunidade, agradecer a Vossa Excelência Deputado Marcelo, pela ação e cumprimentar toda a Mesa em seu nome, juntamente com o meu amigo Deputado Léo Moraes que está aqui presente.

Deputado Marcelo, eu venho falar aqui da região ali do Abunã de onde eu tenho propriedade, uma propriedade familiar junto com meu pai, e ali nós temos uma região forte na agricultura familiar com os ribeirinhos que fazem o plantio de abacaxi, e macaxeira, e nós somos a parte da pecuária.

Eu venho aqui alertar Deputado Marcelo que a gente sabe sobre a questão dos atingidos, fala sobre a questão da cheia, mas, a própria Usina em si acaba se colocando, se esquivando que a responsabilidade não atribui a ela. E eu venho de uma forma contestar, até mesmo porque desde a minha infância eu conheço a região, viajo todo final de semana praticamente para ir à propriedade e nós vimos aqui algumas alterações na questão ambiental. E eu fico até aqui Deputado Marcelo creio que Vossa Excelência convidou o Secretário da

Meio Ambiente, da SEDAM. Por que a gente faz uma discussão acaba sendo unilateral, só a comunidade e o Gestor que é de fiscalização, que é a SEDAM, que eu acho que poderia estar aqui presente também um representante para discutir isso com pauta, e não está presente. Fica uma discussão de unilateral. Quero aqui também alertar sobre o Arimatéia que é da EMATER, um amigo, da importância. Duas questões: o Abunã, o Distrito do Abunã, todos sabem quem conhece, Deputado Léo está aqui presente e o Deputado Marcelo também as autoridades presentes. Sabem que a região, ela foi afetada e indiretamente as usinas, principalmente a energia sustentável que é Jirau, que tem uma discussão mais agravante, não se consegue o contato com ele. Quem sabe aquele Movimento de Atingidos por Barragens ali, sabe. E o que acontece hoje na região? Nós temos um solo encharcado, a comunidade qualquer chuva ou qualquer alagação que dá acima nas Cordilheiras dos Andes, a comunidade acaba sendo afetada e toda a área da Agricultura que eu falo com conhecimento, também foi atingido e eles não querem reconhecer de uma forma à atual situação. Porque eu imagino a dificuldade das usinas porque ela não tem o conhecimento técnico real do que se aconteceu. O estudo, em maio de 2015 eu fiz um ofício para a Energia Sustentável em fevereiro e eles não me responderam. E novamente eu fui lá e reiterei o pedido e pedindo Parecer técnico e eles foram até a minha região, que hoje na comunidade da Vila da Penha onde eu tenho propriedade. E essa propriedade hoje, ela se encontra alagada, não só a minha como várias outras. Eu tenho aqui imagens, tenho fotos, e eles foram fazer a vistoria e simplesmente eles me responderam na minha vistoria, logo após que eu reiterei pedido, falou assim: "olha, está 15 km da cota, não está a parte de atingido". E pronto, acabou. Certo? Fizeram a vistoria no Ramal São Sebastião e Ramal da Penha. O que acontece hoje no Ramal da Penha? São 17 km que liga entre Abunã e Vila da Penha, que é a antiga BR, a antiga trilha do trem. E ali no Governo de 2010, no ano de 2010, o DER antes da questão das usinas; o DER fazia as estradas e recuperava ali com o programa, e desde aquele Governo nunca mais o DER entrou naquela estrada porque não tem condições de fazer o cascalhamento da estrada. Por qual motivo? Por causa do encharcamento e das alagações que atingiu a estrada. E antes disso sempre teve estrada, após a usina não tem mais a estrada. E, aí, o que acontece? A gente tenta chegar com a comunidade e questionar, isso já lá na ponta, mais acima, acima do Abunã, certo? E hoje está alagado. E hoje nós temos lá, eu queria uma oportunidade aqui, Deputado Marcelo, convidar aqui para a gente fazer uma visita na comunidade, ir lá ao Abunã, ir lá ao Ramal São Sebastião aonde eles já pegaram, fizeram um levantamento, acabaram reconhecendo que teria que ser indenizado isso já vai fazer 06 anos, eles nunca mais voltaram lá e ficam enrolando, protelando, levando para a justiça para fazer indenização, visivelmente. Nós tínhamos uma imagem, nós tínhamos acesso ao transporte, trafegávamos, e hoje não temos mais isso.

Então essas dificuldades que nós temos que colocar porque as pessoas não só do Baixo Madeira, também do Alto Madeira também estão sendo atingidos. Eu falo, por exemplo, para você sair hoje do Abunã para ir para Vila da Penha, um estudante para estudar hoje, ele tem que percorrer 55 km. E se a estrada tivesse ali permanente, trafegável ele rodava 17

km, ele tinha acesso. Então várias questões têm que ser discutidas. Então eu venho aqui salientar, colocar isso como olho do ser humano mesmo, porque nós vimos, nós sabemos que as usinas tinham que fazer supressão das matas ao redor do Rio Madeira. E o que acontece? É uma questão lógica. A gente sobe o Rio Madeira descendo aqui na BR indo para a 364, se você olhar a margem direita, nós temos várias árvores que estão na margem do rio Madeira que foram alagadas, com dois metros, três metros de altura e essas matas foram mortas. Qual o motivo? É simples, se tivesse um representante da SEDAM aqui, vai vê que o projeto está errado, o IBAMA tem que reconhecer também, Deputado Léo, reconhecer o quê? Se a margem eles foram lá com a PC fizeram todo o extravio, a retirada das águas, supressão das águas significa que o lago iria chegar até aquela cota. O que está acontecendo na margem do rio Madeira, se você for, você vê 2, 3 km ao redor, em cima do lago as árvores mortas por que foram alagados, foram encharcados, morreram as árvores, entendeu? E não tem nenhuma autoridade aqui competente que vai lá fiscalizar. E ainda por cima o ano passado aumentou mais uma quantidade cota das usinas para aumentar o lago, ou vice-versa, será que é para aumentar ou para regularizar essas áreas que foram atingidas dessas matas. Então, assim, é um questionamento que a gente quer colocar, e eu vejo Vossa Excelência, como deputado estadual aqui presente, como fiscalizador, onde o senhor mesmo mencionou e já pediu a cópia da licença da Sedam, dessas cotas. O Deputado Léo também é uma bandeira que ele está colocando, como lá no Congresso Federal, possa questionar o IBAMA, que possa cobrar da Agência Nacional da Água, a ANA, dos atingidos para vir fazer um estudo concreto. Por que o que é que a gente sente? O Estudo é da Santo Antônio, chegou aqui a Santo Antônio, "a cota é essa", e acabou. E a contraprova, de quem é? Eu vim aqui mostrar o mapa, eles vieram mostrar para mim. E aí a minha preocupação, Deputado Léo, vou te colocar aqui. O estudo que eles fizeram em relação da cota de 90 metros, do rio Madeira, eles fizeram com impacto só até lá na ponte que liga a 464, que passa ali na ponte que está sendo construída. O estudo deles é só até ali e é onde está aqui no mapa. E a região do Abunã, eu venho fazer como se fosse, quase como se fosse uma denúncia. A região do Abunã está acima do rio Madeira, mais acima, e onde faz a divisa com a Bolívia. Então, o estudo que eles fizeram foi só até na boca do rio Fortaleza do Abunã, no rio Abunã. E o estudo, o atingido acaba subindo ali mais 30, 40 metros. Se ele atingir o Abunã, ele acaba reconhecendo que atingiu o Abunã, atingiu ambientalmente também o lado boliviano. Será que é isso? Eu me preocupo porque eu estou mais acima e estou sendo atingido, e nada se discute.

Então, essa é uma preocupação, Deputado, Vossa Excelência está aqui, Presidente, juntamente com o próprio Deputado Léo, levar essa informação para fazer um estudo. O estudo tem que ser feito. Então, eu quero aqui salientar e colocar essa preocupação. Por mim, eu não colocaria porque a minha cota foi atingida lá dentro da propriedade, eu mexo com pecuária, mas, eu não imagino dessa forma, porque têm os meus vizinhos, ribeirinhos, os moradores ao redor que sofrem com essa dificuldade e a usina não reconhece e não coloca. Aí falar que, o morador, seu Paulo colocou, '65 anos

que eu conheço o Baixo Madeira; a influência, eu também conheço o Baixo Madeira, a influência com conhecimento de vida, o pouco tempo de vida que eu tenho, que são 35 anos. A gente sabe que foi atingido e foi colocado visivelmente, e o Poder Público não coloca. Ainda dá a liberação de uma licença nova, de aumento de cota. Ou foi para liberar a nova ou para regularizar o que já estava incorreto.

Então, essas são minhas palavras, de uma forma até indignada, mas, eu coloco aqui, colocaria aqui, esta Audiência Pública, eu quero parabenizar Vossa Excelência, Deputado Marcelo, que não seja que nem o senhor Moura colocou, só mais uma Audiência. Eu gostaria aqui, Arimatéia, o senhor como é da EMATER, e de uma forma legal, solicitar aqui, Deputado, que a Emater faça um levantamento do solo. Se há encharcamento do solo na região, pronto! A EMATER vai lá, faz o levantamento, certifica. Porque eu ir lá fazer, eu fazer dentro da minha propriedade, de onde está alagado e tem encharcamento, é uma coisa. Mas o Poder Público ir lá, no Ramal São Sebastião, na Vila da Penha, no Abunã, fazer o levantamento, eu acho que têm estudos antigos comprovar: está aqui, olha, o encharcamento aconteceu e está acontecendo. E não seja só naquela região, seja também no Baixo Madeira. Vou colocar um exemplo, eu era criança, Deputado Marcelo, eu ia para o Fortaleza do Abunã, um balneário que todos conhecem no distrito. Hoje não existe mais. No período de verão, se vocês forem lá, não tem mais.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Conclua, Alan.

O SR. ALAN FRANÇA – Então, assim, eu venho aqui, Deputado Marcelo, agradecer. Salientar isso, colocar aqui, Arimatéia, colocar esse questionamento, para que o Poder Público, da parte da agricultura, da produção, possa questionar o próprio governo, na parte ambiental do Estado juntamente com o Governo Federal. E que isso saia da esfera estadual, em nível federal, como o próprio representante está aqui, o Deputado Léo, que possa discutir. Eu venho discutir uma questão da área da produção, que é da região que eu coloco. Eu imagino, eu fico aqui com as pessoas aqui, meus sentimentos, a gente conhece as dificuldades que passam. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Alan, muito obrigado pelas palavras. Você pode ter certeza que as usinas, meses, eles vão me procurar. Você pode ter certeza disso. A gente está iniciando agora um processo de conhecimento. Estou conhecendo. Não adianta eu vir aqui mentir para vocês dizer que eu conheço as dificuldades, porque eu não conheço. Essa é a nossa primeira Audiência, inclusive a gente está inaugurando o Plenarinho, que a Jane falou que nunca teve uma Audiência Pública, e eu não consegui, porque o Deputado Anderson está em outra Audiência. Então, eu disse: “vamos embora fazer no Plenarinho”. Então, eu tenho certeza, Alan, que brevemente eu darei uma resposta para a sociedade. E as usinas, você pode ter certeza que eles vão estar sentados aqui para nos ouvir. Você pode ter certeza disso. Já pedi o licenciamento deles. Eu quero saber como é que está. E eu tenho o apoio de todos os Deputados estaduais.

O SR. ALAN FRANÇA – Deputado Marcelo, quero até salientar aqui um posicionamento do Presidente Laerte, onde,

juntamente com o Deputado, esteve no Ministério de Minas e Energia, onde pediram levantamento e os Deputados colocaram que a questão da usina atinge tanto na parte ambiental, agricultura, social e também até na parte da energia. Onde o Presidente colocou que se não fizesse uma redução, na justificativa da redução da energia no Estado de Rondônia, ia cassar a licença. Isso não só venha para a questão da redução da energia, isso também possa rever a questão dos atingidos do rio Madeira.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado, Alan. Deputado Léo, Vossa Excelência já quer falar? Deputado Léo com a palavra.

O SR. LÉO MORAES – Desejo um bom dia a todos. Quero parabenizar o Deputado Marcelo Cruz, por requerer e capitanear esse movimento, esta Audiência Pública que é de grande valia. Cumprimentar todas as autoridades que estão aqui, o pessoal da Casa que sempre trabalha com muito afinco, com muita dedicação, eu tenho um grande carinho por todos. Cumprimentar os atingidos, pessoas que eu conheço de outros momentos, que há tempos estão nesta luta. O Noletto que tem propriedade na Aliança, o Moura no Cujubim, no Cujubzinho ao lado do lago. Outros colegas que estão aí, o Paulo também, a Defesa Civil, o Marcelo que faz um trabalho bonito, muitas vezes, com poucas condições, poucos recursos. A todos do Movimento de Ativismo de Barragem, os colegas que estão aqui, eu estou vendo o Bosco, enfim.

Isso daqui se discute a muitos anos Deputado Marcelo, não é simples, não tem um diálogo harmonioso. O Alan foi muito feliz quando comentou que aqui acaba sendo uma reunião unilateral, que não tem uma devida satisfação, muitas vezes, até mesmo dos entes públicos, das autoridades. E também deixou bem claro que, muitas vezes é a raposa que toma conta do galinheiro, muitas vezes, desde que se criou a Secretaria Municipal dos Projetos Especiais e outras secretarias de acompanhamento das ações e de aplicação dos recursos das usinas, sempre foi essa lógica. Fadrício, o Dr. Fadrício que está aqui representando a OAB, grande colega. Ora, se criou uma secretaria para monitorar o investimento, e a gente acabou ficando sem nenhum grande legado, por exemplo, os das usinas. Outra questão é que eles têm; os consórcios; as usinas possuem uma equipe técnica qualificada, um corpo jurídico que, realmente, eles apresentam medidas para protelar, para ganhar tempo em sede judicial. E o que acontece é que as famílias atingidas não recebem nenhum benefício.

Nós estivemos no Senado, na Comissão de Meio Ambiente, com o Senador Jean Paul e tantas outras pessoas, os colegas do MAB estavam presentes. Onde ficou bem claro, inclusive, o relatório do MAB em Rondônia, que sequer o EIA/RIMA é respeitado. Eles alagaram uma área muito maior do que o autorizado no EIA/RIMA. Isso é muito grave. Sempre é a população que tem que provar que está prejudicada. Agora, no EIA/RIMA, que é criminoso, ele continuam a funcionar. Ora, a gente tem comentado, eu passei, inclusive, isso para o Estado, por isso que o Estado tinha que estar aqui, eles tem que ao menos provar que estão dentro do EIA/RIMA, porque senão é crime. Se for crime, tinha que o quê? Que suspender as operações! A gente fez essa propositura ainda aqui, Deputado

Marcelo, para você ter uma ideia, quantas vezes a gente realizou Audiência Pública, desde a época da Câmara Municipal, eles sequer deram as caras. Os caras sequer vieram apareceram aqui para conversar conosco. Aqui nós temos várias testemunhas.

Agora, há três semanas, nós pedimos uma diligência, com geólogos, engenheiros de segurança do trabalho, civis, engenheiros civis para comparecer as usinas, também, para constatar a possibilidade de algum risco de rompimento e também outras atividades correlatas. Foi denegado o nosso pedido. Já encaminhamos, agora, para a comissão de Minas e Energia da Câmara Federal e pedimos reforço do Senado da República, para que nós possamos vir aqui, aí sim com todas essas pessoas para constatar essas dificuldades.

Nós sabemos que existe um fenômeno climático, é uma realidade da bacia Madre de Deus, do Rio Beni. Tudo bem, mas, isso já acontecia em outros momentos. Nós sabemos também, Deputado Marcelo, que esse EIA/RIMA não é cumprido, isso é responsabilidade dos dois consórcios. E tem outro agravante que, existe recurso dentro do Ministério da Integração Nacional, da Integração Nacional que virou Desenvolvimento Regional, que agora congrega da Integração Nacional, cidades, Defesa Civil e por aí vai. Lá, Deputado Marcelo, existe projetos para que você possa recuperar e ter acesso a recursos públicos, não de uma fonte direta, não de um orçamento previsto, mas, direto à Casa Civil, isso é muito bom, porque de acordo com a calamidade de estado de emergência, você apresenta e é liberado pela Casa Civil, eles não costumam negar, nem podem negar, porque isso é uma ato constitucional, previsto que estado de emergência e calamidade pública você tem acesso direto a recursos. A gente viu um monte; vários municípios que apresentaram aqui no Estado de Rondônia. Por exemplo, eu até tenho relatório, Município de Nova Mamoré está em sede já de análise para entregar esses recursos. O Município de Porto Velho apresentou basicamente o pedido, sequer elaborou o projeto e sequer respondeu o questionário do Ministério de Integração Nacional de Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Defesa Civil, Deputado Marcelo, é uma coisa que tem que ser pedida. É recurso que está lá à disposição para áreas afetadas dos municípios e Porto Velho sequer deu o trabalho de conseguir entregar um relatório básico e um projeto. Isto é, você vê que são três níveis de governo que nós precisamos trabalhar em comum acordo. São milhões de reais que poderia atender a população aqui. Ficou reiterado o pedido da nossa visita para dar o encaminhamento e tão logo nós teremos essa autorização que é um absurdo, que a gente tinha que chegar a qualquer tempo lá e entrar, não é isso? E nós vamos também tentar trazer a Comissão do Congresso Nacional e, gostaria que só nesse momento não entrar amiúde nesse tema, mas colocar à disposição para que a gente possa fazer esse trabalho integrado a várias mãos. A gente sabe que tem área de remanso, sabemos que tem o fenômeno da terra caída que nunca aconteceu como acontece nos dias de hoje, nós perdemos terras todo o tempo, desde Calama até Demarcação que entra já no Machado acontece, então você vai descendo por aqui é uma situação trágica mesmo, muito preocupante, muito triste e a gente quer colocar aqui à disposição, agora, a gente vai ter que colocar, ANA sim, ANEEL também, isso em nível federal; IBAMA, SEDAM, município para que a gente possa

trabalhar sem farpas a trocar, sem acusações, mas, tentar cobrar que as Usinas Hidrelétricas cumpram com o seu papel, nós sabemos de centenas de famílias que não foram indenizadas, que não foram reintegradas, que não foram reassentadas, isso é, tem problema de todo o lado, para todo mundo tem um pouco e a gente está querendo aqui mais uma vez contribuir, somar, para que tenhamos um encaminhamento que a gente consiga minimizar pouco dos problemas que as famílias foram assoladas, até porque a sua identidade que é o maior patrimônio que eles têm, eles já perderam a muito tempo. Então, a gente está aqui só para contribuir, eu tenho uma agenda aqui eu vou cumprir, mas, eu não podia deixar de passar aqui, parabenizar o Deputado Marcelo pelo seu empenho, pelo seu comprometimento, por amor a causa por ser de Porto Velho e por saber como isso é prejudicial. Votamos Projetos aqui impertinentes, desnecessários, que trouxe prejuízo a população como aumento da cota dos reservatórios e tantas outras coisas que a gente tem que rever, e, cada qual assume sua parcela de culpa também, porque agora todo mundo fala, até papagaio fala, mas, a gente tem que continuar na luta pelo menos com quem quer e não com quem disse que quer e acaba não resolvendo e acaba prejudicando de forma direta a população da nossa Capital em um suposto benefício as demais regiões do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado Deputado Léo Moraes, obrigado por Vossa Excelência se fazer presente aqui e eu tenho certeza que a gente vai trazer, eu não tenho dúvida que a gente vai trazer soluções, agora igual muita gente fica só na falácia, só falando e eu tenho certeza que com ações e engajamento a gente consegue trazer o resultado, de repente não o resultado que todos querem, mas, é igual ao que o Deputado falou, pelo menos o mínimo, não é Deputado Léo? Porque muita gente fala que está junto, que vai fazer, e nada faz. A gente está iniciando o nosso mandato agora de Deputado Estadual, igual eu falei e vou repetir mais uma vez, eu não tenho o conhecimento a fundo, mas, eu tenho certeza que em poucos dias, em poucos meses eu trarei o conhecimento que eu preciso, está certo? E eu não tenho dúvida que com as ações que eu estou tomando, as Usinas irão nos procurar e vão querer sentar à Mesa para conversar, eu não tenho dúvida disso, está certo?

Vamos agora, tem mais quatro pessoas aqui inscritas, vamos minimizar nossa fala em três minutos para a gente ouvir aqui as nossas autoridades que estão aqui para que a gente possa ouvir o que eles têm para falar para a gente.

Com a palavra o senhor Geovane Souza, representante do Movimento dos Atingidos por Barragem, com a palavra três minutos.

O SR. GEOVANE SOUZA – Bom dia a todos! Eu queria agradecer aqui o espaço e assim, mais uma saudação do que trazer muitas questões, como o Deputado Léo Moraes trouxe aqui os problemas não são poucos e não vai ser numa conversa dessa que a gente vai conseguir encaminhar todos os detalhes que precisam ser encaminhados. Então, enquanto movimento a gente vem buscando de todas as formas incidir para que possa ir resolvendo as questões mais emergenciais, mas, sem esquecer também das questões estruturantes que

necessariamente precisam ser discutidas aqui no Estado de Rondônia e em especial a questão do Madeira. A gente vem levantando essa pauta bem antes da construção das Usinas e até hoje a gente não tem sido ouvido como gostaríamos de ser, porque a população ao longo do tempo e quanto mais o tempo vai se passando, mais difícil vai ficando de serem atendidas essas pautas; a gente percebe que no período da construção da Usina era mais fácil a gente conversar tanto com as Empresas quanto com o Poder Público, à medida que vai se esgotando essa construção, vai ficando mais difícil e a população vai esquecendo e aí a gente só tem uma lembrança quando ocorre um evento como é o caso das cheias ou outros problemas como é o caso que aconteceu em Brumadinho, em Mariana, e aí a população começa a ficar alerta e aí a gente tem grandes riscos e esses riscos precisam ser discutidos, mas, além dos riscos a gente tem vários problemas que também precisam ser discutidos.

A cheia recorrente no Rio Madeira tem as suas causas naturais, mas, tem a sua potencialidade causada por dois barramentos no rio, um dos maiores rios da Amazônia, o maior afluente do rio Amazonas e um rio com a maior carga de sedimento também do rio Amazonas. Então, todos esses fatores eles contribuem para essa cheia, além do aumento do nível de água que a gente tem no território que causa encharcamento e causam vários outros problemas que também potencializa. Então, é nesse sentido que a gente vem tentando trabalhar, tentando discutir com o Poder Público, mas, também com as empresas, estamos abertos ao diálogo sempre porque se não for através deles a gente não vai conseguir fazer nada. Então, é bem nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado Geovane.

Vamos ouvir aqui a senhora Marie, Diretora da Escola Estadual Professor Juraci Lima Tavares, de São Carlos.

A SRA. MARIE VALADARES – Bom dia a todos os presentes. Gostaria de cumprimentar as autoridades, todas as pessoas das comunidades ribeirinhas que se encontram aqui agora. Eu acho muito importante esse tipo de momento, agradeço também essa oportunidade de poder me pronunciar aqui, nós já tivemos muitas Audiências, muitas reuniões, na verdade desde 2014 que nós temos Audiências Públicas, reuniões e que eu tenho observado muito as discussões, participado, tenho acompanhado as posições do MAB, que eu acho que tem sido umas posições bem coerentes, quando o MAB tem colocado que é necessário que se analise toda essa questão das cheias de uma forma mais ampla, infelizmente nós estamos percebendo é que as pessoas esperam, sempre que tiver essa situação de alagamento, as pessoas estão esperando cesta básica e não é isso que nós queremos, que seja doado cesta básica e água, com certeza é de extrema importância, a Defesa Civil aí que tem sido crucificado porque não dá o atendimento geral, está priorizando as famílias que estão alagadas, que é justíssimo, é certo, eu sei que tem sido muito difícil para eles, é um trabalho importante, mas, nós não queremos nos limitar nesse atendimento. Nós precisamos ter uma discussão mais ampla, como é que nós poderemos fazer de forma permanente um atendimento às comunidades ribeirinho, não só na época da cheia, mas, a elaboração de projetos, criações de

cooperativas para que essas pessoas realmente não precisem de cestas básicas, o que nós queremos do Baixo Madeira, é que ninguém precise de cesta básica e nem que precise da ajuda da Defesa Civil para conseguir comprar uma água mineral. O que nós queremos é que se elaborem projetos, que se criem cooperativas que dê condições realmente de desenvolver projetos onde as pessoas lá possam trabalhar e no dia que elas se alagarem, elas terem dinheiro pelo menos para comprar um combustível para botar na sua embarcação para sair e não fique, inclusive, todo mundo dependendo da Defesa Civil, que é claro que existe cobrança que a Defesa Civil não consegue atender todo mundo, realmente é impossível atender todo mundo; eu acho que o que nós temos que fazer no Baixo Madeira, é diminuir os casos de vulnerabilidade das famílias que são muito carentes e que realmente no período das cheias, elas têm dificuldade de acesso, de sair, porque fica mais difícil. Por exemplo, nós sabemos, eu não sei se alguém aqui nessa sala tem alguma dúvida de que depois da construção das usinas, se alguma autoridade aqui tem essa dúvida, que após a construção das usinas realmente a nossa vida mudou lá, porque nós que moramos lá, nós não temos dúvida nenhuma, não precisa ninguém nos dizer, nem nos explicar, quem está lá sabe, nós sabemos perfeitamente, existe os fenômenos naturais, com certeza; mas, não existe para nós nenhuma dúvida, para mim isso também é claríssimo que após a construção das usinas, realmente dificultou muito mais a vida das pessoas que estão lá, eu construí uma casa lá antes da cheia de 2014, inclusive, todos os moradores percebem que agora para eles conseguirem plantar a macaxeira para torrar a farinha a tempo, é o maior sufoco, ninguém está conseguindo mais; porque aonde a água vinha antigamente, onde se plantava, essa área agora está sendo toda alagada e nós não queremos pessoal, cesta básica; nós queremos discutir os royalties que são passados pelas usinas para o Governo Estadual e para o Governo Municipal, nós queremos discutir que desses royalties que é justo, é investido no Estado inteiro, com certeza. Mas, eu perguntaria para as autoridades, os nobres Deputados que estão aqui; quanto por cento desses royalties, que são encaminhados pelas usinas para a Prefeitura e para o Governo do Estado, são destinados as comunidades ribeirinhas para que se desenvolva projeto de desenvolvimento, de agricultura, de tanques de peixes; porque lá tem muita água, pelo menos peixe eu sei que a gente pode criar lá, o pessoal tem projeto aí, tem lugares aí que o pessoal tem criação de pirarucu, que está dando um resultado maravilhoso, Rondônia está autorizada a criar o pirarucu. E aí, eu não gostaria de vir para nenhuma reunião para a gente ficar discutindo assistencialismo e cesta básica, mas, discutir os royalties, discutir os recursos, discutir projetos sérios que realmente venha mudar a vida das comunidades ribeirinhas. Para mim, ou a gente senta com seriedade, não estou dizendo que não é sério; mas, infelizmente a realidade é que nós participamos de muitas, essa não é a primeira Audiência Pública que nós participamos. Eu acredito que já vieram muitos e muitos ofícios do Baixo Madeira, já foram encaminhados ofício de Nazaré, de Cavalcante, de São Carlos, de todas as condições, de tudo que se precisa. Eu não trago nenhuma lista do que precisa, porque eu acho que não é o caso. Nós queremos é garantir a efetiva participação das comunidades, que a gente possa estar realmente presente e

sentado na mesa com as autoridades e sempre, para que a gente realmente garanta que lá nas comunidades ribeirinhas vão destinar recurso. Pessoal, existem os royalties, eu não sei...

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Conclua Professora.

A SRA. MARIE VALADARES – Eu não sei o pessoal das comunidades ribeirinhas que tem aqui, os royalties são destinados as usinas. Agora, eu pergunto: quem foi mais afetado com a construção dessas usinas no Estado de Rondônia? As comunidades ribeirinhas, isso é inegável, que foram as mais afetadas, eu não estou dizendo aqui, que é só a usina, com certeza tem o fenômeno natural. Mas, nós sabemos também, pessoal, que essas usinas foram construídas ali para resolver um problema energético do Sudeste, que benefício essa usina está trazendo para Rondônia? Ele tem os royalties, agora que benefício está tendo, que benefício teve aqui para as comunidades ribeirinhas? As comunidades ribeirinhas na verdade, na prática, elas estão sendo prejudicadas, e nós não queremos paternalismo, nós queremos que seja destinada uma porcentagem dos royalties, que sejam criados projetos e que nós tenhamos a oportunidade de participar dessa criação desse projeto, da elaboração desse projeto, quem está lá morando dia a dia, nós que moramos lá, temos mais condições, porque às vezes, infelizmente as autoridades, o Governo do Estado ou Municipal, eles levam ações para lá, acreditando que são essas ações que são boas. Eu sei que a intenção é boa, mas, vamos desenvolver ações no Baixo Madeira, para que a gente dê emprego, para que a gente crie cooperativas, para que o pessoal independente de cheia, que realmente ele tenham uma condição melhor de vida, que a gente leve as condições de se trabalhar. Eu sou diretora de uma escola, e muito me entristece incentivar tanto os meus alunos para terminarem o Ensino Médio, mostrar para eles o quanto é importante eles estudarem, e vou continuar sempre falando nisso, mas, quando eles terminam o Ensino Médio, eles não têm absolutamente nada para fazer lá. E não é isso que nós queremos, nós queremos nossos jovens trabalhando, as pessoas produzindo, correndo atrás, batalhando para melhorar as condições de vida, mas, que seja feito com dignidade através de projetos e com uma porcentagem dos royalties que são destinados do Município e do Estado para as comunidades ribeirinhas. E queria pedir isso dos nobres Deputados que estão aqui presentes, que nos ajudem a conseguir garantir junto ao Município e ao Governo do Estado, que uma porcentagem dos royalties seja destinada para as comunidades ribeirinhas, que foi quem mais foram atingidas pela construção dessa usina, que esteve aí para atender o Sudeste e não os nossos interesses, muito obrigada e um bom dia.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado professora pelas palavras. Mas, hoje, a gente inclusive, eu recebi no meu facebook várias reclamações de que não está chegando água potável para aqueles moradores que o seu poço inundou. Então, a questão do assistencialismo como a senhora falou, esse momento, a gente precisa muito do Governo do Estado, da SEAS, da Defesa Civil, aí posterior, a gente vai começar a discutir nessas problemáticas que a senhora falou, eu tenho certeza que a gente vai chegar num nível de conversa que a senhora falou agora aqui, está bom, obrigado.

Quero agradecer o Rodrigo, ele teve que dar uma saída, o Rodrigo, ele é Presidente da Associação dos Bombeiros Civis do Estado de Rondônia. E ele deixou, ele ficou à disposição Major e Marcelo, da Defesa Civil, o que precisar da Associação dos Bombeiros Civis, eles estão à disposição de vocês, ele falou, mandou uma mensagem aqui para mim dizendo, que o que vocês precisarem, o momento que precisar e a hora que precisar. Obrigado, fica registrado Rodrigo. Faltam duas pessoas falarem, vamos nos ater a três minutos, que a gente precisa ouvir as nossas autoridades. Léio, Vossa Excelência quer dar mais uma palavra aí?

O SR. LÉIO MORAES - Mais de duzentas assinaturas de parlamentares para criar a Frente Parlamentar Mista em defesa dos Estados/Sede de usinas hidrelétricas, para a gente discutir as imunidades tributárias que são concedidas a combustíveis e, por exemplo, a energia elétrica, que sequer o imposto do ICMS fica no nosso Estado, a gente produz, gera energia elétrica e quem recolhe é o interior de São Paulo, Araraquara. Nesse recurso, a gente, por exemplo, e vem de acordo e ao encontro do que a professora tem comentado os royalties que devem ser discutidos a distribuição, a exigência de ter fonte carimbada para que sejam em áreas atingidas, não somente aos lugarejos e distritos, mas, aos bairros tradicionais de Porto Velho, e que a gente consiga legislar, que foi a cobrança que eu fiz ao Ministério de Minas e Energia, ao Almirante Bento, em relação a esse aumento que teve da energia elétrica que desde o ano passado, fui contra e participei da Audiência, e que deveria ter sido melhor fiscalizado pela Bancada Federal ano passado, de que, que a gente consiga apresentar uma Lei para saber se o Governo Federal realmente quer nos atender, porque aumentar 27% e diminuir três e setenta e cinco, com mais três e vinte e cinco que pode acontecer até terça-feira que vem, é muito pouco ante as nossas necessidades. E daí, a gente vai trazer esse debate aqui para a Comissão, para Frente do Deputado Marcelo, que está capitaneando, comandando, e parabéns por ter pisado na lama e ter ido ao encontro do pessoal, isso é muito importante.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Deputado. Quero registrar também a presença aqui do Advogado Oscar, obrigado Oscar, por estar prestigiando a gente. Vou ouvir agora o Fadrício, com a palavra representando a OAB, três minutinhos.

O SR. FADRÍCIO SANTOS – Bom dia. Cumprimento a todos os presentes. Trago primeiro aqui a mensagem do nosso Presidente da OAB, Seccional/RO, Elton Assis, parabenizando Vossa Excelência pela atitude, pela iniciativa de chamar a sociedade para ser ouvida. A OAB, como representante da sociedade, legítima representante da sociedade na Constituição Federal, tem acompanhado desde o início, desde aquela cheia lá de 2014, trabalhando com afinco nas representações que lhe cabia. É claro que esses impactos, eles vão muito além da cheia, como o Deputado aqui colocou agora, nós temos esse aumento de energia, ou seja, a população fica sem entender porque que chega uma situação como essa de um aumento onde um Estado que produz energia e encaminha para todo o País, as comunidades ribeirinhas, o comércio é afetado. Nós

temos aqui o representante da Fecomércio, o Sr. Osvino, e a reclamação é geral; a OAB tem acompanhado por meio de suas comissões e tem atuado na medida que é possível em parceria com os órgãos fiscalizadores e sem dúvida continuará atuando em defesa da sociedade. Então é importante destacar que a Diretoria da OAB, uma nova diretoria assumiu agora no início do ano e o primeiro ato do Presidente Elton Assis foi enviar requerimentos para que as usinas informem o estado que se encontra as instalações físicas de todas as barragens existentes no Estado, para que eles expliquem em que circunstâncias se encontram, quais são as medidas preventivas, de alerta e de segurança. Nós tivemos recentemente o caso de Brumadinho, tivemos o caso de Mariana e a OAB preocupada com essas situações, o primeiro ato dessa nova gestão foi requerer informações das usinas. Então estamos em alerta, estamos preocupados com essas situações e não tenham dúvida que estamos aqui para somar com todas as autoridades, com a população, a OAB está de portas abertas para receber toda sociedade e trabalhar a quatro mãos, Deputado, com esta Casa no que for benéfico para a sociedade. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado Fadrício. E eu queria fazer um pedido aqui de público para que a OAB, vocês advogados montassem uma comissão, não sei como é o nome, o Alessandro falou aqui da problemática da questão dos financiamentos que eles fizeram e perderam toda sua produção e eu tenho certeza que vocês vão precisar de uma ajuda jurídica e eu queria pedir aqui de público para que até o nosso gabinete também ficar à disposição de vocês porque eu sei o que é fazer um financiamento, eu já tive pais, avós agricultores, é difícil. Eu quero cumprimentar também aqui o Vereador Tiãozinho, é até bom, Marcelo, o Tiãozinho estar aqui que é um vereador que vai cobrar e ajudar a gente, a Defesa Civil era uma Secretaria e hoje é uma Coordenadoria e eles não têm praticamente força, hoje eles são muito limitados, o Marcelo não pediu para eu falar nada disso, mas, eu fui vereador e eu sei o que era a Defesa Civil Municipal e o que é hoje, está certo, Marcelo? E conte com a gente.

Vamos agora ouvir aqui rapidamente o Professor Adailton Noleto, Comissão dos Atingidos pelas cheias do rio Madeira representando o Assentamento Aliança.

O SR. ADAILTON NOLETO – Bom dia a todos os presentes, parabenizar aqui o Deputado Marcelo Cruz pela audiência pública, a presença do Deputado Léo Moraes, do Vereador Tiãozinho, parlamentares, Defesa Civil Estadual, Major Sanches, Marcelo da Defesa Civil municipal, Emater, SEAS aqui na pessoa da Fabi, companheiro Nágila da Comissão dos Atingidos pela cheia do rio Madeira, trabalhamos muito em 2014; Cabo Moura também da Comissão dos Atingidos. Aqui tem quatro figuras que desde 2014 nós estamos nessa peleja, uma do ponto de vista institucional é a Fabi ali da SEAS, a Nágila, o Cabo Moura e modestamente a minha participação também desde 2014. Eu queria só lembrar que se tem alguém que conhece todo esse sofrimento e todo histórico das comunidades são justamente os companheiros que desde 2014 engajaram nessa luta que se tornou, inclusive, permanente. O Próprio Governador já tem no seu gabinete um ofício que ficou para analisar novamente a convocação dessa comissão que é voluntária,

para poder atuar junto ao poder público. E como foi dito aqui por várias pessoas, ainda não cansados, mais uma audiência pública, não é Deputado, mais uma, nós estivemos na Casa aqui por quantas vezes em audiências públicas, inclusive com a Santo Antônio Energia, com os Portos Maggi, Bertolini, que é bom que se diga aqui que é outro problema impactante para as comunidades do Baixo Madeira, Maggi, Bertolini e outros portos que virão ali. Então acontece o seguinte, nós, eu sou professor na comunidade Aliança, sou morador de lá há 34 anos, sai um período porque precisava estudar e retornei; hoje eu sou morador mesmo em função de que meu pai nem pode mais cuidar da propriedade, o que acontece é o seguinte: eu estava olhando aqui de tantas denúncias que nós fizemos ao Ministério Público tem uma, essa Ação Civil Pública aqui protocolada desde o ano passado com 69 páginas, o Ministério Público Estadual/Federal na pessoa da Dra. Flávia e Dra. Aydé pelo Ministério Público Estadual, Dr. Rafael e a Dra. Gisele, pelo Ministério Público Federal, essa ação pede a nulidade dos licenciamentos porque foram todos errados, primeiro que eles dizem que quem teria que fazer seria o IBAMA e ICMBio e não a SEDAM. A SEDAM se meteu em uma coisa que não era da alçada dela, segundo entendimento do Ministério Público, por autoridades que são da área do Meio Ambiente. Logo em seguida vieram os portos. O nosso problema não para na questão das usinas, e é bom que se diga aqui para a gente ser muito claro. A gente está tocando no assunto das usinas, já tem orçamento para a dragagem do Rio Madeira nós estamos brigando aqui por Usina, por royalties, ninguém responsabilizou as compensações socioambientais do licenciamento, ninguém responsabilizou ainda as pessoas que já autorizaram. Nós estamos aqui falando dessa cheia e ninguém ainda discutiu a saída para o Pacífico, é outro grande empreendimento, nós estamos discutindo aqui Usina e ninguém discutiu a Ferrovia, a duplicação da BR-364, esses portos aqui vão colocar sete mil carretas, hoje só tem 1.000 carretas/ano para o período de safra, 1.500 carretas só abertura Cargill nós tivemos audiência pública o ano passado, a Maggi e a Bertolini juntos somam sete silos 175, só a Cargill vai colocar 18 silos, quase que o dobro das carretas aqui, dois portos juntos, tem aqui no na área de Porto Chuelo. Então são muitas coisas que vem acontecendo essa BR-319 quando o asfaltamento sair de Humaitá para o Amazonas, para Manaus, vai ser outro problema. Já tem problema Agrário sério lá de violência aqui nas ocupações do Amazonas. O Estado de Rondônia está precisando na verdade é de uma união muito séria entre os Poderes. Porque se a Assembleia Legislativa toma uma frente, a Bancada Federal toma outra, a Justiça Federal tem um entendimento. Nós estivemos com o Dr. Dimis, na Justiça Federal. A Justiça Estadual tem outro entendimento e o Ministério Público Federal, Estadual estão conjuntos, parece que até agora quem tem trabalhado em conjunto foi o estadual e Federal se nós não fizermos uma união institucional e ficar só ouvindo as comunidades para a Assembleia tomar uma decisão sem consonância com a bancada Federal, cadê o dinheiro do Ministério da Integração para os assentamentos, a Defesa Civil Estadual não chegou esse dinheiro na mão deles. Nós temos esses problemas todos, Deputado, o que tem, o que precisa ocorrer aqui primeiro é responsabilizar tudo aquilo que deixou de ser feito, para depois cobrar. A professora Marie

colocou aqui os royalties, minha companheira, trabalhei com ela na Escola Henrique Dias, eu também sou professor de carreira do município, morei em São Carlos; eu digo com muita segurança como o colega produtor rural, eu sou filho de pescador, sou amazônida, filho de ribeirinho, pescador. Com seis anos de idade eu já remava a canoa com o meu pai lá no rio Mearim, no Maranhão, na madrugada para ele jogar tarrafa porque meus irmãos mais velhos precisavam ter outra atividade. Então eu conheço muito bem, essa história de dizer do impacto da cheia não tenha sido dos empreendimentos é uma falácia, é uma falácia. Poxa, quantas situações que ocorreram nesse Estado e nada aconteceu. O que aconteceu com o PLANAFLORO? Agora é que estão regularizando as áreas de terra. PLANAFLORO sumiram com 230 milhões de dólares na década de 90. E estes impactos das usinas ninguém sabe para onde foi esse dinheiro das compensações, os royalties ninguém sabe como vai ser distribuído. Os nossos alunos, como a professora Marie colocou, nós que terminamos o Ensino Médio não tem uma perspectiva de uma voadeira, um ônibus para trazê-los para a cidade para fazer um curso superior. A droga está dentro dos assentamentos. Então, gente, o que nós precisamos na verdade é que nós possamos ter uma integração. É preciso conhecer essas comunidades, não basta só fazer o que foi dito aqui. Eu sempre digo para o Moura, eu não vou atrás de água em Defesa Civil, primeiro que em 2014 eu vi Assistente Social agredindo pessoas humildes por causa de uma cesta básica dentro da Defesa Civil, com a maior grosseria e eu não gosto, não gosto daquele tipo de tratamento. Então, eu penso, Deputado, que é bem-vindo, mas, é preciso ser deliberativo, não pode ser uma discussão dessa, ela não pode ficar só convocando outra audiência, tem que ser deliberativa, ela tem que ter uma Ata, para que na próxima reunião nós possamos dizer quais foram encaminhamentos, que etapas foram cumpridas. Por que foram várias sugestões, o Deputado Léo Moraes sugeriu aqui que a bancada tem uma assinatura já para a questão dos grandes empreendimentos, ficarem os recursos na localidade impactada, essas coisas têm que ser discutida com maior responsabilidade, trazer líder de bancada Federal e Senadores e Deputados de Rondônia para que a gente possa saber se isso é viável. Para a gente poder estar dentro da discussão.

Eu vou não vou mais me alongar até porque essa situação aqui é muito pertinente, mas, ela é muito redundante para nós, essa discussão. Eu preferia que houvesse essas deliberações, não só uma discussão, criasse, quem sabe se o fórum permanente de discussão, Deputado, dessa audiência aqui. Um fórum permanente com a representação do Parlamento, quem sabe até a pessoa do Deputado mesmo poderia presidir uma comissão permanente para discutir porque tem portas abertas da Defesa Civil dos órgãos governamentais, da bancada Federal, em promover um fórum permanente. É uma sugestão que eu coloco aqui Deputado, se Vossa Excelência achar viável, a gente pode em off discutir e trazer essa Comissão para a gente trabalhar dessa forma.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado! Obrigado pelas palavras.

A Nágila, inclusive, deu a ideia de a gente montar uma Comissão. Mas, professor, deixa eu falar só uma coisa, eu sei

que você não quis dizer isso, mas quero dizer para todos vocês que eu não sou salvador da pátria. Quando eu cheguei aqui, o problema já existia. Agora, o que eu quero é me ater, saber e ter conhecimento, porque eu não tenho conhecimento ainda. Então, eu acho que a primeira coisa que eu tinha que fazer era isso aqui, ouvir vocês. A partir daí, a gente começar a tomar as providências. Já me antecipei pedindo, saber como é que está o licenciamento das usinas, para eu saber realmente como é que está a coisa. Então, a partir daí a gente vai começar a tomar as medidas necessárias. Eu sei que um deputado estadual, um mandato tem um peso enorme. É diferente de você chegar à usina ali, eles não querem atender a gente, mas, a gente tem uma facilidade um pouco maior. E eu tenho certeza de que com o conhecimento que vocês têm e o mandato, eu tenho certeza de que a gente vai conseguir chegar muito mais longe. Está certo?

Ouvir o Bosco. Vamos nos ater. O Bosco fala bem, três minutinhos, Bosco.

O SR. BOSCO – Nobre Deputado Marcelo, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de me deixar dar uma palavra aqui. Em seu nome, o Deputado Léo Moraes não está presente, saiu, mas também, meu amigo Tiãozinho, vereador; em nome do Moura, do Professor Noletto e da Nágila, eu quero cumprimentar todos os ribeirinhos; meu amigo Alan, aqui, enfim, o Marcelo da Defesa Civil; cumprimentar todos os presentes, todas as autoridades. Quero agradecer também o convite do pessoal do Baixo Madeira, Deputado, que me convidou para fazer parte. A gente já vem acompanhando. O Deputado Léo Moraes, falou ali, desde a época da Câmara, foi criado, eu participei, inclusive, de uma Comissão daquela época da cheia de 2014, acompanhando o pessoal do Baixo Madeira, com relação aos projetos, às propostas. Vários vereadores estiverem presentes lá, em reuniões. Mas eu vou ser pragmático, até porque, quero lhe parabenizar mais uma vez pela sua humildade em dizer que está fazendo esta reunião aqui para conhecimento. Isso é muito importante. E a Audiência Pública sempre, quando ela vem revestida das autoridades constituídas do município, principalmente, o município aqui de Porto Velho, onde deve fazer parte o Ministério Público Estadual, o Federal, a OAB está presente, Câmara de Vereadores, então, todos os órgãos constituídos, para que possa sair uma ata e dali, aquilo que foi discutido, deliberado, ser buscado.

Eu quero dizer para o senhor, dizer para Vossa Excelência, que eu tenho um pouco de conhecimento do que vem acontecendo desde 2014, com a comunidade ribeirinha, inclusive Jaci. Por um momento, eu fui vereador três meses, mas me expulsaram de lá, eu parei. E eu lembro que eu participei de uma Audiência Pública lá na quadra de Jaci-Paraná, onde eu falei que os projetos e as propostas para compensação em Porto Velho não eram sérias e realmente não foi. Porque se fosse, o Governo do Estado, juntamente com o prefeito, naquela época, teriam ido lá para a licitação no STJ, para já sair com os projetos, com as compensações de lá. Não receber recurso direcionado para autoridade comprar caminhonetes, comprar aquilo para Secretaria, que são recursos da fonte do Estado ou do município e não das compensações, Deputado.

Então, hoje, eu acredito que não existe um projeto, eu deixo isso aqui para o senhor, como foi dito aqui, sugerido, pelos representantes das comunidades, que haja uma Comissão. Mas eu, desde o início venho defendendo, eu gostaria, como sugestão, muito, que o senhor comprasse essa iniciativa para que a comunidade tenha, por parte dos investidores, não é do Estado, não é do município, mas, dos investidores, como forma de compensação, uma Comissão de Técnicos, de pessoas capacitadas, advogados, técnicos de engenharia, ambiental, trânsito, para que eles elaborem um estudo e seja apresentado a Vossa Excelência, seja apresentado às autoridades do Estado, das suas necessidades. Não o governo, ou seja, o Legislativo, o Judiciário ou o Executivo tomar a iniciativa e fazer aquilo que eles acham que são importantes. O que deve saber o que é importante, é através de estudos, estudos das necessidades. É importante esse atendimento imediato para as populações que estão sofrendo. Isso aí é como o Deputado Léo falou, existe recurso para isso, é importante demais. Mas, o mais importante, e agora entrando nas proposições, eu já discuti com eles, reunimos já, falei: cadê um projeto, se é que existe, para a locação ou realocação das comunidades? O levantamento das pessoas que realmente foram atingidas, para criar um distrito, com escola, com segurança, transporte. E que essas pessoas possam desenvolver um trabalho nas adjacências, todo esse cinturão verde, agricultura familiar. Então, não existe um projeto disso aí. Existe uma preocupação porque aconteceu essa situação criminosa em Minas Gerais e aqui, agora está se discutindo a situação de atendimento de imediato. Então precisa realmente, se o senhor está à frente, com uma proposta que foi discutida com eles, precisa de uma área que seja atendida a todos, com estrutura. Um estudo e um planejamento da exploração de agricultura familiar nos projetos, que as pessoas não precisem ter cesta básica. Nas escolas, no transporte escolar, na educação, na segurança, toda essa compensação não é um trabalho de favor. É um trabalho de necessidade e necessidade e há tempo para isso. Então, eu deixo o senhor aqui, me coloco à disposição também junto com o pessoal para que possa daqui para frente o Governo do Estado, o Prefeito Municipal e a Assembleia Legislativa tomarem a iniciativa disso aí. Eu estou à disposição da comunidade, nós já temos discutido a iniciativa de, inclusive, já apresentar um projeto no Ministério Público Estadual e Federal, junto com uma comissão e, trazer também esse projeto para a Assembleia Legislativa para ser discutido. Muito obrigado, não quero mais me alongar, porque todas as necessidades já foram discutidas.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado. O Bosco é bastante conhecido cidade, não é Bosco? E, eu tenho certeza, que o parlamento tanto Municipal quanto Estadual precisa de pessoas como você.

Com a palavra o Senhor Osvino.

O SR. OSVINO JURASZEK – Bom dia a todos. Obrigado Deputado pelo convite de convidar a Federação a participar desta Audiência. E, assim, o meu depoimento aqui é rápido. O conhecimento que nós tivemos além de todas essas informações que já vem aí, a gente sofre um pouco mais quando para ouvir de novo, porque eu conheço Baixo Madeira e, a gente sabe o sofrimento que acontece com esses alagamentos. Mas, nós

acompanhamos uma situação mais próxima da gente aqui, que foi o entorno Cai N'água, porque nós somos demandados por aquela de empresários ali, assim que aconteceu a enchente 2014, então nós começamos a trabalhar; a se interessar para ver como nós poderíamos de alguma maneira influenciar o poder público ou criar alguma situação diferente que minorizasse o problema que eles tiveram ali. E, aí, nós desenvolvemos algumas ações, inclusive, com a Prefeitura.

E, dizer que esse empresário, todo mundo aqui já ouviu falar desse sofrimento, eu vou falar um pouquinho do sofrimento do empresário. Esse empresário que está nessa comunidade ali, nessa localidade, ele também sofre muito. E nesse momento ele está não está vendendo, ele está perdendo estoque, com certeza, porque tem muitas situações que vence, que estraga, que a umidade faz com que perca o produto dele. Ele vai ter que enfrentar, mas agora, os fornecedores dele continua cobrando as faturas, ele vai ter o problema depois, o financeiro. Ele vai ter um problema, então, de não faturar nesse período, porque não consegue vender que não tem cliente. E ele depois vai enfrentar outro problema, porque o maior cliente deles, realmente, são os ribeirinhos que produzem na sua economia familiar e, eles vão perder as safras deles, eles não vão ter capacidade financeira de compras. Então, provavelmente, no decorrer dos próximos meses aqui eles vão sofrer também, porque o maior cliente dele foi afetado e eles vão, realmente, sentir também essa questão do faturamento. E a Federação, então, se coloca à disposição para apoiar naquilo que for possível. E, Deputado, eu queria dar só uma recomendação. Quando se fala que está tomando conhecimento das situações, todas. Nós, assim, já ouvimos falar no passado que, por exemplo, lá em Calama foi comprada uma área mais alta para fazer uma realocação do Distrito de Calama. Ouvi alguma coisa, também, sobre a questão de São Carlos. Eu não sei, exatamente, o que isso é verdade ou o que não é, mas me parece que já houve investimento público para isso. Então, que resgatasse isso, porque você já teve uma iniciativa deve ter tido estudo, deve ter tido alguma..., e resgatar isso para ver em que pé que está. Da mesma forma, quando essas usinas se instalaram aqui, eu lembro que eu houve um projeto de compensação financeira para melhorar a atividade comercial, a atividade econômica das comunidades ribeirinhas. O tema de cooperativa, também, lá em no Distrito de Calama, eu acho que foram feitas outras, também, aqui mais acima. E, em que pé que está isso, deu resultado, não deu, está funcionando? Isso, as agroindústrias, como é que isso está funcionando? O que se pode fazer para resgatar aquilo que já foi feito, ver o que deu certo, continuar, potencializar e aquilo também, que não deu certo, ver o que faz para se corrigir, porque é uma forma de tentar também, minimizar esse problema social que é gerado por conta do alagamento. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Muito obrigado senhor Osvino. Vamos, agora, partir agora para autoridades. Agradecer, mais uma vez, a presença do Vereador Tiãozinho, aí depois a gente inicia aqui, dá reinício pela Mesa.

O SR. TIÃOZINHO – Bom dia, Deputado Marcelo Cruz, a todas as autoridades. Eu sou representante aí dos ribeirinhos. Em nome do meu amigo aqui, Professor o Adailton cumprimento a

todos os presentes. Deputado, a minha questão aqui é um pouco igual a sua. O senhor falando, que eu vim aqui hoje para adquirir o conhecimento, vê a situação. Eu acho que todos sabem que, eu também eu estou chegando agora, até na questão política, eu como Vereador era suplente do Deputado Marcelo, ele virou Deputado, eu irei Vereador. Aí, a gente está aqui na mesma situação. Eu sou de uma área aonde não é atingido pela cheia do rio, que sou, a minha região onde eu moro é União Bandeirantes, mas, a gente vê a dificuldade dos outros e a gente se sensibiliza com isso. E a gente quer, hoje, o Poder Legislativo que é a Câmara de Vereadores, a gente quer estar presente. E, eu não sei como eu cheguei atrasado devido à estrada ruim, eu cheguei mais tarde. Não sei Deputado, se tem alguém aqui, que é representante do consórcio das barragens, tem? Porque isso aí é uma situação que a gente tem dificuldades em fazer Audiências, fazer esse trabalho porque semana passada, há duas semanas, foi convocado, foi convidado às duas Barragens, representante das duas Barragens para se fazer presente na Câmara de Vereadores onde pedia um Projeto de Evacuação das Barragens porque ninguém, diz que tem, mas, não foi apresentado para ninguém e garantiram que faria presente na Câmara, a gente reuniu todos os Vereadores, teve muita gente da sociedade que participaram e faltando meia hora da Audiência marcada mandaram dizer: "olha, não pode fazer presente". Isso aí eu já vi várias reuniões, é na Assembleia, é na Câmara e eles não estão nem aí para a população, a gente tem que exigir mais responsabilidade e para que esse Consórcio, eles respeitem a nossa sociedade porque aqui, igual eu vi o rapaz aqui dizendo o que aconteceu lá em Mariana, lá em Brumadinho. E aqui? O que já foi feito aqui nessa questão das barragens. Aqui tem sirene aí? Já conversou com a comunidade se acontecer alguma coisa, o povo sabe qual o sinal que vai ser dado para as pessoas retirarem? Isso aí olha, infelizmente, eles não comparecem em lugar nenhum que é convidado.

Então eu peço mais isso aí que vão empenhar mesmo e que também o Consórcio eles respeitem a nossa população. Estou aqui para adquirir conhecimento e deixar à disposição, eu tenho certeza que a Câmara está disposta a ajudar e a gente quer envolver mesmo nesse processo. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado Vereador Tiãozinho, eu tenho certeza que você vai nos ajudar muito lá na Câmara Municipal, porque a gente precisa de um representante no Legislativo Municipal e eu tenho certeza, eu vou falar mais uma vez que as Usinas, os representantes vão me procurar e não adianta eles virem me procurar com tapinha nas costas, com negociata com qualquer outro tipo de conversa, o que eles precisam é sentar à Mesa e a gente achar uma solução para o nosso povo e eu não tenho dúvida que brevemente eles vão nos procurar, Alan, eu não tenho dúvida disso, porque o aperto que a gente está dando os Ofícios que a gente mandou pedindo informações não deles, mas, da SEDAM, da SEMAS, eu vou precisar da sua ajuda também para a SEMAS nos responder um Ofício que enviamos para lá, está certo?

Vamos ouvir aqui o Major, Bombeiro Tadeu, eu estive na Defesa Civil do Estado e eu fiquei mais ou menos uma hora e meia na frente dele, ele explicando o que é Usina; qual é a problemática; quais foram os prejuízos que ela trouxe e

sinceramente, a gente fica hipnotizado em ouvir porque ele tem o conhecimento apurado e eu peguei uma aula, e disse: "rapaz, que aula eu peguei". E aí eu ia passar para a nossa Secretária falar primeiro, mas, como ele é Técnico, eu vou pedir para você iniciar a fala.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO – Obrigado Deputado, eu não sou esse Professor todo não, eu sou apenas um curioso, senhores, eu não sou Técnico na Área de Defesa Civil, mas, a nossa formação como Bombeiro Militar acaba, como Oficial, acaba nos passando um pouco de cada coisa e a gente acaba pelo menos conhecendo um pouquinho de cada coisa e a gente acaba tendo essa oportunidade de conhecer.

Eu falei para algumas pessoas, falei para o professor em uma reunião que eu fui convidado em que as Associações fizeram a respeito das Usinas e o que é que a gente precisa dizer a respeito disso, eu costumo dizer que eu não sou nenhum advogado de usina nenhuma e também não sou o condenador de alguma coisa errada que porventura tenha ocorrido, mas, a gente se atém a fatos que a gente estudou e percebeu que ocorrem, certo?

Em relação ao nível da água, o nível da água, ou seja, a altura que a água alcança de forma geral, ou seja, as usinas em si, elas não alteram a jusante, ou seja, daqui de Santo Antônio para frente, ou seja, para baixo, não há influência do nível do rio de forma geral, ou seja, o que eu quero dizer? Eu quero dizer que se não houvesse as usinas aqui em 2014, a água teria chegado ao mesmo lugar, da mesma forma como a água teria chegado ao mesmo lugar que chegou agora, no dia 08 de março foi o nosso pico, por enquanto, mas, teria chegado no mesmo lugar no dia 08 de março as águas com ou sem as Usinas, por quê? Porque as Usinas elas liberam basicamente toda a água que chega, embora haja um represamento antes dela para se montar o lago que há de diferença de água. O que há de fato, isso é algo que realmente é um problema a ser discutido e que eu participei de outras reuniões junto com o pessoal da navegação, como o Professor falou, que são as pessoas que na época do período de estiagem, é o período que mais sente em que há uma mudança muito grande em relação à vazão, a formação da água, como o nosso rio é um rio em formação tem muito sedimento, vamos tentar entender assim de uma forma mais prática. Vocês imaginem que o Rio Madeira, ele passava, ele traz toda essa água por esse canal aqui todinho. Então, a água passa, passava historicamente por todo esse caminho e isso sempre ocorreu, aqui é Rondônia, é por isso que é a quantidade de água que passa, ela não é alterada, porque toda água que vem da usina, houve um represamento inicial, depois parou e hoje toda essa água passa. O que ocorre e aí há de fato uma influência em relação a isso, é a força com que essa água passa após as usinas, a velocidade que a água passa após as usinas, ela é aumentada significativamente, o nível não se altera, mas a velocidade com que água passa, ela altera. Por isso que há desbarrancamento, tem desbarrancamento aqui em Porto Velho. Eu não sou técnico para dizer até aonde e até que distância essa velocidade desse desbarrancamento ele influencia, mas ele de fato influencia. Como Defesa Civil, nós somos aqui um órgão do Estado que está tanto para prevenir, quanto para dar respostas e minimizar a dor e o sofrimento

que as famílias sofrem. Então, a gente tenta sempre que pode fazer um aporte de recursos que começa na Prefeitura, passa pelo Estado e se necessário chega ao Governo Federal, como aconteceu em 2014. Então, a gente faz essas respostas à sociedade de acordo com as nossas demandas, embora, embora como todo e qualquer regra em nosso país, nós Defesa Civil, também sofremos aqueles; o Marcelo sente isso muito mais na pele provavelmente do que eu, que é exatamente essa cultura brasileira que nós temos de não nos preocupar com a prevenção, nós somos assim culturalmente, isso começou há 500 anos, porque nós somos assim. Eu costumo dar o exemplo sempre do cinto de segurança, há 15 anos quem aqui utilizava cinto de segurança na cidade? Eu não usava, bom, eu não usava. E foi preciso ser multado algumas vezes para passar a utilizar. Então, vejamos, eu não utilizo uma ferramenta de segurança que tem no meu veículo, ele é feito única e exclusivamente para me proteger, foi colocado, foi pago um preço naquele veículo, o custo daquele cinto de segurança está no veículo e foi usado para eu utilizar como recurso e eu não uso, a não ser que eu seja multado. Então, você veja, o poder público precisa se utilizar de uma ferramenta de me obrigar a utilizar algo que é para a minha segurança. Então, ou eu uso ou vou me machucar em um caso de acidente. Então, considerando esse exemplo, é assim que nós somos, é assim que nós, Defesa Civil, sentimos muito, por quê? Porque como não há uma prevenção de desastres, a gente não se previne de forma geral, o Estado, quando eu falo Estado, eu estou falando do Município, Governo Federal, Governo Estadual, não se prepara de forma geral para o desastre, a gente não tem o mecanismo imediato, às vezes, pergunta: Ah! E se romper a barragem a gente está pronto? Não, a gente está pronto da mesma forma como Minas Gerais não estava pronto, da mesma forma nenhum País do mundo, nem o Japão estava pronto para o tsunami. Mas, o que ocorre, as respostas aqueles desastres é que ocorrem de forma muito mais rápida e com efeitos, a palavra é mitigação, com efeitos menores para sociedade. Então, nós enquanto Defesa Civil do Estado, estamos aqui para organizar e auxiliar aquilo que a sociedade precisa e aquilo que o Estado pode oferecer. Então, quando uma embarcação sai daqui com mantimentos da Prefeitura para levar para uma comunidade, é a Defesa Civil do Estado, através da Secretaria de Ação Social que está utilizando o aporte estadual para dar esse recurso para as pessoas atingidas. A professora foi muito feliz em que, na verdade a gente gostaria e eu falo isso como Bombeiro, a gente gostaria que bombeiro nunca trabalhasse, a gente gostaria que o Marcelo nunca precisasse trabalhar, a vontade seria que o Marcelo ficasse no gabinete dele, no ar condicionado o tempo inteiro, eu também gostaria que ele ficasse lá. Mas, a realidade é que ele precisa sair de lá, infelizmente por conta desses problemas. Então, a gente gostaria de se colocar a disposição dos senhores para eventuais dúvidas relacionadas à nossa ação como Defesa Civil, enquanto cidadão em uma Audiência Pública, já que eu estou aqui, vou falar como cidadão e não como o Major Sanches, Coordenador Estadual; mas, eu penso que esse caminho que o Deputado falou entre, de se chegar a usina de fato, são caminhos distintos, eles são uma empresa, eles se reportam como certeza algumas pessoas e através dessas..., como senhor muito bem falou, é desta forma que se chega a ele, porque se

chega o movimento, uma comunidade qualquer e procura as usinas para qualquer coisa, eles não respondem, não respondem porque eles não vêem a necessidade de responder a isso. Então, penso que em relação a eles, existem dois órgãos aos quais eles se reportam imediatamente; um é a Agência Nacional de Energia Elétrica e a ONS que é a Operadora Nacional do Sistema Elétrico e em nível de

Estado, já que o professor falou que houve essa concessão em nível estadual, eu imagino que esse caminho via SEDAM, penso que seja, digamos assim, a forma mais fácil, de como o senhor bem falou, de forçar eles a procurarem para tentar pelo menos discutir e sabe qual é a área de afetação. Aquilo que o Alan falou, exatamente é algo sensível, por quê? Porque a usina; existem dois pontos que são pré-requisitos para outorga das usinas em nível nacional. O primeiro é: não se pode aumentar o nível do rio em Porto Velho. Então, aquelas variações que o Alessandro falou, de variações, que há pequenas variações. Essas variações, elas ocorrem, mas, normalmente quando elas ocorrem, são frutos de algumas variações pequenas aqui na usina. Mas, o outro pré-requisito para outorga das usinas: é que ela não afete nada no nível dos rios bolivianos. E como para afetar o nível dos rios bolivianos, ele não pode passar de nada relacionado o que está acima do rio Abunã, e aí a comunidade que está acima, se a usina afirma que o Distrito de Abunã, é afetado, ela está afirmando, ela vai afirmar que o rio Abunã, está sofrendo por intervenções, está sendo influenciado pelo reservatório, e se ela falar isso, ela quebra a regra de outorga dela, que é não passar nada de relação ao nível do rio Boliviano. Inclusive, eles querem fazer um acordo, eles estão como empresa, na visita que eu tive relacionada aquele vídeo, o Marcelo, estava lá comigo; eles falaram que eles querem inclusive ter o contato com o Governo boliviano, para que eles possam, eles querem pagar royalties para a Bolívia, para que eles possam utilizar o reservatório deles, mas, eles não conseguem. Mas atualmente se eles aumentarem, se eles afirmarem que eles aumentam cinco centímetros no nível do rio Abunã, que é a divisa do Território, do Brasil, já com a Bolívia, eles quebram a regra de outorga deles.

O SR. ALAN FRANÇA - Marcelo, só salientar. A minha preocupação quando eu coloquei, Sanches, de uma forma como uma denúncia. E o Legislativo, o Marcelo, aqui é Deputado, ele está aqui para isso, ele também fiscaliza, e isso é uma responsabilidade onde o próprio Deputado colocou aqui, que não está cumprindo EIA/RIMA. E isso vindo de você, Sanches, eu fico até, eu vejo que não só um morador comum que está discutindo, isso é uma preocupação, Marcelo. Eu estou atingido desde 2015, quando eu fiz o requerimento, eles não me responderam, eu reiterei o pedido em maio de 2015, foi fevereiro, depois em maio, reiterei. Eles foram lá fazer visita, chegaram, fizeram a vistoria e identificaram, e eu questionei o técnico, falei: "olha Abunã, está sendo atingida, Abunã, é mais alto do que a minha propriedade e está atingido. Se vocês reconhecerem, vocês vão ter que reconhecer a Bolívia também, vocês estão cometendo um crime ambiental dentro da Bolívia". Então, dali para lá, o próprio técnico nem se dirigiu mais a palavra para mim, entrou no carro, saiu, entrou falando dentro da linha e saiu mudo e nem teve mais; mas, eu tenho o nome

do técnico, no dia que fez a visita. Isso, Marcelo, se ele reconhecer um centímetro que seja cinco centímetros que alagou, eles estão cometendo um crime ambiental. Há convivência se eles colocarem, eu estou falando aqui como uma pessoa comum, vai lá e veja a realidade, então, Sanches, eu fico até, você colocando essa colocação. Porque, eles fizeram um estudo até a ponte onde está entre a Boca do Rio Abunã, dali para cima, eles não colocaram, não fizeram estudo, porque eles sabem se reconhecer vai ter que indenizar o Governo boliviano, e acaba sendo reconhecido, que o meu está mais acima, está dessa forma.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO – Para a usina, o reservatório acaba ali, não é?

O SR. ALAN FRANÇA – É.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO – Para a usina o reservatório acaba ali.

O SR. ALAN FRANÇA – Eu tenho um vídeo aqui, eu pedi ontem, um amigo meu vizinho, acabei de mostrar aqui para Osmino, o Mateus também viu, dentro da propriedade lá, estou com duzentos metros para atravessar o gado, eu tenho imagem daqui, eu tenho imagem. Há coisas que há dez anos, era um igarapé de dois metros, hoje tem duzentos metros para atravessar o gado da fundiária para frente. O Governo do Estado não vai lá recuperar a estrada, eu não onde colocar, se eu colocar terra aqui, está encharcado, eu não tenho onde fazer estrada. A gente está sofrendo lá um programa da política do sapo, é o que nós pecuaristas e os agricultores lá da região, nós estamos recebendo a política do sapo, é o programa que a gente está sendo atendido hoje lá.

A SRA. MARIE VALADARES – Eu poderia fazer uma pergunta para o Senhor Sanches, por favor? Em relação ao plano de segurança que as usinas deveriam estar cumprindo, eu sei que o senhor não é representante da usina. Mas, aqui eu gostaria de saber o que o Governo do Estado, e como o Governo do Estado, tem se posicionado em relação a cobrar da usina, que ela cumpra um plano de segurança, porque a Agência Nacional de Águas, inclusive, entrou com uma ação contra a usina, porque ela não está cumprindo esse plano de segurança. E aí, eu pergunto, será que o Estado, não deveria dar mais ênfase para que realmente ele cobrasse que seja, porque na verdade, o senhor falando: “Ah! A gente não tem como prever um acidente”. Por isso mesmo, quer dizer, não se tem como prever um acidente, porque não se trabalha com seriedade, porque quando se trabalha com seriedade, você tem como realmente ter um trabalho preventivo, como o senhor colocou muito bem, como exemplo, o cinto de segurança. Mas, existe um plano de segurança, ele já existe, o Marcelo, presente aqui da Defesa Civil, a quem eu tenho muito respeito e admiro muito o trabalho deles lá em São Carlos. Na verdade, a usina precisa cumprir esse plano de segurança, ela está interessada, eu não sei se ela está interessada em cumprir, porque se ela tivesse, ela já teria começado os trabalhos de orientar a comunidade. Então, existe um plano de segurança que ele é apenas teoria, e eu acho que tanto o Município, o Governo do Estado, a nossa

Assembleia, os nossos representantes políticos, eu acho que se unir todo mundo para que a usina realmente coloque em prática o plano de segurança. A Agência Nacional de Águas entrou com ação contra a usina, e o Governo do Estado, e o Município o que estão fazendo? Quer dizer a Agência Nacional de Águas está lá entrando com ação contra a usina, porque ela não está cumprindo o plano. E eu gostaria de saber o que os nossos representantes, o que o Município, o que o Governo do Estado, está fazendo para garantir que a usina realmente cumpra. Nós precisamos, as comunidades ribeirinhas, o pessoal talvez não tenha, nem todo mundo está sabendo disso, mas, esse plano de segurança inclui um treinamento para todos os moradores caso, Deus ajude que nunca aconteça, mas, caso venha acontecer um acidente como as comunidades deveriam proceder, que é uma coisa de fundamental importância, que é colocado como se não fosse algo importante, se criou um plano de segurança, está no papel, está na teoria e a usina simplesmente não está cumprindo que é isso que é para fazer uma capacitação, é para fazer uma orientação às comunidades ribeirinhas. E eu queria saber do senhor como é, qual é a posição do Estado, do Governo do Estado, ou da Defesa Civil Estadual, como é que vocês estão vendo essa situação? Obrigada.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO – Certo. Ainda em dezembro eu cheguei a solicitar antes mesmo desse problema em Brumadinho, eu cheguei a solicitar das usinas os planos de emergência; recebi das duas usinas acho que nas primeiras semanas de janeiro, os planos de emergência das duas hidrelétricas, de Santo Antônio e de Jirau, e também havia pedido a de Samuel que também nos encaminharam, apenas porque por uma regra federal, que é a lei que regulamenta as barragens no Brasil, ela diz que as usinas precisam encaminhar os planos de emergência para os órgãos de Defesa Civil do Município e do Estado, aí então utilizando desse artifício legal eu solicitei, porque nós não tínhamos, eu achava, como a senhora falou, eu achava um absurdo porque nós não tínhamos. Ele é um documento grande, até o entendimento, ele requer paciência e tempo para poder manusear, é um documento, até porque são plantas arquitetônicas, a parte de emergência. A cobrança em si do que existe ou não em relação a isso, a gente passa por um problema da competência legal, por quê? Porque nós Defesa Civil, eu, o Marcelo, nós não somos órgãos fiscalizadores, o Marcelo não pode exigir, por exemplo, ele não pode chegar lá para a usina, por exemplo: “eu Defesa Civil do Município, ou eu Defesa Civil do Estado exijo que a usina me demonstre aqui como é o plano”. Nós não temos essa competência legal. Para este aspecto só existe um, infelizmente só existe um órgão que tem essa competência para isso, chama-se Agência Nacional de Energia Elétrica, é essa agência que regula tudo que é relacionado a barragens, que são voltadas para a captação de energia elétrica. Então, se fosse uma barragem de minério seria Agência Nacional de Mineração, e se fosse uma piscicultura grande aí sim, seria a SEDAM, se fosse um grande tanque, um tanque gigante de peixe que a outorga, se ele fosse da SEDAM, aí a competência seria da SEDAM e a gente poderia utilizar-se dessa parceria enquanto Estado, mas, existe infelizmente esse problema de

competência porque nós não somos órgãos fiscalizadores em relação a isso.

O SR. ALESSANDRO BORGES – Rapidinho aqui amigos, esse assunto já é, para mim vem sendo bem recorrente que eu já fiz até algum mencionamento, vídeo até lá sobre essa cobrança desse sinal sonoro, se você entrar no MP/Plano de Ação Energia Santo Antônio pela ANEEL, vai estar lá todas as laudas, aqui vocês podem ver, todinho, só tem que ter um pouco de paciência para ler, eu já estive lendo, parei na metade, muitos detalhes aqui que, inclusive, do questionamento dela, podem ser alterados, está bom, era só isso aí que o pessoal perguntou e ele falou bem. E eu vi aqui, já pelo que eu li tem, muita coisa aqui que não faz nem sentido eles estarem colocando aqui, preocupação quase zero com a população, não existe treinamento para eles. É isso aí, pessoal.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Agradecer, muito obrigado Major Sanches pelas palavras. Agora a gente vai ouvir a Exm^a Senhora Liana Silva, Secretária-Adjunta da SEAS, E antes de dar início eu inclusive conversei até com o Marcelo, da Defesa Civil, em relação, acho que foi sábado ou sexta-feira, foi sexta-feira, a gente viu uma reportagem na TV Globo que eles não iam levar a cesta básica nem água justamente porque estava com problema no transporte e o Marcelo me informou que foi adiado, não é? E aí eu já gostaria de saber se a senhora tiver conhecimento do por que, o que aconteceu que se não me engano essa parte de deslocamento fica com o Governo do Estado.

A SRA. LIANA SILVA – Bom dia a todos. Antes de falar como Secretária, eu quero falar como cidadã. Meu nome é Liana, eu sou daqui, viu senhor Paulo, e minha família é de Calama também, a família Vieira Lemos, está lá o Roni que também é da família de lá, temos também familiares lá em São Carlos, o pessoal também Moreira, a família Moreira, então eu quero dizer para os senhores que nós somos muito sensíveis a tudo que está acontecendo com as comunidades ribeirinhas por conta até dessa situação, que minha avó nasceu em Calama, então eu sou daqui também, conheço bem a região, sei como são essas situações alagadiças, andei muito também lá em Cuniã, no lago do Cuniã, lá em São Carlos, fui na época da enchente lá. E falando também essa questão de não só pelo ar, mas, o Governo do Estado também, isso já é com o Alessandro que falou essa questão, a nossa própria Secretária da SEAS Luana Rocha, comigo, nós estivemos lá em Candeias que era uma situação que estava muito difícil, inclusive eles querem até decretar essa questão de emergência lá em Candeias, saímos correndo por conta de um pitbull que estava na estrada e tivemos que sair nessa correria, mas, a gente está junto à comunidade, o próprio Governador do Estado, Coronel Marcos Rocha, fez questão de estar sabendo realmente do que está acontecendo conosco in loco. Quanto ao Governo do Estado, apesar de estarmos no segundo grau em hierarquia no sentido de já ações emergenciais a serem desenvolvidas em relação a enchentes, eu quero dizer que no período de transição, senhor Paulo, eu quero falar para o senhor e também para nossa amiga Nágila, no período da transição de Governo, a primeira pergunta que a transição, a equipe de transição fez quando

chegou a SEAS, foi perguntar: “e a enchente, se houver enchente este ano o que já tem planejado do PPA passado?”. Porque assim vocês sabem que este ano ainda estamos trabalhando com o PPA do Governo passado. Então a primeira preocupação, Professora, foi justamente essa, e se ocorrer 2014 novamente, como poderemos ajudar as famílias? E essa preocupação, a Fabiane como ela já é mais antiga na Secretaria, ela passou para a gente que havia um planejamento orçamentário, e é esse que eu vou passar para vocês daqui a pouco, em relação ao que fazer se ocorresse realmente essa questão da enchente. Apesar de não ser acionado ainda pelo município, como bem disse o Deputado Léo Moraes, que o município nem ainda informou o Governo Federal da situação, apesar disso o Governo junto com o município tem estado sempre alerta em relação a todas as situações que estão acontecendo. Tanto é que, o que nós temos aqui? Foi feita a aquisição de 19.700 galões de água, sendo que 2.056 já foram entregues em Candeias no dia 22 de março; 1.053 ainda estão indo hoje para Nova Mamoré, que também está uma situação muito difícil lá; 3.200 já estão prontos para ir o quê? Para o Baixo Madeira. E vai ser esta viagem que eu vou falar para o senhor, inclusive, a questão da nota de esclarecimento em relação ao que aconteceu por conta desta modificação e já respondo ao senhor.

Também dentro de um processo licitatório nós estamos pedindo cestas básicas, só que houve um deserto no período anterior, agora acho que foi na semana passada, não deu certo e preocupados com a situação fizemos um de emergência, que aí vão estar prontas estas cestas para serem entregues, são 900 cestas a priori, a partir do dia 28 que é nesta sexta-feira onde o barco vai descer com água e cestas básicas. Então nós estamos aí muito preocupados com a situação, mesmo, estamos aí sentindo junto com a comunidade, senhor Paulo, fique ciente disto, a preocupação de todos vocês. Então assim a gente sabe que hoje em dia no Governo, até, com qualquer política, a conversa falada, não adianta. E a professora disse bem quando falou também a questão da prevenção. Então assim prevenir um problema que já é recorrente há anos e anos é a melhor saída. Fazer um planejamento em cima de verificar como fazer para não ter que ficar levando mais água, ajudar dentro da comunidade, fazer um estudo lá dentro para saber como fazer para futuramente a gente não venha ser pego de surpresa, isso aí é uma prioridade de Governo. Então nós estamos aí com um planejamento, um PPA para ser construído pelo novo Governo, e esse PPA ele vai ser construído pensando nestes problemas que estão acontecendo agora. Para que nós possamos futuramente não sermos pegos de surpresa e essa comunidade tão sofrida não estar com a mesma problemática. Então é isso que a gente está aqui para falar para vocês em relação a esta questão. Aí outra questão em relação ao barco que foi suspenso na sexta-feira. A Secretaria, ela tem um cronograma de descida deste barco, e o que acontece? Na outra semana da outra vez, o que aconteceu? Nós suspendemos essa descida que é rotineira do barco, por conta desta necessidade das enchentes, e levamos as comunidades tudo isso. Ocorre que quando a gente faz este trabalho de suspender, algumas comunidades até citado na nota de esclarecimento que vai ser citado logo após, comunidades lá como rio Machado não possuem energia elétrica, não possuem também sinal de

internet, rádio, onde a gente poderia estar avisando essas comunidades que muitas vezes andam quilômetros para chegar à beira do rio para pegar o navio, o barco, para pegar esse barco, a gente não tinha como avisá-los, para dizer: “olha o barco não irá agora, porque vai levar esta situação da água e das cestas”. Têm pessoas que precisam fazer sessões de quimioterapia, pessoas que têm problemas cardíacos. Então a gente não pode suspender a todo o momento essa viagem do barco. Houve esta necessidade e este replanejamento para que possamos levar na sexta-feira dia 28, este auxílio às comunidades que estão precisando. Porém, nesta viagem nós poderemos avisar essas comunidades, e justamente: olha, na outra semana a gente vai ter que suspender porque vai ter que atender as pessoas que estão também com necessidade, então a preocupação é geral.

E é isso que a gente tem para falar, viu Deputado. Agradeço demais, isso eu acho muito importante, essa sensibilização com toda a comunidade. Nós estamos aqui olho no olho para realmente o quê? Defender, buscar ações e buscar o planejamento estratégico no sentido de resolver o problema e não ficar todos os anos com a mesma problemática. Muito obrigada. Um beijo a todos!

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigada Secretária. Deixa eu te fazer uma pergunta. Todos nós sabemos que as produções se perderam. E como a senhora falou são 2.800 cestas para o Baixo Madeira é isso?

A SRA. LIANA SILVA – Não. Eu citei aqui, 900 cestas emergenciais, por conta do deserto que deu, questão da licitação passada.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Tem algum plano, depois que essa cheia, vai baixar o rio, todos nós sabemos. Já está baixando, mas, os problemas vão ficar e tem algum plano para a gente dá uma assistência para essas pessoas? Por exemplo: “agora vai dá uma assistência, Marcelo, vai levar água potável, cesta básica”. E daqui a 30 dias e daqui a 60 dias, tem algum plano?

A SRA. LIANA SILVA – Então, o que nós temos em relação a essa questão também, são alguns kits que a gente está providenciando em relação à limpeza, do que está acontecendo agora. São mais ou menos, 663 kits para prevenir essas questões aí. Antes, até para esclarecer também, eu queria que a Fabiane falar um pouquinho em relação a essa questão, mas, citar o que a Dona Nágila, ela falou em relação à habitação, de como vão ficar essas pessoas. Só a título de esclarecimento em relação a isso.

O SR. ADAILTON NOLETO – Eu vou fazer uma intervenção, aproveitando a fala da Fabi e da Secretária Liana. Eu gostaria de saber quais são, eu acho que é até uma resposta para toda comunidade, quais foram as ações que foram levadas a cabo, de todas aquelas proposituras que foram feitas no Plano de Reconstrução, nós ficamos no Hotel Rondon, 5 dias, em junho de 2015, uma cartilha deste tamanho, com a assinatura de gente que nunca nem vi na beira desse rio Madeira. Um monte de nomes, mais de 800 pessoas comendo e dormindo lá no

hotel. Eu quero saber qual foi o resultado disso? Porque esse Plano de Reestruturação passava por uns assentamentos, o pagamento das áreas de terra de Calama, Nazaré, São Carlos, Cujubim. E isso é o essencial. Para nós, eu acho que não tem nem o modelo de moradia. Eu até sugeri que não precisa fazer modelo de moradia. A Emater tem uns modelos muito bons e a Vila DNIT é pegar aquele ali, fazer control ‘c’, control ‘v’. Pega a Vila DNIT, que é o único assentamento, eu acho que é a única compensação responsável que eu vi em toda a minha história de 34 anos em Rondônia. Trabalhei na escola, também, lá na Vila DNIT. Aquele modelo ali, não precisa, pega do DNIT aquilo ali e instala nos assentamentos. Então, nós gostaríamos de saber quais foram, porque a única coisa que eu vi disso, para ser justo, foi que levantaram o greide da BR-364, da Velha Mutum até o Abunã, uns 3 ou 4 metros, para atender as usinas, porque senão estava alagado lá hoje. Só isso. Fora isso, eu quero saber o que mais teve.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Fabiane, só um pouquinho. Só para ir à linha do raciocínio aqui, da questão do Marcelo.

O SR. MARCELO SANTOS – Então, agora chegou à vez aqui do Marcelo falar. O Major Sanches falou com muita propriedade e nós percebemos que 70% das conversas, dos diálogos, fala-se em usina. Primeiramente eu gostaria de parabenizar o nosso Deputado Marcelo Cruz por esta iniciativa. E dizer que muitos falam que não saia apenas de mais uma Audiência. Mas, eu tenho certeza, que eu conheço o trabalho do Deputado Marcelo Cruz, que isso não irá frear aqui. Ele tem compromisso e eu sinto, eu sou morador de Porto Velho, eu sinto no Deputado, que ele tem compromisso também com a nossa população. Nós estamos aqui discutindo sobre os impactos da cheia, que essa era a pauta da nossa Audiência, agradecer aqui a presença da Emater, do Arimatéia aqui; o nosso Deputado Léo Moraes, que saiu, deputado federal; os representantes dos bairros que se encontram aqui presentes, Triângulo, Milagres, todos os representantes dos bairros que aqui estão; a minha amiga Nágila, representando também o Distrito de São Carlos, em que ela levantou demandas, que é a falta dos recursos para os agricultores. Em relação à exclusão do programa habitacional, foram famílias que, em 2014, não tiveram esse acesso ao Programa Habitacional. Não existe, na fala dela, indenização para os moradores atingidos. Eles ficaram aí, desamparados. Cumprimentar o Paulo de Souza, representando o Baixo Madeira - não é, Paulo? 22 famílias do Monte Belo. Muito bem aqui levantado as demandas, em relação à agricultura, essas perdas, que são de fundamental importância para a sobrevivência da população. Eu digo, em relação ao contingenciamento do Baixo Madeira, antes de seguir aqui, já é de interesse do Prefeito de Porto Velho, pelo qual ele externa um abraço a todos, não pode participar e pediu para que eu o representasse aqui em que, de imediato o Marcelo fez uma pergunta após, para a Secretária da SEAS, a Liana, em relação ao que fazer depois. Então, poços serão perfurados nessas localidades porque a demanda, a logística para entrega de água nesses Distritos, nessas comunidades não é fácil. Nós sabemos que uma viagem de barco só comporta quatro mil fardos de água, então, a logística de entrega dessa

ajuda humanitária para o Baixo Madeira é muito difícil. O Alessandro Borges, representando ali Cujubim Grande, ele falou sobre as mesmas situações das famílias que mais de 85% das famílias tiveram suas plantações comprometidas. Então, tudo que estava se falando aqui, eu estava anotando. Ele falou que a cheia é sazonal, todo ano tem aqui em Porto Velho, e políticas públicas deverão ser realizadas para a solução, não é porque todo ano vai acontecer. E essas plantações, essa agricultura, ele falou também da dificuldade de a população se comunicar com a usina, que isso tem prejudicado muito o andamento de todas essas audiências, porque sempre não mandam representantes. Então, em relação às estradas também, o Alessandro falou que ficaram isolados, o acesso e dificulta até mesmo o trabalho da Defesa Civil, nesse período, para levar essa ajuda humanitária. Só para não perder o gancho, existe uma lei que está em vigor, que fala sobre a política nacional de segurança de barragem. Ela foi criada em 2010, regulamentada em 2015, por uma Resolução e a partir daí que as barragens começaram a apresentar o PAE – Plano de Ação de Emergência, que é uma exigência da ANEEL. Então, muitas usinas do País vêm apresentando. Aqui em Rondônia, especificamente Porto Velho, as três de grande porte, como a Jirau e a Santo Antônio fez a apresentação para a Defesa Civil, para os órgãos. Eu entendo que esse Plano de Ação de Emergência tem que se estender para mais órgãos, para a população também, para que ela tenha acesso, não só ficar limitada à Defesa Civil, a estadual, municipal. E nós, para não perder esse gancho também, dessa linha de raciocínio, tem um complemento em relação a esse Plano de Segurança. O que é que acontece? Caso haja uma ruptura numa barragem, o Major Sanches foi convidado, tanto na Usina de Jirau como na usina de Santo Antônio, eu estive presente, o que fazer? Eu acho que é a dúvida de toda população, não é? Então, essa legislação da política nacional de segurança de barragem prevê ações para, caso haja. Foi percebido que o risco é quase zero, mas, o dano potencial é alto. Então, dentro, por exemplo, de Jirau, Santo Antônio; Santo Antônio nós já iremos, após terminar esse período chuvoso, trabalhar junto com a Usina de Santo Antônio, em relação Zona de Autossalvamento, que é o ZAS, chamado ZAS. Nós iremos cadastrar todas as famílias, numa área de propagação, por 30 minutos, as famílias que ali residem deverão ser cadastradas, treinadas através de simulação, caso haja uma ruptura de barragem. E dentro do ZAS, que é a Zona de Autossalvamento, a Defesa Civil irá, juntamente com a usina, fazer a rota de fuga, ponto de encontro para que toda essa população, e saber quem é que está lá naquela localidade, nessa Zona de Autossalvamento, se existe crianças, idosos, deficientes, e ações de emergência, caso haja uma ruptura isso aí está sendo estreitados os laços. Então, primeiramente, é o PAE, o Plano de Ação de Emergência. As três usinas, como o Major falou também chegou, duas apresentaram, apenas a de Samuel não apresentou, mas, as outras duas apresentaram para as Defesas Cíveis, para os órgãos de proteção. Então, continuando, o Cabo Moura falou também, ele está defendendo o Médio Madeira, ele levantou a demanda das terras. Para a gente só deixar bem claro aqui, as demandas anteriores, as terras em que o Estado adquiria para fazer o reassentamento das famílias. Para a gente verificar, Deputado Marcelo, até onde ficou parada a continuidade em relação a essas terras. Porque,

como nós bem falamos, a questão de cheia em Porto Velho, é sazonal, todo ano nós temos. Nós temos que resolver o problema das famílias. Não ficar todo ano levando cesta básica para quem não está em terra firme, mas, temos que resolver esse problema. Então tem que ver até onde parou a questão da aquisição dessa terra do Estado, em que se anda isso daí. Falou também que as famílias perderam suas plantações. O Alan França, região do Abunã, o Alan, falou com muita propriedade em relação às famílias que também tiveram sua agricultura comprometida que o forte de lá é a Agricultura, não é Alan? Em relação os ramais da Penha, em relação à situação do DER para dá mais ênfase, lá tanto Penha também como o São Sebastião, é São Sebastião.

Deputado Léo Moraes tomou a palavra, falou também em relação aos recursos, Deputado Marcelo, os recursos advindos, recursos federais eles precisam ter critérios, por exemplo, nós estamos ainda no estado de alerta, nós não passamos para uma fase que é a situação de emergência, logo o caso necessite decretar situação de emergência, esses recursos federais eles poderão ser adquiridos pelo Estado como foi em 2014 e repassado para o município para as ações de resposta, também de reconstrução e tem um prazo de 90 dias e pode ser prorrogado por mais 30, é isso Fabiane, mais ou menos, não é 30 dias, com essa situação de emergência e espero que nós, esse ano 2019, não precise decretar situação de emergência porque como o Deputado mesmo falou, o rio irá descer e o que fazer nessa questão do acompanhamento pós-enchente.

Então, nós temos aqui o nosso amigo Geovane, do MAB, que vem levantando as questões da cheia que é recorrente; o Rodrigo Andrade, que é o Presidente do Bombeiro Civil, que saiu; mas, é bom saber, Deputado Marcelo, que nós podemos contar com eles, caso precise já deixou aqui; a professora Marie, muito obrigado, Diretora da Escola falou com muita propriedade em relação às Políticas Públicas, o Projeto para mudar a vida da comunidade, nós temos a questão do turismo que no Baixo Madeira, ele pode ser muito daqui para frente com essas Políticas Públicas em relação aos recursos federais sendo pleiteado para os barrancos, as margens que vem, o fenômeno Terra Caída, foi falado que o rio Madeira é um rio jovem e está em formação, mas quem anda no rio Madeira, o Deputado Marcelo, tem andado muito e sabe que certos Distritos como Nazaré, São Carlos, Calama, está caindo toda a frente. Então, porque não pleitear recursos federais para fazer a questão do enrocamento, de contenção igual está sendo feito aqui no Complexo Turístico na revitalização da Estrada de Ferro para que possa frear, diminuir essa erosão, porque ali existem famílias tradicionais que há muitos anos moram ali e se perguntar, Deputado Marcelo, se os moradores do Baixo Madeira querem vir para a cidade, eu acho que 90% não querem, se tiver 10% eu acredito que é muito, é a mesma situação de São Carlos. São Carlos, a população não quer sair de São Carlos, à população quer resolver o problema para ficar nas suas origens porque gostam e amam aquele Distrito e as suas localidades.

Agradecer ao Fadrício, ao Dr. Fadrício, da OAB, muito bem explanado, o Vereador Tiãozinho, muito obrigado também Vereador Tiãozinho, agora que está assumindo os trabalhos e já começou muito bem, Vereador, eu estou acompanhando o seu trabalho, a sua luta, é Aliança, é o Professor Adailton, o

Adailton também falou com muita propriedade em relação aos Portos, estávamos discutindo muitos problemas limitados em usina, mas, o funcionamento dos Portos também é de fundamental importância para que o Ministério Público tanto Estadual e Federal façam a cobrança em relação esse funcionamento, esses alvarás.

Eu ouvi uma fala sua e eu não fiquei incomodado, mas, se na minha gestão acontecer eu tomarei providência em relação agressão verbal de funcionários da Defesa Civil, que no momento de fragilidade da comunidade, dos ribeirinhos e ficar atendendo ribeirinho, em 2014, exatamente, isso aí é inadmissível e se chegar ao meu conhecimento eu tomo providências cabíveis, vocês já sabem o meu jeito de trabalhar, eu não gosto dessas injustiças, eu trato todo muito bem com educação para não ter esse problema.

A SRA. MARIE VALADARES – Senhor Marcelo, só em relação essa questão. O que nós percebemos em 2014 é que existia um número muito pequeno de servidores para atender uma quantidade muito grande das comunidades ribeirinhas e todos estavam numa situação de estresse muito alto, então, a minha sugestão é que na verdade, até para não sobrecarregar também essa servidora que está atendendo que é um ser humano, diante de situação de estresse, eu mesma, sou uma pessoa super tranquila, super calma, mas, eu em algum momento perdi a paciência, assim, até pela situação de estresse, é normal. Então, eu acho assim, que esses servidores, você tem que se sobrecarregá-los menos também, que eu acredito que é uma das causas que eles acabam entrando nesse momento estressante, que não sobrecarregue também tanto essa pessoa que está atendendo, ver esse outro lado.

O SR. MARCELO SANTOS - Exatamente. Foi bem comentado pelo nosso Deputado Marcelo Cruz, em que a Defesa Civil, ela é uma Coordenadoria e antes era uma Secretaria e tem um efetivo muito, digamos assim, reduzido para atender as demandas do Alto, Médio e Baixo Madeira e nós conseguimos ainda atender, mais uma coisa que eu não aceito é destrato com a população, eu estive pessoalmente lá em São Carlos e quando todos estavam na fila lá, eu, aquela fila imensa para receber os benefícios, eu colocava as prioridades, os idosos na frente, pessoas com criança de colo, saia servindo refrigerante, perguntando se estava bem e eu gosto desse atendimento e eu não gosto desse tipo de atendimento para a população, principalmente a população que está passando por isso, uma situação de vulnerabilidade e ainda ser atendido ainda com destrato.

Meu amigo Bosco, agradecer a presença, ele já deu uma saída, ele falou sobre agricultura familiar, adquirir área em terra firme que já está sendo visto anteriormente pelo Estado. Osvino, agradecer também, ele falou sobre as demandas, as famílias relocadas de Calama, a área que seria para relocação das famílias, inclusive a Defesa Civil Municipal, ajudou a SEAS fazer esse cadastramento dessas famílias, para que elas possam ir para um local seguro.

O meu amigo Major Sanches, falou com muita propriedade da nossa visita a usina de Jirau, não foi uma vitória, não é isso Major? Não foi uma vitória, foi uma visita, nós fomos convidados porque estava notícia em mídia, em redes sociais

que a usina iria se romper, aí colocaram, postaram muitos vídeos na internet, vídeos lá de 2014, 2015 e nós na oportunidade fomos com os técnicos, tanto o Major Sanches, a Defesa Civil Estadual foi com engenheiros, técnicos e eu também levei engenheiros da Defesa Civil, fizemos sim uma vitória acompanhada primeiramente recebemos uma aula, uma explanação do funcionamento da usina, depois fomos para a margem esquerda que são 22 unidades geradoras e o seu subsolo, depois para a margem direita com 28 unidades geradoras também como seu subsolo. E no vídeo lá evidenciava lá um vazamento na casa de força, mas, só que lá dizia que iria romper e não tem nada haver com barragem, não tem nada haver com barragem. Ali era um problema meramente mecânico, não tivemos como saber se era na usina de Jirau, não tinha como a gente perceber, mas, nós verificamos que na casa de força é feita por concretos maciços, uma estrutura muito forte e às vezes, acontece que na junta, é chamada junta deslizante, pode se encontrar vazamento, vazamento até forte, só que a usina, ela é controlada por um sistema informatizado, que é chamado: SIBA e quando é identificado esse problema, essa anomalia, o quê que eles fazem? Eles fazem a intervenção, eles desligam aquela unidade geradora, fecha-se a montante, fecha-se a jusante, faz o reparo, troca, faz a intervenção que eles chamam, troca aquela junta deslizante e depois ela volta a funcionar e faz também a drenagem da água onde houve esse vazamento e volta a funcionar. Então, é uma situação meramente mecânica em que a pessoa fez lá um vídeo e postou que estava rompendo ali as barragens. Então, eu não sou...

A SRA. MARIE VALADARES – Inclusive, eu acho que essa pessoa que fez esse vídeo, ela tem que começar responder por esse ato que é muito grave e que deixa muitas pessoas nervosas...

O SR. MARCELO SANTOS – A população ribeirinha.

A SRA. MARIE VALADARES - Pessoas idosas passam mal, ficam agitadas, quer dizer, eu acho que uma pessoa dessa, ela precisa ser punida, ela não pode chegar irresponsavelmente e divulgar uma notícia dessa e as comunidades que tem que passar por isso...

O SR. MARCELO SANTOS – Concordo plenamente, porque existem pessoas idosas, pessoas que têm problema cardíaco e recebe uma situação dessa, teve famílias aqui do Bairro Triângulo, que saiu, achando que realmente a água estava chegando na casa dela pela notícia que estavam passando. Primeiramente também eu quero dizer que eu não sou defensor e nem advogado de usina, mas, eu e o Major Sanches, estivemos lá, tivemos informações e eu sou de Porto Velho, eu quero o bem para a nossa população, é claro que fiscalizações de quem é competência, no caso da ANEEL, deveria existir com mais frequência, mas, é isso que nós temos para dizer em relação da usina e nós temos aí em relação ao barco da SEAS, nós entendemos porque existe "N" problemas do Baixo Madeira, mas, o bom é que nós sabemos, Deputado Marcelo, que essa água irá nesse final de semana, e essa sexta, essa ajuda humanitária irá. Porque é plausível em relação

a justificativas que eles fizeram, porque também estava atendendo uma comunidade ribeirinha. E nós temos aí já uma ajuda muito grande do Barco Deus é Amor, é um barco que comporta muito em relação à água que se levar outro de pequeno porte não comportaria esse material todo. E a SEAS, tem nos ajudado muito, e com certeza, nós iremos levar essa ajuda humanitária nesse final de semana para tanto o Distrito de Calama, e também demarcação e suas respectivas comunidades, e as comunidades que faltaram também de Nazaré, Tira Fogo.

A SRA. MARIE VALADARES – E a Boca do Jamari, Marcelo. A Boca do Jamari vai ser? Já foi não é?

O SR. MARCELO SANTOS – Boca do Jamari, já foi atendida uma vez, e já vai ter que, só que eu vejo a necessidade de ser atendida já a segunda vez. Porque logo no início, elas foram atendidas com água e cesta.

A SRA. MARIE VALADARES – Somente por causa da água não é?

O SR. MARCELO SANTOS – Exatamente, lá eu vejo por quê? São Carlos é um Distrito que tem como adquirir caso precise, agora já a Boca do Jamari, tem que estar atravessando, e eu vejo uma vulnerabilidade maior ali na Boca do Jamari, e eles serão atendidos novamente também que eu vejo também a necessidade. E nós temos aí, Tira Fogo, nós temos aí Pombal, Conceição da Galera, Catarina, todas essas comunidades serão atendidas agora nessa próxima descida. E nós temos que lembrar também do Alto Madeira, nós temos aí Fortaleza do Abunã, também que foi afetada, impactado. E eu quero dizer para vocês, que nós fizemos todo o monitoramento, tanto a Defesa Civil Estadual, que fez a sala de situação para medidas cabíveis, acompanhando o nível do rio, os prognósticos futuros. O Major Sanches, sempre preocupado, mas, a limitação dele, não é apenas em Porto Velho, é o Estado todo. Então, junto com a Defesa Civil Municipal, nós temos tomados aí planejamento para as ações de resposta para o Baixo Madeira. Nós fizemos sim, um sobrevoo, eu fui com o Major Sanches, ele é piloto, vocês não sabem, ele é piloto. Quando eu o vi pilotando, eu fiquei até com receio no primeiro momento, mas, aí depois, eu vi que ele tinha segurança ali na aeronave. Nós fizemos relatório aéreo, fotográfico, porque precisa, caso vá para uma fase seguinte em relação a decreto de emergência, precisa desse relatório aéreo, fotográfico para ver famílias atingidas, prédios públicos, postos de saúde, igrejas, escolas, nós tivemos que fazer esse relatório fotográfico aéreo, foi bem feito.

Então, caso precise futuramente, isso aí está sendo alimentado no S2ID, pela Defesa Civil Municipal, Estadual, e todo o planejamento está sendo feito tanto pela Defesa Civil Estadual, como a Defesa Civil Municipal.

A SRA. LIANA SILVA – Eu gostaria só de retificar aqui a data. O barco, ele vai sair na sexta-feira, dia 29, está certo? Vão abastecer dia 28 e 29, ele vai descer o Madeira.

O SR. MARCELO SANTOS – Deputado Marcelo, antes de terminar a minha fala, me desculpa. Eu quero agradecer

imensamente a nossa Secretária, a Luana Rocha, que de pronto atendeu o nosso pedido, a Fabiane, a Liane, também Secretária Adjunta da SEAS, ao Governo do Estado, por estar junto com a Prefeitura nesse momento. O Coronel Marcos, que eu tenho amizade pessoal com ele; sei do trabalho, do potencial que ele tem. E eu tenho certeza que essas ações, o que estava para trás do Governo anterior, em relação ao terreno tanto de São Carlos, como essa desapropriação de Calama, ele vai dar seguimento agora, não irá parar por aí, porque nós estamos em outra gestão. Aí é como o Deputado Marcelo falou, ele quer se inteirar do que está para trás em andamento, para a gente corrigir, e agora não sair apenas de Audiências, mas, a gente levar adiante.

O SR. ALAN FRANÇA – Só fazer uma intervenção Marcelo. O senhor acabou de informar, Marcelo, em seu posicionamento, sua palavra, que Fortaleza do Abunã hoje está atingida com a cheia.

O SR. MARCELO SANTOS – Sim.

O SR. ALAN FRANÇA – O senhor tem esse documento, relatórios, com as informações e a população pode ter acesso a isso?

O SR. MARCELO SANTOS – Tem sim. Esses dados a gente informa tanto ao Estado, também como a gente alimenta no S2ID. Nós temos aí em Fortaleza do Abunã, famílias que estão desabrigadas, que estão na escola, é aquela rua lá daquela escola, principalmente aquela primeira.

O SR. ALAN FRANÇA – Eu sei, eu conheço.

O SR. MARCELO SANTOS – Aquela rua que você conhece lá.

O SR. ALAN FRANÇA – E vocês informaram também a própria, o consórcio Santo Antônio que é, Santo Antônio, Consórcio acima, de Jirau?

O SR. MARCELO SANTOS – Bom, nesse primeiro momento não, porque, esse relatório é o relatório final, pós-enchente. O que nós precisamos é atender prioridade, que a Defesa Civil, ela trabalha com a situação do risco, de retirar a família, colocá-la num local seguro, para que ela não corra risco.

O SR. ALAN FRANÇA – O meu questionamento Marcelo, a partir do momento como um órgão público, vocês, informar que a cota está sendo atingida lá em cima na Fortaleza do Abunã, mas, acima do que Abunã, isso demonstra a responsabilidade do próprio consórcio, e vocês como unidade pública, vocês têm que notificá-los, para eles atribuírem a responsabilidade social. Porque está sendo atingindo acima do que era o projeto que eles estão colocando.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO – Especificamente Alan, sobre a região ali. O que ocorre é que há um problema até para se conseguir chegar a dizer até aonde é e até onde não é influência, porque o reservatório chegou a ser baixado como medida protetiva da BR, há um gráfico, uma curva de proteção

em relação a isso, inclusive o reservatório chegou a ser baixado da usina de Jirau, mas, nem por isso diminuiu o nível do rio em Fortaleza do Abunã, o que ocorre é que lá o nível do rio em si foi exatamente o que ocorreu também em Nova Mamoré, o rio em si especificamente lá em Nova Mamoré, o rio Beni; e lá em Fortaleza do Abunã, o rio Abunã foi que chegou numa cota do próprio rio que alagou ali, isso não é necessariamente a questão do reservatório em si, ou seja, o nível do reservatório em si ali, embora seja muito difícil a gente chegar dizer até onde...

O SR. ALAN FRANÇA – Mas Sanches, concordo com tudo que você colocou, mas, ao mesmo tempo eu discordo, porque a partir do momento que o empreendimento instalou nas unidades ali tudo que estiver acima é atribuição, é responsabilidade deles, e tudo ao mesmo tempo que você também eu discordo quando você falou que o nível natural do Baixo Madeira que vai acontecer e até a cheia ou não, que a própria diretora também questionou negativamente balançando a cabeça, independente, porque quando chove lá e a água desce, a variação, um dia você vê aqui, eu estou falando porque eu conheço bem, você está na barranca do rio de manhã, às 9:00 horas da manhã quando der 10:30 da manhã o rio está com 1 metro de altura acima, eles fecham a comporta e segura a água e isso eles vão regulando lá em cima, da mesma forma, eu imagino, quando acontece isso, vem uma chuva mais forte eles simplesmente abrem a comporta que já tem informação que está vindo água e está vindo essa vazão vindo de uma forma acelerada, acontecendo tudo isso no Baixo Madeira. Eu estou questionando essa questão vai ter enchente sim ou não, eu discordo desse posicionamento, mas do seu posicionamento o que tiver da responsabilidade da cota Santo Antônio para cima, os dois consórcios têm que ser responsabilizados por isso, é nítido, falando agora como um ser humano, como um que ia para Fortaleza do Abunã no período de verão, e, nós tínhamos praia e você vai hoje, no verão e não tem praia, significa que atingiu acima do que estava projetado 30 km, 30 não, 60 km acima o rio Fortaleza do Abunã, entendeu, e eles só fizeram estudo até na ponte. Então, o meu questionamento é isso, então a partir do momento que o Marcelo informa aos consórcios: “olha, a cheia está aqui e está sendo atingido lá em Fortaleza do Abunã”, e são documentos comprobatórios públicos, oficiais que demonstram que os dois consórcios não estão cumprindo com as cotas.

O SR. MARCELO SANTOS – Exatamente. Alan, a cheia é feito um relatório final e as comunidades, por exemplo, do eixo da BR que é o Alto Madeira, os atingidos serão encaminhados, também cópia desse relatório para as usinas. Aqui na usina de Santo Antônio, a gente tem um problema de desbarrancamento no bairro Triângulo, as famílias tradicionais, mas, nós sabemos que a usina daqui a gente está vivenciando tragédias e acidentes, desastres, aliás, como vivenciamos em Brumadinho, lá é rejeito de minério, aqui é totalmente atípico em relação à usina aqui de Porto Velho, lembrando que aqui em Porto Velho a usina é fio d'água, é fio d'água, não é de reservatório, ela não foi fabricada para segurar em relação a reservatório, o que entra na usina; aqui vamos colocar de Santo Antônio que é chamado de afluente, é a mesma que sai que é chamado de defluente, é a mesma que sai que é chamada de defluente, o

que acontece é claro que o rio está em formação, o rio está em formação, eu não estou querendo dizer que sou defensor da usina não, mas, existe a questão de cheia natural, isso aí é indiscutível. Então no território boliviano, no Beni, Madre de Dios, as quatro bacias Mamoré e Guaporé que formam aqui o rio Madeira, então essa água que...

A SRA. MARIE VALADARES – Só uma pergunta, o senhor acha então que é uma coincidência que após a construção das usinas nunca mais nós tivemos o mesmo nível do rio madeira, que está sempre acima do que acontecia antigamente? O senhor interpreta isso como uma coincidência?

O SR. MARCELO SANTOS – Não, não, existem as outras cheias anteriores como a cheia de 97 que foi totalmente natural, as outras cheias anteriores, eu não estou aqui defendendo as usinas, o funcionamento das usinas, jamais, eu não quero que vocês entendam isso, o que acontece? O rio está em formação, esse fenômeno de Terras Caidas é predominante na região Norte, então enquanto ele não encontrar o seu leito, as margens do rio vai, agora o funcionamento da usina eu não sou especialista para querer dizer esse desbarrancamento tem, assim, diretamente a ver com o funcionamento da usina.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – A gente vai marcar outra audiência para a gente discutir diretamente isso. Obrigado Marcelo. Vamos ouvir aqui a Fabiane rápido e eu quero ouvir também o José de Arimatéia ainda também. Vamos ouvir a Fabiane.

A SRA. FABIANE PASSARINI - Inicialmente com relação à questão do plano de reconstrução que foi feito em 2014. A maioria dos pontos eu não tenho como dá informação, porque ele é um plano que perpassa quase todas as Secretarias do Governo do Estado. Algumas coisas, de repente, até o Major Sanches pode colocar de algumas demandas que foram criadas com o plano de reconstrução e que foram aplicadas e que estão sendo feitas. Talvez não visível aqui em Porto Velho, mas, nos outros municípios que foram impactados. Mas, assim, o que cabe a Secretaria de Assistência, acho que talvez possa ter alguma informação a mais em relação às áreas desapropriadas, que realmente foram desapropriadas, isso é fato! Em 2014 foi uma desapropriação muito rápida, eu acho que, acredito que em função da situação de calamidade pública não foi feito um estudo bem apurado com relação à localização destas áreas. Foram desapropriadas as cinco áreas em nome do Governo do Estado e o município também desapropriou duas. Então o município também tem duas áreas desapropriadas em função da enchente de 2014. As que o Governo do Estado desapropriou, uma fica em Calama, realmente em uma área propícia a um reassentamento, é uma área muito boa, uma área alta, eu conheço, que eu já estive lá. E tem uma em Nazaré; uma na Fazenda Bom Jardim ali próximo a área de Bom Jardim, uma aqui na área mais próxima, área urbana. E tem uma que foi desapropriada em São Carlos, que talvez, acho que é o maior interesse de vocês é a questão de São Carlos, só que esse decreto de desapropriação foi anulado, porque ele ficou em cima de uma área que é uma área que pertence a União, então hierarquicamente o Estado

não pode desapropriar uma área que pertence a União. Na época até foi feito um estudo com relação ao valor para indenização, inclusive, foi um valor muito baixo, o proprietário que, inclusive, ele é um assentado da Reforma Agrária porque essa área fica dentro de um projeto de assentamento do INCRA, ela não é uma área do Terra Legal, ela é uma área do INCRA, e aí não foi possível dá continuidade, então este decreto foi anulado, ele não tem mais vigência, então não existe nenhuma área respectiva para a questão de São Carlos, em nome do Governo do Estado, eu não sei se o município tem alguma situação. Se houver realmente esta situação de remover o Distrito, tirar ele; trazê-lo para a margem direita. Aí tem que ser reiniciada essa discussão conjuntamente com o município que na época não foi feita de uma forma muito clara. Até quando eu peguei os processos para fazer a verificação, parecia era que o Estado tinha que fazer todo um procedimento, o que não pode do ponto de vista legal, porque é um impacto no município, então tem que ser uma ação em conjunto. Então com relação a São Carlos não há nenhuma área do Governo do Estado para realocar as famílias da área de São Carlos ou dali da Boca do Jamari. Então isso é uma situação que já está bem definida, até conversei com os meninos da Comissão, infelizmente o processo não foi dado andamento, a Comissão que foi feita na época de avaliar e escolher a área; escolheu uma área em que o Estado não poderia ter feito nenhum termo de desapropriação. Então com relação a São Carlos...

A SRA. MARIE VALADARES – Chegou a vir recursos para a indenização desta área lá de São Carlos?

A SRA. FABIANE PASSARINI – Não. Essas áreas as indenizações foram pagas com recurso do Governo do Estado, não foi paga nenhuma com recurso federal, da União não, foram todos com recurso do Tesouro Estadual.

O SR. ADAILTON NOLETO – Senhora Fabiane, eu quero só que você me diga se vocês têm conhecimento daquela área do Bom Jardim, os 1.600 hectares desapropriados e pagos pelo Governo de uma ocupação que está tendo lá. Está tendo uma ocupação, lotearam aquele terreno. O companheiro Severino lá de Mutum falou isso para mim, está lotando de gente lá. Se vocês estão tomando providência ou vão esperar isso para quando? Quando é que o Governo do Estado vai mandar alguém lá investigar isso, porque a área é dos ribeirinhos, vai ser outro problema, se vocês não cortarem o mal pela raiz agora, quando for procurar terra vai dá mais problemas. Eu estou só colocando isso. O companheiro Severino não pode estar aqui, ele esteve em Brasília tratando deste assunto lá em Brasília, um militante que é lá da comunidade de Mutum, foi isso que ele passou para mim.

A SRA. FABIANE PASSARINI – Eu vou verificar com a SEDAM essa questão da área de Bom Jardim. A área de Bom Jardim por se tratar de uma área de Zoneamento 2, a gente não pode fazer qualquer tipo de loteamento lá, então provavelmente vai ser transformada em uma RDS, que é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que as famílias podem estar dentro da Reserva, elas serão acompanhadas pela SEDAM, mas, são estudos que estão sendo feitos pela SEDAM. Assim,

das cinco áreas, então a consciência que a gente tem, a gente tem quatro áreas, a gente está em duas frentes dentro do Governo do Estado nesta nova gestão. A primeira é regularizar estas áreas no ponto de vista do imóvel, porque o Estado desapropriou, ele indenizou, mas, ele ainda está regularizando a questão cartorária de incorporar o patrimônio do Estado. E a segunda frente seria com relação à destinação destas áreas. Também tem outra frente estudando como poderia ser feito isso.

Essa gestão está analisando bem essa situação destas desapropriações, uma vez que todos estes processos, até vocês comentaram da questão se houve irregularidade, se houve superdimensionamento de valor, essas coisas. Eu já informo para vocês que todos esses processos estão na 5ª Promotoria do Ministério Público está sendo analisada a questão de improbidade e tudo. Então a gente também está aguardando este retorno do Ministério Público para ver quais são os encaminhamentos que vão ser tomados. A gestão do Governador Marcos Rocha está tomando muito cuidado com relação às desapropriações, porque tem sido feita toda uma situação de análise destes processos, o que é possível fazer, o que não é. A priori está sendo realmente feita esta questão da regularização, uma vez que o Estado desapropriou, então ele indenizou, então esse imóvel passa a ser do Estado. Com relação à destinação, a gente está estudando essas questões para ver como é que seria. Acredito que uma das que está mais avançada, seria a questão de Calama, que é uma área bem tranquila de se lidar, até do ponto de vista fundiário. Nazaré está sendo negociada com o INCRA, porque também o Estado fez a desapropriação lá da área, mas, é uma área que pertence ao INCRA, é uma área que faz parte de um PDS, um Programa de Desenvolvimento Sustentável do INCRA. O INCRA já entrou em contato, já vai ser regularizado e a gente vai ver essa possibilidade se esse terreno vai ficar com o Estado, se vai passar para o município, porque é uma área que pertence ao distrito. Então, o ideal, talvez, seria que ficasse com o município, para o município regularizar, porque ele teria, porque esses dois distritos, tanto Nazaré e Calama estão... Calama está dentro de uma área particular, embora um distrito oficial do município, mas, ele é todo numa área particular. Então, ninguém lá tem documento de área, ninguém tem nada. Nazaré também é uma área de um PDS do INCRA, também, mesmo sendo oficial do distrito, oficializado pelo município como distrito. Então, a gente tem que regularizar todas essas questões fundiárias. É importante que as famílias entendam que essas áreas também ficaram distantes da margem do rio, até por uma questão de localização, de segurança, de impacto, então a gente precisa também de todo esse convencimento da população. Porque, por exemplo, eu estive em Calama. A gente visitou família por família ali no bairro São Francisco, ali embaixo, que são as famílias mais impactadas e a maioria não queria mais sair dali. Pode ser que em função deste ano, como encheu novamente, talvez agora elas já tenham um novo pensamento: "não, realmente, a gente precisa sair dessa área que constantemente pode ter impacto de cheia, então eu tenho que ir para uma área mais segura". Mas a gente sabe que tem todo um sentimento, não é? Enquanto está sendo afetado, as comunidades querem sair. Aí, quando passa aquele período de estiagem, que seca tudo, ela já revê esse sentimento e já não

querem sair de onde estão. Então, a gente tem todo um trabalho muito grande de convencimento, de preparo, de organização dessas remoções.

O SR. ADAILTON NOLETO - Eu queria só te apresentar uma novidade aqui, que é importante, já que você está contando com aquela área que está ocupada. E até aqui, o Maravilha, o Cristiano do ICMBio lá, da Reserva Cuniã, Coordenador, ele pediu ampliação da Reserva. Sabe o que é que aconteceu? O Governo Federal, agora, em dezembro, decretou mais 19 mil hectares de terras para o Cuniã, ela vai chegar até aqui perto da ponte. Pode inviabilizar aquele assentamento. É preciso vocês verem o pessoal do Instituto de Terras de Rondônia a respeito disso.

A SRA. FABIANE PASSARINI – A questão aqui dessa área da Gleba Maravilha, é uma área bem mais delicada. Aquela área ali, a gente está tomando mais precauções ainda, em função de várias coisas que estão surgindo, inclusive nas análises processuais dessa área. Essa área está em tomada de conta especial, então têm várias situações sendo tomadas aí neste novo Governo para se respaldar com relação àquela região. Até porque ela foi desapropriada como urbana e ela é rural. Ela não está dentro da margem de expansão urbana do município, então a gente está vendo como é que vai ser esse procedimento.

O SR. ADAILTON NOLETO – A outra é muito mais próxima do Cuniã, a do Mutum.

A SRA. FABIANE PASSARINI – Então, a de Bom Jardim é que a gente está revendo. Eu vou falar com o pessoal da SEDAM agora, quando a gente sair daqui para ver essa questão. Até porque ali tem muita fiscalização da Polícia Ambiental, porque está dentro da área de limites ali da Reserva, não é? Então, eles estão sempre visitando, estão sempre ali. A gente vai verificar com eles como é que está essa questão dessa invasão.

O SR. ADAILTON NOLETO – Eles estão dentro da reserva mesmo.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Depois você troca uma ideia com ele ali. Está bom?

A SRA. FABIANE PASSARINI – Então, assim, só com relação às habitações, que a Nágila colocou. Realmente, assim, a maioria das demandas que a gente teve para realocar aqui em Porto Velho foi de São Carlos. Até porque, pela proximidade, pela estrada, a maioria das famílias vai e vêm. Algumas famílias foram beneficiadas pelo Programa Habitacional, alguns, inclusive deixaram o imóvel e voltaram para São Carlos. Até porque a vida deles é lá. Eu acho que essa vontade de vir para a área urbana acabou não dando muito certo. Algumas famílias não, realmente se instalaram aqui, estão trabalhando, reconstruíram a vida aqui. Não é o caso de todas, mas, a gente tem algumas famílias que abandonaram o imóvel e voltaram. Eu recebi alguns pedidos de estar inserido no Programa Habitacional aqui, mas

quando eu fui verificar, não era família cadastrada e numa análise mais profunda, nós fomos verificar que eram filhos de pessoas que queriam continuar morando em São Carlos, mas, queriam ter um imóvel aqui só para os filhos ficarem voltando. Aí, a gente já anulou. Mas, existem alguns pedidos que ainda estão sendo analisados pelo Banco, e a gente ainda vai beneficiar algumas famílias que requereram. Mas assim, por cautela, a gente só pediu comprovação, de que realmente estava morando em Porto Velho, que estava reconstruindo a vida aqui, que essas crianças estavam estudando, para a gente não ter esse impasse novamente, de conceder o imóvel, a família não se adaptar e retornarem ribeirinhas e a gente ficar com esse problema, com imóvel vazio. Essa família nunca mais vai poder ser beneficiada com o Programa Habitacional, porque ele já vai para o cadastro nacional. Então, até para evitar esse impacto com a própria família.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Obrigado. Vamos ouvir agora, rapidamente, José de Arimateia. E já na sua fala é o último a falar, em relação ao Alessandro, já falou da questão do financiamento, para ver o que é que a gente pode fazer por esse povo.

O SR. JOSÉ ARIMATÉIA – Deputado, quero agradecer mais uma vez e parabenizar e dizer que a EMATER, como órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia tem dado apoio naquilo que é possível para atender e levantar as demandas existentes na área rural. Naquele momento, em 2014, a gente fez um levantamento, a EMATER fez um levantamento das perdas existentes no setor agropecuário, no setor agrícola em cada setor desse aqui. Realmente os números foram muito alarmantes. Naquela época, teve um prejuízo aí de R\$ 126 milhões, dentro desse levantamento que a gente fez, com base em depoimento dos próprios agricultores. Então, um prejuízo muito grande e ali teve perda também de animais, aves, suínos, enfim, foi muito grande. Este ano a gente não fez esse levantamento ainda, mas, a gente quer colocar a EMATER à disposição de todos os órgãos aqui, aquilo que for preciso o apoio com a Defesa Civil, com a SEAS, nós temos uma parceria muito forte aqui, porque o Governo do Estado é um só, no caso, a SEAS, no caso da Secretaria de Agricultura. Naquele no momento foram compradas algumas sementes, via Secretaria de Agricultura do Estado, semente de hortaliças, feijão e milho, mas, a gente sabe que não consegue retribuir, não consegue retomar aquilo que era antes, como no caso, tinha muito açaí, tinha muita mandioca, muita coisa, muita produção que não voltou ao normal, nesses 04 anos. Então, mas a gente se coloca à disposição, Deputado. Dizer que a questão do financiamento, a gente pode trabalhar, na verdade quem pode ter e quem tem a competência de falar sobre isso e dizer o que é que pode ser feito são os agentes financeiros, porque eles são... O Banco da Amazônia, o Banco do Brasil são os agentes financeiros que mais estão na linha de frente desses financiamentos, mas, a EMATER, como órgão oficial de assistência técnica, a gente pode sentar com eles e ver essa situação levantada. Nós sabemos, hoje, por exemplo, pegar

como exemplo o Baixo Madeira, 100% dos financiamentos o pessoal está inadimplente. Não porque queiram estar inadimplentes, mas, porque não têm condições de pagar. E essa situação que foi levantada pelo Banco da Amazônia, e levou para a gente, e a gente sabe da realidade é devido às condições financeiras do agricultor, porque ele não está produzindo, como é que ele vai pagar? Então, tem toda essa situação que a gente está levantando, mas a EMATER está na linha de frente, está na defesa porque nós só existimos porque existe o agricultor familiar, porque existe o ribeirinho, porque existem os quilombolas e esse é o nosso trabalho.

E dizer, Deputado, que a gente conta com o senhor como parlamentar aqui desta Casa, para dar esse apoio para a Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMATER se coloca à disposição para a gente sentar num momento específico, e está trabalhando a Assistência Técnica do nosso Estado, a EMATER está a sua disposição, à disposição da Assembleia e a gente quer essa aproximação. Pode até parecer que o senhor não é do setor, mas a gente quer o senhor junto com a gente nesse setor, porque nós sabemos que Rondônia tem mais de 100 mil agricultores familiares. E desses 100 mil, eu tenho certeza que mais de 50 têm necessidade real de uma assistência técnica específica. E a gente está na linha de frente, esperando o apoio de todos vocês para a gente entender essa necessidade. Lógico que o assunto aqui é específico, a questão dos ribeirinhos e nós estamos à disposição. Dizer aqui para o Alan, que nós somos parceiros e qualquer demanda que tiver nesse nível que você pediu, a gente está à disposição para trabalhar. Eu acredito que isso é muito importante, essa reivindicação, e, esse momento é o momento oportuno de a gente estar traçando e ver as competências de cada entidade trabalhar. A EMATER se coloca à disposição para qualquer tratativa que possa trabalhar isso aí.

O SR. ALAN FRANÇA – Na verdade, eu queria só, na presença do Deputado, para ele reiterar esse pedido desse levantamento do solo na região, lá dos agricultores, produtores, porque afeta aqui também a população. A produção de abacaxi caiu, eu acho que você tem o levantamento de 10 anos, era um dos maiores produtores de abacaxi da região, ali na Vila da Penha. O Vereador é conhecedor, hoje não tem mais. Tudo por causa do encharcamento do solo. Então, se a EMATER pudesse fazer um levantamento na região para salientar. Então, eu queria colocar aqui para o Deputado colocar isso como pauta para pedir para a EMATER, eu de antemão já lhe agradeço também, Secretário.

O SR. JOSÉ ARIMATÉIA – Ok. Só para fechar aqui, eu queria parabenizar toda essa equipe que trabalhou hoje aqui, que deu os seus depoimentos. Eu acho que foi muito rica essa participação de todos vocês nesta Audiência Pública. Mesmo a gente participando de várias audiências, mas, sempre traz mais informações. Eu acho que é muito válida essa iniciativa, e a gente só tem que realmente ter novas tratativas, pontuar toda essa situação e pautar para as nossas próximas oportunidades que a gente tem de estar tendo um caminho, ter saídas para que resolva essa situação aqui pautada. Quero parabenizar e

agradecer em nome do nosso Presidente Luciano Brandão, que não pode estar presente. E dizer que a EMATER está à disposição desta Casa de Leis e de todos vocês agricultores. Obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Muito obrigado, obrigado pelas palavras. E, José de Arimatéia, quero te dizer que essa questão dos agricultores, da agricultura familiar, ela me interessa bastante porque nas eleições de 2018 eu andei bastante. Andei nas Linhas e eu vi que o Estado não consegue chegar a muitos lugares. E através da nossa emenda parlamentar, das instituições sem fins lucrativos, da EMATER, a gente consegue chegar e atender essas pessoas. Aproxime-me do Secretário Evaldo, do Município de Porto Velho, para eu entender realmente a fundo, entender as problemáticas que existem e abraçar a agricultura familiar, que a gente sabe que o que leva este País é a agricultura, está certo? Meu muito obrigado.

Quero agradecer aqui, mais uma vez, José de Arimatéia, Vice-Presidente da EMATER, muito obrigado. Agradecer ao Marcelo Santos, Coordenador da Defesa Civil, muito obrigado presença, obrigado Marcelo, admiro seu trabalho desde antes de ser Vereador eu já acompanhava suas entrevistas na televisão, parabéns mesmo, você é arrojado.

Aqui o senhor Major Sanches, eu estive lá, eu fiquei muito feliz de ter me atendido com bom grado, me deu uma aula de mais ou menos uma hora e meia; aqui cumprimentar o Márcio Poeta também, cumprimentar e agradecer a Ex^{ma}. Sra. Liana Silva, Secretária Adjunta e leva o nosso agradecimento também para Secretária Luana Rocha. Muito obrigado.

Mas antes de encerrar eu quero aqui, teve aqui a Nágila e o Dr. Fadricio e a equipe deu aqui uma ideia bacana para a gente formar uma Comissão para podermos ajudar toda a comunidade, formar essa Comissão, aí Fadricio, você toma à frente disso aí está certo? Eu acho que é importante, porque se a gente não formar uma Comissão dessas vai ficar só nas palavras, como eles falaram e eu tenho certeza se a gente marcar reuniões, a gente conversar, entender um pouco melhor, a gente vai levar soluções que realmente o nosso povo precisa.

Eu quero agradecer todo o público, agradecer todas as pessoas que estiveram presentes; agradecer toda a equipe da Assembleia Legislativa mais uma vez, muito obrigado senhores, vocês foram de grande valia, agradecer a todos, Vereador Tiãozinho, em nome da Nágila agradecer a todos que vieram de tão distante, de tão longe, agradecer toda assessoria do gabinete do Marcelo Cruz, meu muito obrigado a todos vocês, sem vocês a gente não ia conseguir fazer esta Audiência Pública, assim como eu falei, eu quero me inteirar muito mais, eu quero aprender muito mais e eu tenho certeza que brevemente a gente vai está sabendo falar a fundo e saber as problemáticas que o nosso povo tão humilde, tão necessitado precisa da ajuda do nosso gabinete da Assembleia Legislativa. Muito obrigado e eu tenho certeza que brevemente a gente terá notícias, notícias que realmente vai surpreender.

Muito obrigado, Deus abençoe a todos e declaro encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência às 12 horas e 24 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 2114/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 12 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

R E L O T A R

MARIA DA CONCEIÇÃO FLORENCIO BEZERRA, matrícula nº. 100001751, ocupante do Cargo de Oficial Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete da Deputada Cassia Muleta, a partir de 01 de março de 2019.

Porto Velho, 01 de abril de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 1506/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ADAILA SOARES NOLETO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 1505/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ADY LAYR FERNANDES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 2041/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidor **ADEILTON ANTONIO BONATTO**, matrícula 200165842, para Assistente Técnico, código AST-23, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 20 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 1499/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão da Servidora **AMANDA ARIADNES DA SILVA MELO**, matrícula 200165415, Assistente Parlamentar, para o código ASP-21, e relatar no Gabinete da 2ª Secretária – Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 1492/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **ANANDA CASTELO DIAS**, matrícula 200165429, para Secretária de Apoio, código DGS-9, e relatar no Gabinete da 2ª Secretária – Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2042/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação dos servidores relacionados para o Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 1º de março de 2019.

Nome	Matrícula
ANDRE FERREIRA PAIS	200166481
ESTELIA PEREIRA BRASIL	200166447
WILLIAM MARCOS MACEDO VEIGAS	200166498
CLEISSIANE EVELIN SILVA BANARROSH	200166450
ANTONIO MARCOS DE SOUZA NOBREGA	200166482
JAKELINE GONÇALVES REIS	200162836

Porto Velho, 20 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1560/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ANDRESSA MORAES FONSECA, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1348/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ANTONIO JOSE DA SILVA, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da 1ª Secretária – Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 07 de março de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1413/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CELSO ROSA DA ROCHA, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, no Gabinete da Deputada Cassia Muletas, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 12 de março de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1561/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CENIRO GOMES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1498/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação dos servidores relacionados para o Gabinete da 2ª Secretária – Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Nome	Matrícula
CLILDEMAR FERNANDES PEREZ	200165424
DANIELI DE OLIVEIRA RAMOS	200165420
MEIRY DANIELA BRAGA RIBEIRO	200165417
REGIANE OLIVEIRA SOUZA	200165426
TATHIANE GONÇALVES LUCINO	200165419

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1606/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CRISTIANE GUAQUEREBDA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da 2ª Secretaria – Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 15 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1572/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão dos servidores relacionados para AssistenteTecnico, e relotar no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 1º de março de 2019.

Nome	Matrícula
DAMARES BARROZO ANTUNES	200165919
ANGELA BRUNA SOUZA ARRUDA	200165912
POLIANE CARNEIRO DO REGO	200165939
SILVANA COSTA DOS SANTOS	200165942
GUILHERME FERNANDO DE JESUS GOMES	200165925
CLEDSON PITANA KARITIANA	200165918

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1564/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ELENICE BARCELOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1529/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ELIANA DA SILVA OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1352/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ELIZETE HELLMANN DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da 1ª Secretaria – Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 07 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1682/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ENZO EXPEDITO ALMEIDA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Apoio, código DGS-9, no Gabinete da 2ª Vice Presidência - Deputada Cassia Muletas, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 18 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1350/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ERASMO JUNIOR VIZILATO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, no Gabinete da 1ª Secretaria – Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 07 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1353/2019-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ERIKA GREGORIO OLIVA CAMPOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Especial de Gabinete, código DGS-9, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 07 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1527/2019-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

FABIANE FIRMINO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1528/2019-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

FATIMA GONÇALVES NOVAES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-21, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1507/2019-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

FRANCISCO MARCELO FERREIRA LOPES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1592/2019-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

GABRIEL DEMETRIO SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 15 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1508/2019-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

GLAUCIA ERICA EDUARDA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2043/2019-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação dos servidores relacionados para o Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 1º de março de 2019.

Nome	Matrícula
LUCINETE COSTA GOMES	200166478
GLORIA RODRIGUES ALVES DE ASSIS	200166474

Porto Velho, 08 de março de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1501/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

IGOR MATHEUS DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-16, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1414/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

JANAINA DOS SANTOS SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-21, do Gabinete da Deputada Cassia Muletas, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 12 de março de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1568/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

JEAN BATISTA FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 2050/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

JESSICA STEFANNY DE MELO BOMFIM, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a partir de 30 de março de 2019.

Porto Velho, 21 de março de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1692/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

JOAO EUDES MEDEIROS DE ALENCAR SOBRINHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 18 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1509/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

JOAO TEIXEIRA DE ARAUJO NETO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1502/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

JOAO VANDERLEI DE MELO FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1530/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

JOILSON PINHEIRO DA COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1569/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

JULIANA BROZEGUINI CARNEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1351/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

JULIANA RICARDINA DA MOTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-

12, no Gabinete da 1ª Secretaria – Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 07 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1694/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

JULIO CELSO ALVES DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 18 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1565/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

KAIO CEZAR DAINESE RAMOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1567/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

LEOCADIA CHERPINSKI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1709/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

LUCAS PEREIRA DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, no Gabinete da 2ª Vice Presidência – Deputada Cassia Muletas, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 18 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº2116/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

D E S I G N A R

A servidora **LUCIA FERREIRA SOARES ALVES**, cadastro nº 200166219, ocupante do Cargo de Assessor Técnico, em substituição a Gestora **SIMONE RODRIGUES**, dos Contratos nº PSA/253/2017-CUSD, PSA/253/2017-CCER e PSA/14/2017, celebrado entre Assembleia Legislativa/RO e a Centrais Elétricas de Rondônia S.A, conforme Processo Administrativo nº 12031/2017, a contar de 1º de abril de 2019.

Porto Velho, 02 de abril de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2117/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

D E S I G N A R

A servidora **LUCIA FERREIRA SOARES ALVES**, cadastro nº 200166219, ocupante do Cargo de Assessor Técnico, em substituição a Gestora **SIMONE RODRIGUES**, do Contrato nº 10/2014, celebrado entre Assembleia Legislativa/RO e a Companhia de Abastecimento de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD, conforme Processo Administrativo nº 1223/2014, a contar de 1º de abril de 2019.

Porto Velho, 02 de abril de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1695/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

LUIZ COSTA CORREA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 18 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1559/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

LUIZ GONÇALVES FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete do Deputado Ismael Crispin, código DGS-1, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1531/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

MAKKLYNY ALVES HONORIO BARROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1563/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

MARCIO JOSE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1693/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

MARCONDES DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 18 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1858/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

MARCOS AURELIO CAVALCANTE NOBRE JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 20 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1510/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

MATHIAS MERCADO QUINTAO FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código

ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2120/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

DESIGNAR

O servidor **MAYCON SILVA PINTO**, cadastro nº 200166958, como Gestor do Contrato nº 07/2019, celebrado entre Assembleia Legislativa/ RO e a Empresa Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda, conforme Processo Administrativo nº 771/2019-37, a contar de 27 de março de 2019.

Porto Velho, 02 de abril de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1566/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

OSCAR DA SILVA CAVALCANTE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1511/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

PAMELA CRISTINA DANTAS DIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1532/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

PAULO JORDY HESKETH LEITE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1555/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

PEDRO JOSE ALVES SANCHES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Comissão Permanente de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1533/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

QUEILA DANIELE SOUZA DIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1503/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

RAYNAN FLORES LEMOS MATINES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1504/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

RIOMAR ALMEIDA FERNANDES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1500/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão da Servidora **TATIANA RECH**, matrícula 200165423, Assessor Parlamentar, para o código AP-22, e relatar no Gabinete da 2ª Secretaria – Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1562/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

UAGMARC DE OLIVEIRA CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código

ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1513/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

VALDENIR DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 14 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1696/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

VALDOMIRO TAVARES CHIODI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 18 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1596/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

VIVIANE FREITAS DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12 no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 15 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1349/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

WAGNER GULARTE PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, no Gabinete da 1ª Secretaria – Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de março de 2019.

Porto Velho, 07 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº0339/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

SIDNEY COSTA LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete do Deputado Jair Montes, a contar de 1º de Fevereiro de 2019.

Porto Velho, 11 de fevereiro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2055/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 11 e 24 e anexo VI, da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

Acomposição da Comissão de Trabalho Temporário de Inventário dos Bens Patrimoniais, instituída pelo Ato nº 0107/2019-SRH/P/ALE, publicado no Diário Oficial nº 22 de 11/02/2019, a contar de 1º de fevereiro de 2019.

Presidente: EUNILSON COSTA FREITAS

Membros: JAHMYSON GUIMARAES DA ROCHA
OSVALDO NUNES NETO
ANTONIO FERREIRA DA SILVA
AMARO APOLUCENO RIBEIRO

Porto Velho, 25 de março de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL